



## **Requalificação do Espaço Público**

### **Caso de estudo: Praça da Figueira**

**Luís Tiago Teixeira Lobato**

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em

**Arquitectura Paisagista**

Orientador: Doutor Luís Paulo Almeida Faria Ribeiro

#### **Júri:**

Presidente: Doutora Ana Luísa Brito dos Santos Sousa Soares, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Vogais: Doutor Luís Paulo Almeida Faria Ribeiro, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Doutor Pedro Miguel Ramos Arsénio, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

(2015)



A presente dissertação de mestrado não foi escrita ao abrigo do novo acordo ortográfico

**Resumo:**

Esta dissertação tem, como objectivo, propor um projecto de requalificação para o espaço público da Praça da Figueira, localizada no Centro Histórico da cidade de Lisboa. Integrada num conjunto urbano de grande relevância na cidade, tanto pela sua história como pela actual organização urbana e administrativa, o espaço público da Praça da Figueira, e por consequência, a sua funcionalidade e as dinâmicas daí decorrentes, encontra-se aquém do seu verdadeiro potencial.

Deste modo, foi realizado um estudo teórico sobre o espaço público e a sua evolução desde as primeiras civilizações, o que permitiu entender que o espaço público é muito mais que o simples espaço deixado livre pelo edificado. Verificou-se também que em cada civilização estudada existe um denominador comum, a praça – elemento organizador da estrutura urbana e central na cidade. Se a rua é o lugar característico para a circulação, a praça é o lugar de referência e propício ao encontro, à prática social e a manifestações da vida urbana e comunitária.

Assim, com uma profunda análise do espaço, apoiado nos vários programas de requalificação urbana já existentes, foi possível criar um projecto que devolva à Praça da Figueira a sua identidade e o seu valor dentro da cidade de Lisboa.

**Palavras-Chave:**

Espaço Público; Praça; Requalificação Urbana; Centro Histórico;

**Abstract:**

This dissertation's aim is to propose a requalification project for the public space of Praça da Figueira, located in the historic center of Lisbon. Integrated in an urban area of great importance in the city, both for its history and for its current urban and administrative organization, the public space of Praça da Figueira , and consequently , its functionality and the resulting dynamics , is below its true potential.

Therefore, a theoretical study on public space and its evolution from the earliest civilizations was performed, which allowed the understanding that public space is more than simply the space left free by the edified buildings . There was also possible to understand that in each civilization studied exists a common denominator, the square - organizing element of urban and central structure in the city. If the street is the characteristic place for the movement, the square is a place of reference and favorable for meetings, social practices and manifestations of urban and community life.

So with a deep analysis of space, supported in various programs of existing urban renewal , it was possible to create a project that returns to the Praça da Figueira its identity and its value within the city of Lisbon.

**Keywords:**

Public Space, Square, Urban Redevelopment; Historic Center;

### **Extended Abstract:**

Cities, as we know them today , were subjected to constant change until they reached the form they now have . Throughout epochs and centuries, from the beginning of the history of urbanism , the form of the cities and their urban design was being continuously modified depending on the epoch , the context in which they were inserted and their goals. However , despite all these changes , there is a common denominator in any of the civilizations studied in this dissertation - the square . Since the Greek agora , through the Roman forum , the square has always proved to be an element of the utmost importance for the definition of traces and edificatory typologies . The square is the organizing element of the urban structure , the focal point of the urban fabric , to which converge and from which radiate several directions in the form of streets and avenues . It is a distinguishing morphological element of the Western cities , which distinguishes itself from other areas (areas which are the accidental result of enlargement and confluence of different structuring lines) for its intentionality of design and spatial organization . Regardless of its genesis, simultaneously being considered both a constructed and an empty space, the square is not just an open space, it is also the element of urban composition that best symbolizes the collective dimension of the city and can also be seen as a social center integrated into the urban fabric .

In the Portuguese context, urban squares are notable for their diversity which stemmed not only from their different origins but also from their different functions , forms , relationships with components of urban design and processes of both growth and structuring (characteristics that have been changing over the centuries). The existence of a large number of squares within the same urban core is a distinguishable Portuguese urban tradition. This multiplicity of squares relates to the multiplicity of roles that they assume in the city life, such as market use, military functions , political and administrative functions, or even religious functions .

However , in the modern city , the role of the square fell and virtually all public life takes place indoors or spread throughout the city. The square becomes a place of passage or momentary encounter where those activities are rarely perpetuated. Those activities that occasionally occur in the squares - events, exhibitions , concerts , etc... - happen, usually, unrelated to the qualities and specifications of the square; but at least they have allowed it to play the role of focal point , an important instrument in the urban perception.

The main aim and focus of this dissertation is to combat this negative trend. Based on a strong theoretical study and a profound historical and functional analysis of space and its surroundings , the intention of this dissertation is to create a project for the redevelopment of the public space Praça da Figueira , located in the historic center of Lisbon, in order to reactivate its old dynamics and regain its long lost identity .

## **Índice:**

Capítulo 1. Introdução.....	1
Capítulo 2. Evolução da forma urbana.....	2
2.1 Da cidade antiga à actualidade.....	2
2.1.1 A cidade antiga.....	2
2.1.2 A cidade Islâmica.....	3
2.1.3 A cidade Medieval.....	4
2.1.4 A cidade do Renascimento.....	4
2.1.5 A cidade Barroca.....	5
2.1.6 A cidade Industrial.....	6
2.1.7 Modernismo.....	7
2.1.8 Pós-Modernismo.....	8
2.2 Evolução da cidade de Lisboa .....	9
2.2.1 A cidade Medieval.....	9
2.2.2 A cidade Manuelina e Filipina.....	10
2.2.3 A cidade Joanina.....	12
2.2.4 A cidade Pombalina.....	12
2.2.5 A cidade Romântica.....	14
2.2.6 A cidade Capitalista.....	16
2.2.7 A cidade Modernista.....	18
2.2.8 A cidade do Estado Novo e da II República.....	19
Capítulo 3. Espaço Público.....	22
3.1 Evolução e conceito.....	22
3.2 Critérios gerais que devem reger a elaboração de projectos de espaço público.....	27
3.3 Métodos de avaliação de qualidade do Espaço Público.....	28
3.3.1 Project for public spaces – o Diagrama do Lugar.....	28
3.3.2 O chão da cidade – Checklist.....	32
3.4 Vegetação no espaço público.....	35
3.5 Tipologias de espaço público.....	37
Capítulo 4. Praça.....	37
4.1 A palavra e os significados.....	37
4.2 O contexto português.....	39
4.3 A praça urbana contemporânea.....	41
Capítulo 5. Requalificação do espaço Público.....	42
5.1 Conceito.....	42
5.2 O papel dos programas de Requalificação Urbana.....	44

Capítulo 6. Case study - Praça da Figueira.....	47
6.1. Localização, enquadramento e objectivos.....	47
6.2. Caracterização da Baixa Pombalina.....	49
6.2.1. Análise Histórica.....	49
6.2.1.1. Evolução e génese.....	49
6.2.1.2. Evolução do planeamento da Baixa Pombalina após 1755.....	50
6.2.2 Evolução da actividade comercial.....	51
6.2.2.1 A baixa como centro tradicional de comércio.....	51
6.2.2.2 A revitalização do centro tradicional de comércio.....	51
6.2.2.3 A importância do comércio na classificação da Baixa como Património Mundial.....	52
6.2.3. Análise Funcional.....	52
6.2.3.1. Sociodemografia.....	52
6.2.3.2. Actividade económica.....	54
6.2.3.3. Organização sectorial e espacial do comércio e da restauração.....	55
6.2.3.4. Evolução do edificado.....	55
6.2.3.4.1. Estado de conservação do edificado.....	56
6.2.3.4.2. Titularidade.....	57
6.2.3.4.3. Importância da conservação dos interiores da Baixa Pombalina.....	57
6.2.3.5. Tráfego viário e Rodoviário.....	58
6.3 Caso de estudo - A Praça da Figueira.....	59
6.3.1 Génese e evolução da Praça da Figueira.....	59
6.3.2 Projecto de Requalificação Urbana.....	62
6.3.3 A praça no contexto do novo Plano Director Municipal.....	63
6.3.4 Análise Paisagística.....	63
6.3.4.1 Microclimática.....	63
6.3.4.2 Relações visuais.....	64
6.3.4.3 Vegetação existente.....	65
6.3.4.4 Tipologia do edificado.....	65
6.3.4.5 Fluxos.....	66
6.3.4.6 Condicionantes.....	67
6.3.4.7 Aptidões.....	68
6.4 Proposta de Requalificação do espaço público da Praça da Figueira.....	69
6.4.1 Proposta.....	69
Capítulo 7. Conclusão.....	73
Capítulo 8. Referências bibliográficas.....	74
Anexos.....	79



## **Capítulo 1. Introdução**

Esta dissertação, tem como objectivo, propor um projecto de requalificação para o espaço público da Praça da Figueira, localizada no Centro Histórico da cidade de Lisboa. Integrada num conjunto urbano de grande relevância na cidade, tanto pela sua história como pela actual organização urbana e administrativa, o espaço público da Praça da Figueira, e por consequência, a sua funcionalidade e as dinâmicas daí decorrentes, encontra-se aquém do seu verdadeiro potencial.

Para tal, começou-se por realizar um profundo estudo teórico, sobre a evolução que o urbanismo, e o correspondente espaço público, sofreu desde a Cidade antiga até à actualidade. No mesmo capítulo, juntamente com este estudo, foi igualmente analisada a evolução que a própria cidade de Lisboa sofreu, desde a sua Cidade Medieval, passando pela Cidade Pombalina, até à cidade que hoje conhecemos.

No capítulo 3, no seguimento do estudo sobre a evolução do urbanismo, é aprofundado e desenvolvido o conceito de espaço público, a sua importância na cidade, e são também definidos os critérios gerais pelos quais se deve reger quando se está a elaborar um projecto para um espaço público. Neste capítulo também são apresentados dois programas, de extrema importância e utilidade, que permitem avaliar a qualidade de um espaço público. Para concluir este capítulo, realiza-se uma análise às diferentes tipologias de espaço público existente, e inicia-se uma introdução ao capítulo seguinte e à tipologia que irá servir de base à presente dissertação – a praça.

Assim, o capítulo 4 define o conceito de praça e a sua importância e evolução dentro da malha urbana, enquadrando também, esta evolução no contexto português.

A concluir este estudo teórico, o capítulo 5 define o conceito de Requalificação Urbana e a sua importância para o espaço público, e descreve o papel que os vários programas de requalificação urbana tiveram em Portugal.

Por fim, o capítulo 6 encerra esta dissertação, realizando um Case Study sobre a Praça da Figueira e a sua relação com a envolvente. Para chegar à proposta final de requalificação do espaço público da praça, foi efectuada uma profunda análise histórica da Baixa Pombalina e da Praça da Figueira, com o objectivo de perceber a evolução que este Centro Histórico teve dentro da cidade de Lisboa e o porquê da sua relevância dentro da malha urbana da mesma. A apoiar esta análise histórica, encontra-se uma análise de carácter funcional e paisagista realizada sobre a Praça da Figueira, de modo a entender a situação em que a mesma se encontra e as suas dinâmicas actuais, com o objectivo de fundamentar e apoiar a futura intervenção. Assim, com base nos dois tipos de análise realizados foi possível partir para uma

proposta de requalificação, com o objectivo principal de recuperar a identidade perdida e as antigas dinâmicas que caracterizavam este espaço dentro do centro da cidade de Lisboa.

## **Capítulo 2. Evolução da forma urbana**

### **2.1. Da cidade antiga à actualidade**

As cidades, como hoje as conhecemos, foram alvo de constantes alterações até atingirem a forma que hoje apresentam. Ao longo de épocas e séculos, desde o início da história do urbanismo, que a forma das cidades e o seu desenho urbano foi-se modificando, dependendo da época, do contexto e do objectivo onde se encontravam inseridas (Lamas, 2007). Esta evolução e crescimento das cidades sempre foram realizados segundo dois processos fundamentais:

- Segundo regras de espontaneidade, designado por crescimento “orgânico”
- Segundo planos ou ideias traçadas previamente, designado por crescimento “racional”

“O crescimento orgânico obedecia a uma ideia de cidade que nada teria de caótico, apoiando-se também em regulamentos e regras construtivas, estéticas e urbanísticas. A utilização continuada de processos construtivos, comprovados e de regras idênticas nas relações dos edifícios entre si e com o território, garantia à cidade boa coerência formal. Os ritmos vagarosos do crescimento permitiam que cada nova construção se adaptasse à forma preexistente e a prolongasse com integração”, enquanto “outras vezes, as cidades cresceram segundo planos minuciosamente calculados, de modo racional, procedentes de esquemas mentais predeterminados: desde a Grécia e a Mesopotâmia até aos nossos dias”. Entre estas duas formas de crescimento, as diferenças que se verificam são de ordem processual, pelo modo como se produz o espaço, e de ordem morfológica, pela diferença que se verifica na forma geral das cidades resultado de diferentes geometrias de traçado. De qualquer maneira, em ambos os processos de crescimento, os elementos morfológicos (quarteirão, lote, edifício, fachada, rua, praça, monumento, etc.) serão utilizados de modo semelhante (Lamas, 2007).

#### **2.1.1. A Cidade Antiga**

“Como fonte inesgotável de reflexão e de ensinamentos, a história urbana interessa de modo particular à urbanística e à arquitectura. É a cidade antiga um grande exemplo vivo e vivido. Além do mais, ainda hoje as cidades europeias se caracterizam pelos seus espaços sedimentados ao longo de séculos e nos quais se concentram algumas das principais funções e utilizações urbanas” (Lamas, 2007).

Foi nos vales do Nilo, do Indo, do Tigre e do Eufrates que nasceram as primeiras civilizações, e que se tornaram grandes impérios. Falamos de culturas como a Egípcia, a Mesopotâmica e a Indostânica, que deixaram o seu contributo no curso da evolução do mundo

civilizado (Goitia, 2010). Mas foi na Grécia que se cria a primeira ideia de acontecimento urbano.

No que respeita à civilização helénica, a regularidade e os princípios estéticos apresentaram um impacto menor, face às necessidades de defesa e facilidades para o comércio na estruturação da cidade. Também o desenvolvimento da democracia nas cidades-estado gregas, ditaram o aparecimento de novos elementos urbanísticos destinados a uma utilização por parte da sociedade como por exemplo templos, praças, mercados e teatros.

Foi Hipódamo, considerado o primeiro urbanista com critério científico rigoroso, quem primeiro apresentou a teoria racional para uma organização lógica da cidade, criando a cidade em quadrícula e, no plano de reconstrução da sua cidade natal (Mileto), o traçado ortogonal, com duas quadrícula unidas pela Ágora, onde existe uma lógica na ligação das praças, revelando um grande sentido de espaço e composição.

Relativamente às cidades romanas, estas são consideradas herdeiras das cidades gregas, tomando todos os seus aspetos técnicos (esgotos, aquedutos, água corrente, pavimentos). Tratavam-se no entanto de cidades mais simples e menos artísticas que as cidades helénicas, com traçados mais regulares e geométricos. Para além das cidades helenísticas romanizadas, existiram também cidades romanas com origem em acampamentos militares onde o aspeto de regularidade e rigorosidade geométrica se destaca bastante (Goitia, 2010).

### **2.1.2. A Cidade Islâmica**

As cidades da civilização Islâmica são, de todas as culturas, as que apresentam uma maior semelhança entre si, o que é um facto curioso dada a divergência das cidades herdadas pelos árabes, e a sua forçosa adaptação às mesmas, bem como a falta de uma cultura própria que se pudesse sobrepor à já existente. Cada nova conquista implicava a destruição da cidade, pelo que cidades tão diferentes acabam por apresentar a mesma estrutura (Goitia, 2010).

Comparativamente às cidades gregas e romanas, nota-se que, apesar de as cidades islâmicas se tratarem de cidades funcionais, são bastante menos complexas que as anteriores, onde o objetivo era apenas “construir uma cidade onde se adorasse o Deus Supremo, onde se lesse o seu livro, e as suas ordens fossem cumpridas” – Ídris II. Os únicos elementos conservados, foram as termas, utilizadas para os banhos, sendo estas as mais importantes manifestações das relações sociais. Por outro lado, existia, nas cidades muçulmanas, um elemento primordial, a porta. A porta é considerada como apresentando valor funcional, onde se recebe o visitante, e que separa o espaço exterior do espaço interior da cidade, estabelecendo-se nas suas imediações os mercados.

Enquanto as cidades ocidentais organizavam-se de fora para dentro, do espaço coletivo para o espaço individual, nas cidades islâmicas tudo se constrói de dentro para fora, existindo a perda do espaço coletivo, sendo que as ruas, ao contrário dos alimentos retos

ocidentais, apresentam alinhamento indefinido, sem percursos contínuos, mesmo nas grandes artérias, criando uma estrutura de cidade fechada e mais intimista (Goitia, 2010).

### **2.1.3. A cidade Medieval**

A idade média europeia inicia-se ao nível de uma sociedade de base agrária rudimentar, influenciada pela excelente qualidade agrária do terreno, encontrando-se a população disseminada, levando à humanização da paisagem, aspeto altamente contrastante com as cidades do mundo antigo e islâmico.

O desenvolvimento das cidades da época medieval ocorre principalmente entre os séculos XI e XII, determinado pelo desenvolvimento do comércio, constituindo-se uma cidade burguesa composta por mercadores viajantes e pessoas que abandonaram o meio rural para se fixarem permanentemente nos centros onde o tráfico se desenvolve como portos, cidades de passagem e mercados importantes (Goitia, 2010).

Uma das características das cidades medievais é a construção da muralha da cidade, fazendo das cidades medievais, como referido por Pirenne, “uma comuna comercial e industrial que habitava dentro de um recinto fortificado, gozando de uma lei, administração e de uma jurisprudência excepcionais que faziam dela uma pessoa coletiva privilegiada”.

Localizadas em confluências ou sinuosidades, por necessidade de defesa, a construção das cidades medievais teve de se adaptar à irregularidade topográfica das zonas, sendo as ruas irregulares e tortuosas. As ruas principais partiam normalmente do centro, dirigindo-se radialmente para a muralha, e as ruas secundárias, normalmente em círculo à volta do centro, ligavam as ruas principais entre si – padrão radioconcêntrico – característico da cidade medieval. No centro da cidade existia uma praça, onde se encontravam os edifícios mais característicos da organização da cidade, como a catedral e o mercado, ou seja, criando-se um ponto de atração, confluindo para este ponto, todas vias da cidade. No entanto, existe uma grande variedade de esquemas planimétricos da cidade medieval, que não ignorou as cidades quadriculares, ortógonas, sendo um grande exemplo as Bastidas Francesas, com traçado regular sem formas radiais ou em estrela (Goitia, 2010).

### **2.1.4. A Cidade do Renascimento**

“ O renascimento é, acima de tudo, um movimento intelectual. No campo do urbanismo, as suas primeiras contribuições são insignificantes se as compararmos com a arquitetura do mesmo período e com as realizações cenográficas, com os grandes panos de fundo do final do barroco”.

Apesar de, em termos arquitetónicos, existirem ainda todos os monumentos da antiguidade romana, que poderiam ser reconstituídos, os exemplos do urbanismo antigo haviam quase desaparecido. Restavam apenas algumas passagens de um texto de Vitruvius com a descrição de como deveria ser uma cidade. A ideia base era a de que o traçado da

cidade deveria ter a forma que possibilitasse a defesa dos ventos dominantes, que segundo Vitruvius deveriam ser oito. Assim, no renascimento, foi criada a ideia de que a cidade ideal seria uma cidade poligonal, de oito ou mais lados orientados de forma a evitar os ventos, que tende em ultimo caso para uma organização circular, possuindo portanto um centro, tal como nas cidades medievais.

Surge também a convicção de que as ruas principais deverão ser ruas de traçado retilíneo compassado e uniforme e que as praças deverão estar localizadas em frente de todos os edifícios monumentais, com o propósito de lustre e magnificência às cidades mais nobres. Também os espaços verdes sofreram as influências do renascimento, com a implantação de requintadas alamedas e passeios, parques e jardins arborizados, funcionando como espaços de recreio e vida em sociedade (Lamas, 2007).

Foi também nesta altura, que o poder aristocrático ganhou grande visibilidade através de obras preservadas até hoje. Para além de Itália, também em Espanha, se consegue levar a cabo criações de grande originalidade, como por exemplo as praças maiores regulares, com antecedente em praças medievais de espaço fechado. Um grande exemplo é a praça maior de Salamanca, uma praça quase fora da zona de circulação, mantendo a sua característica de praça destinada a festejos e ágora pública. A praça e o largo ganham especial destaque no que se refere à sua importância como elementos estruturantes da cidade. A praça assume um papel diferente do que se verificava na Idade Média, onde constituía um vazio no interior da teia apertada de que era feita a cidade. Tornou-se o “lugar público” onde se situavam os principais edifícios administrativos e religiosos e onde a vida pública teria lugar (Lamas, 2007).

É de referir que muitas das ideias urbanísticas do renascimento não foram implementadas no seu local de origem, a Europa, mas sim na América, onde o modelo de cidade produzido pela cultura renascentista foi de facto implementado. Este modelo funcionou durante quatro séculos, e depois de generalizado na cultura neoclássica, serviu de base à maior transformação da época moderna: a colonização e urbanização dos Estados Unidos da América. Foi em 1573 que Filipe II promulgou as Leis da Índias, que consagram a planta regular axadrezada. Relativamente ao traçado, ficou acordado que o ponto de partida seria a praça maior, saindo dela as ruas em direção às portas e aos caminhos principais, deixando espaços abertos que permitam, no caso do crescimento da população, a dilatação do espaço seguindo a mesma forma (Goitia, 2010).

#### **2.1.5. A Cidade Barroca**

Surge nesta fase o conceito de capital, que representa e condensa a realidade nacional, sendo que, ao contrário das metrópoles antigas, nas capitais barrocas, o Estado nacional era o facto primário, e a cidade a agregação dos elementos políticos exigidos pelo Estado, deixando a cidade como facto secundário.

Como referiu Lewis Mumford, “Já não se construíam cidades para uma classe em crescimento de pequenos artesãos e mercadores; a cidade deixava de ser um meio para conseguir a liberdade e a segurança. Era antes um meio de consolidar o poder político num único centro, sob a supervisão directa do rei, e impedir qualquer desacato à autoridade central, mesmo nos locais distantes que, por essa circunstância, eram difíceis de governar. A época das cidades livres, com a sua cultura largamente difundida e formas de associação relativamente democráticas, deu lugar a uma era de cidades absolutas, centros que cresceram sem qualquer ordem e que colocavam as outras cidades na alternativa de aceitarem a estagnação ou imitarem a capital todo-poderosa sem qualquer recompensa. A lei, a ordem e a uniformidade são produtos essenciais da capital barroca; a lei, no entanto, existe para confirmar o estatuto das classes privilegiadas e assegurar a sua posição; a ordem é uma ordem mecânica, que não se baseia no sangue, na vizinhança ou em objectivos e desejos comuns, mas sim na submissão ao princípio em vigor; quanto à uniformidade, é a uniformidade dos burocratas, com os seus arquivos, expediente e numerosos procedimentos para regularizar e sistematizar a cobrança dos impostos. Os meios externos para tornar esta modalidade de vida obrigatória baseiam-se no exército; o braço económico é a política mercantil e capitalista, e as suas instituições mais típicas são o exército, a bolsa, a burocracia e a corte. Todas estas instituições completam-se mutuamente e criam uma nova forma de vida social: a cidade barroca.”

A perspectiva foi o instrumento do barroco referente ao traçado e à composição, que permitiu criar cidades com obras de arte de percepção visual imediata. Esta, engloba os três princípios fundamenais do urbanismo clássico por Pierre Lavedan: a linha recta, a perspectiva monumental e a uniformidade. Foi este instrumento que permitiu que as cidades barrocas fossem concebidas como um panorama (Goitia, 2010).

Foi na França que o urbanismo barroco mais se destacou, com extrema importância nas praças monumentais que serviam para enaltecer o rei, com as suas estátuas, as “Places Royales”. Uma das mais importantes praças deste género é a Place Vendôme em Paris, onde apenas duas ruas lhe dão acesso, pelo que se torna num espaço quase fechado subordinado à nobreza da arquitetura e às proporções. A praça real pode definir-se então, como um espaço de formato quadrangular, retangular, circular ou octogonal com uma estátua no centro, do poder soberano, estando ligadas à centralização do poder real e ao absolutismo. Os modelos espaciais barrocos foram parte importante do planeamento urbano europeu, perdendo importância apenas no início da Revolução Industrial (Calado, 2008).

#### **2.1.6. A cidade Industrial**

Com a revolução industrial e o aparecimento da produção em massa, o capital humano tornou-se fundamental, o que provocou o desenvolvimento urbano em larga escala, sendo as cidades construídas e modificadas em torno dos pontos de produção fabril, num espírito



puramente utilitário de colocar a mão-de-obra perto do posto de trabalho, criando bairros puramente residenciais, conhecidos em Inglaterra como *Slums*.

Fora exceções como a Cidade Linear (Arturo Soria), que coloca a cidade em contacto com o campo, sem aglomerações de edifícios, ou a Cidade jardim (Howard) os urbanistas do século XIX, limitaram-se ao traçado em quadricula, que apesar de noutras civilizações mais antigas existirem mas serem compensados por centros cívicos dominantes, neste caso apenas existiam por motivos de economia utilitária, e aproveitação do terreno ao máximo (Goitia, 2010).

No final do século, descobertas como o mecanismo de fotossíntese deram esperança à melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos, traduzindo-se em modelos que integram espaços de grande vegetação no interior das cidades como é o caso do Central Park, ou sistemas de parques, ou ainda de faixas verdes (Cidade Jardim e Cidade Linear) (Lamas, 2007).

#### **2.1.7. Modernismo**

A revolução Industrial foi responsável pela introdução de grandes modificações estruturais nas cidades, mas foi no período moderno que existiu uma rutura radical para com a tipologia, estrutura, forma, conteúdos e propósitos urbanísticos da cidade.

Estas mudanças foram facilitadas por um período pós guerra onde foi necessária a reconstrução de variadas cidades completamente destruídas pela guerra, dadas as extremas necessidades habitacionais e onde existiram também mudanças estruturais na sociedade como o aparecimento de novas tecnologias, que permitiram outras forma de construção (Lamas, 2007).

“O movimento moderno do segundo quarto do século vinte introduziria uma revolução no desenho urbano com efeitos devastadores na prática urbanística, europeia e não só, até ao presente. Entendamo-nos sobre a amplitude dessas intenções que não visavam apenas redimensionar o espaço público e dar-lhe formas inovadoras em relação às adoptadas nas práticas anteriores mas ir mais longe, rompendo com o próprio sistema ancestral das relações entre os significantes materiais que conformavam esses espaços de uso colectivo e como tais se estendiam como invariantes da própria cidade ou se preferir de suporte, da condição humana” (Portas, 2004).

O período moderno privilegiou as funções essenciais e as funções de uso como habitar, trabalhar, recrear-se e circular, deixando de parte a arquitetura de elites, tentando criar uma forma de habitação para todos. Assim, da aplicação destes conceitos e com a ajuda de novos equipamentos como o elevador, permitiram a construção em altura e em série (Goitia, 2010).

Os elementos residenciais passaram a ter o papel principal na morfologia da cidade, sendo a cidade construída a partir da habitação, para o edifício e daqui para as ruas, numa estrutura urbana que se dilui constituindo uma cidade funcional das tipologias residências (Magalhães, 2001).

É também de referir a concepção de Le Corbusier, que defendia que o espaço partilhado por automóveis e peões teria de ser eliminado, dado não satisfazerem as necessidades de mobilidade que o desenvolvimento das cidades originava (Kostof, 1982).

O urbanismo moderno é o início de um urbanismo habitacional, não só pela importância do alojamento mas também pela invenção de novas tipologias construtivas como o bloco, a torre, o conjunto. Serão estas que irão determinar, ao contrário da cidade tradicional, onde o edifício e o alojamento eram determinados pelo lote, as formas urbanas (Lamas, 2007). Conseguiu-se que a ruptura e a diferença se tornassem mais importantes do que a continuidade (do espaço colectivo) e o reconhecimento de identidade (dos lugares). Se o traçado do espaço colectivo era desde sempre a chave-mestra da ordenação urbanística (mesmo ao longo do turbulento primeiro século da cidade industrial) a partir do modernismo centro-europeu esse espaço colectivo cinde-se em partes conceptual e formalmente independentes como o espaço viário, o edificado e o verde, entendido este como dotação ou “standard” (independentemente da sua forma) e aquele, viário, como sistema funcional que se afirma como lógica sectorial (Portas, 2004).

#### **2.1.8. Pós-Modernismo**

O Pós-modernismo surge como um movimento de contestação ao modernismo, quando este falha na resolução de todo e qualquer dos problemas de ordem social existentes na cidade industrial, procurando encontrar soluções para os princípios modernistas que deram origem a espaços sem alma, onde, fora as boas intenções da sua ideologia, as pessoas detestam viver (Magalhães, 2001).

“Fundamentalmente, o pós-modernismo contesta a prioridade dada à função, sobre a forma, defendida pelo modernismo, e reclama-se da atitude contrária. Esta nova valorização da forma implica uma atitude radicalmente diferente da atitude modernista, que se tinha caracterizado por ser dedutiva, analítica, racional no sentido de reduzir as coisas ao mínimo funcional, recusando o supérfluo, as redundâncias, as sobreposições. Inversamente, a atitude pós-moderna constata a complexidade do mundo actual e resigna-se a uma adaptação a circunstâncias que não controla. Abandona o pensamento global e tenta emergir em actuações pontuais, desligadas do contexto em que se insere. Desiste da racionalidade e entrega-se ao investimento em pequenas obras que valoriza na sua individualidade, alheia à envolvente formal, funcional e social” (Magalhães, 2001).

São vários os autores que se encontram à “frente” deste movimento e que fizeram a diferença com as teorias que criaram, contribuindo para uma viragem decisiva no pensamento

modernista. Desde os estudos de Kevin Lynch, na década de 60, que considerou a cidade como uma imagem apercebida pelos seus utilizadores, através de um processo intrínseco influenciado pela cultura e hábitos individuais. A identificação dos elementos constituintes da estrutura urbana (vias, limites, bairros, cruzamentos e elementos marcantes), seria a chave da construção da imagem da cidade, cujo aperfeiçoamento facilitaria a compreensão e apropriação do ambiente urbano (Lynch, 1994). Também Jane Jacobs, uma socióloga americana, entre outros autores, tiveram uma abordagem semelhante, que defendiam que as ruas e os passeios eram os “órgãos vitais” da cidade, e era neles que grande parte da vida social e económica se passava. O ambiente físico da rua iria ter um papel determinante no comportamento humano, onde através das suas formas e funções, torna-se um importante palco da vida social.

“O pós-modernismo começou assim por rejeitar o princípio da autonomia (dos elementos) e redescobrir o do encadeamento barroco. As preocupações funcionais foram substituídas pela preocupação da linguagem simbólica. Por outro lado, já que o Modernismo tinha cortado com a história, com o propósito de propor formas absolutamente inovadoras, o pós-moderno vira-se para as antigas raízes, como fonte de ensinamento, sobre as quais são apoiadas as novas concepções. Reiniciou-se a procura de novos tecidos urbanos e reconheceu-se a impossibilidade de organizar a cidade como um objecto finito e como um todo. Voltou-se ao sistema de ruas e de quarteirões ou, pelo menos, a uma organização dos edifícios que levasse em conta a identidade do espaço exterior. O espaço entre edifícios que, até ao modernismo, obedecia ao sistema de lotes, e, portanto, mantinha os logradouros como espaços privados, é agora espaço público ou semipúblico que serve diferentes níveis de utilização” (Magalhães, 2001).

Curiosamente, apesar da tentativa de contrariar o movimento moderno, verifica-se que muitos dos erros se mantêm (Magalhães, 2001):

- Contesta os edifícios altos modernistas e continua a construir arranha-céus;
- Propõe uma nova geometria e continua a abordagem euclidiana;
- Defende a contextualidade da obra e desconhece a envolvente ecológica e mesmo formal;
- Defende uma arquitectura destinada às pessoas e resultante da participação pública e desenvolve “projectos de autor”, cujo objectivo é unicamente aumentar a notoriedade do projectista

## **2.2. A evolução da cidade de Lisboa**

### **2.2.1. A cidade Medieval**

Numa localização à beira rio, com um terreno caracterizado por montes e vales férteis com um clima ameno, o local que hoje é conhecido por Lisboa, atraiu populações que progressivamente foram ocupando este território no extremo da península de Hispânia

(nomenclatura utilizada pelos Fenícios que foram os primeiros povoadores do local), suficientemente próximo da foz para quase se considerar um porto de mar, mas razoavelmente recolhido no estuário que possibilita uma maior defesa. Aos Fenícios seguiram-se os Gregos e os Cartagineses e posteriormente os Romanos, que denominaram o local de Olisipo, Olisipone e Felicitia Julia ao longo dos tempos. Durante a sua ocupação, os romanos foram responsáveis pela colonização do local, que consistiu na construção do equipamento cívico característico da sua civilização, já abordada anteriormente.

A cidade foi abalada pelas invasões bárbaras, à qual se seguiu a ocupação pelos Alanos e mais tarde pelos Visigodos (França, 2000).

Deu-se então a invasão por parte do primeiro rei português, que logo tomou medidas para a reconstrução da cidade delimitada pelas muralhas antigas, entre o castelo e o rio, tais como a construção de duas igrejas paroquiais, a de S. Vicente e dos Santos Mártires. A cidade contava com 5 portas fortificadas, e o seu crescimento, além das muralhas originais, obrigou a que, naturalmente, fosse construída uma nova muralha que englobasse o povoamento real. Começou então a construção de novas ruas, travessas e becos, que ia progredindo conforme as necessidades locais e tendo em conta os polos de atracção que existiam tais como conventos e paróquias. Esta construção progressiva ocorreu inicialmente na zona plana da cidade, localizada na parte ocidental da mesma (França, 2000), estendendo-se mais tarde para as zonas de colinas, onde as igrejas e os conventos eram focos de povoamento (Salgueiro, 2001).

Foi apenas em 1401 que, a mando do rei D. João I, se deu início à urbanização da zona alta da cidade, tendo sido também autorizada a Câmara para tomar posse de terrenos baldios, que foi incentivando a construção nestas áreas (França, 2000).

### **2.2.2. A cidade Manuelina e Filipina**

No século XVI, com a mudança da corte para junto do Rio, mais propriamente para o Terreiro do Paço, causou profundas alterações na estrutura urbana, física e simbólica de Lisboa. Durante este período a cidade sofreu um enorme crescimento, com doze novas freguesias, para além das vinte e três que já existiam anteriormente.

Foi também durante este período que se deu o arruamento principal da Rua Nova e também a expulsão dos habitantes dos bairros judeus, levando à remodelação de várias casas, na baixa da cidade, que continuava a ser a zona da cidade mais activa.

No entanto, não foi apenas a zona da baixa da cidade que sofreu alterações de desenvolvimento urbanístico. Este desenvolvimento existiu também na zona oriental da cidade (Graça e Olarias), principalmente com o aparecimento dos mosteiros franciscanos. Estes e outros monumentos, como a Misericórdia, o Hospital do Rossio, a Casa da Índia e das Minas bem como a Alfândega e o Arsenal foram tornando Lisboa uma cidade de aspecto de maior magnificência e sumptuosidade (França, 2000).

Apesar de estes novos monumentos terem um papel importante no desenvolvimento urbano da cidade, foi a criação de um bairro novo que se destacou como elemento urbanístico de impacto durante este período – o Bairro Alto - que marca o aparecimento de uma maior consciência urbanística e arquitectónica, e que contou com a construção de edificação regularizada, de malha ortogonal e a primeira urbanização de traçado regular (Salgueiro, 2001).

Ainda durante o século XVI (Figura 1), apareceram os primeiros arcos do triunfo no Terreiro do Paço, para receber D. Filipe II, onde que servia de cenário a festejos, autos de fé, touradas e também mercados. Foi a mando deste rei que se procedeu a uma modificação de grande impacto do Paço Manuelino que passou a ocupar toda a face poente do Terreiro do Paço. Para além deste, foram construídos muitos outros palácios como o Convento do Rato. No entanto, é a construção de duas igrejas que marca o princípio e o fim da arquitectura Seiscentista, a Igreja de S. Vicente e a Igreja de Santa Engrácia, sendo esta última dotada de uma riqueza estrutural de grande impacto através da planta em cruz grega, da sua fachada e da sua espacialidade interna (França, 2000).



Figura 1 – Lisboa nos finais do séc. XVI (Fonte: Dias, 1987)

### **2.2.3. A cidade Joanina**

O reinado de D. João V, caracterizado por uma grande riqueza provinda do Brasil, contou com a construção de várias estruturas, entre elas um teatro de ópera, que acabaria por desaparecer com o terramoto de 1755, e os palácios dos Fidalgos da corte, que se encontravam espalhados pela cidade. Para além destes, existiu também um projecto de implementação de um cais de grande dimensão na zona ribeirinha, que se encheria de edifícios e que contaria com uma rua direita e um passeio público. No entanto, foi a construção do Aqueduto das Águas Livres (Figura 2) que teve o maior impacto nesta época, e que surge como solução para a carência de água corrente para os cada vez mais numerosos habitantes da cidade.

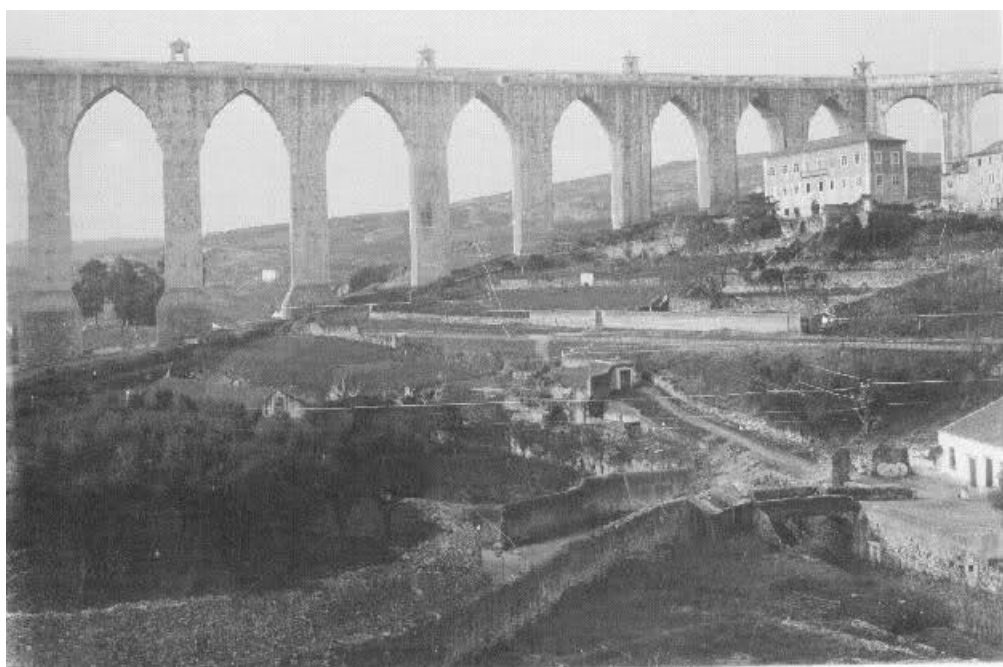


Figura 2 – Aqueduto das águas livres (Fonte: <http://lisboahojeentem.blogspot.com/>)

Relativamente ao traço urbano da cidade, durante este período, destaca-se o grande “L” que desce do Rossio até ao rio, dobrando para poente, e ainda as ruas vermiculares na zona do Castelo, que se multiplicam, e onde a Sé, a igreja de S. Vicente, e a Graça se destacam pela interrupção destas ruas e por funcionarem ao mesmo tempo como focos de atracção urbana (França, 2000).

### **2.2.4. A cidade Pombalina**

Em 1755, Lisboa foi abalada por um terramoto de grande intensidade que conjuntamente com o incêndio provocado por esta ocorrência, acabou por destruir grande parte da cidade, principalmente na zona da baixa central, da costa ocidental do castelo e na zona oriental do bairro alto, que coincidiam com as zonas de Lisboa de maior densidade populacional. Isto levou a que um grande número de pessoas ficasse desalojado, o que criou rapidamente a necessidade de reconstrução da cidade.



Foi Manuel da Maia, engenheiro militar, quem apresentou as propostas de recuperação da cidade, que eram as seguintes (França, 2000):

- Reconstruir Lisboa tal como esta existia antes do terramoto;
- Corrigir os planos antigos com o alargamento das mesmas ruas;
- Corrigir os planos antigos com o alargamento das ruas e diminuição da altura dos prédios;
- Abandonar as ruínas ao seu destino e construir uma nova cidade a poente da antiga, ao longo do rio, cerca de Belém, em zonas menos sacrificadas pelo terramoto
- Reedificar, com planos inteiramente novos, a parte central da cidade;

A solução preferida por Manuel da Maia era a última das apresentadas, que implicava a demolição das ruínas ainda existentes, bem como a limpeza e preparação do terreno, e ainda o ajustamento de valor das propriedades com os seus anteriores proprietários, tendo em vista a “equivalência parcelar” das novas construções face às anteriormente existentes. Em 12 de Maio de 1758, foi emitido um alvará onde se encontrava estabelecido o urbanismo que seria imposto, definindo uma nova mentalidade urbana.

Foi Eugénio dos Santos, e após a sua morte Carlos Mardel, que apresentou a planta onde Lisboa era pensada, programada e edificada, que mereceu a aprovação de Pombal (Figura 3). Esta planta englobava não só a parte central da cidade, mas também as colinas do castelo e de S. Francisco, onde as soluções eram apresentadas conforme o condicionamento causado pela tipologia do terreno. A zona entre o Terreiro do Paço e o Rossio era onde as modificações mais acentuadas incidiam, onde as duas praças seriam regularizadas e entre as quais seria criada uma rede de ruas largas transversais e longitudinais que iriam definir quarteirões com as mesmas orientações (França, 2000).

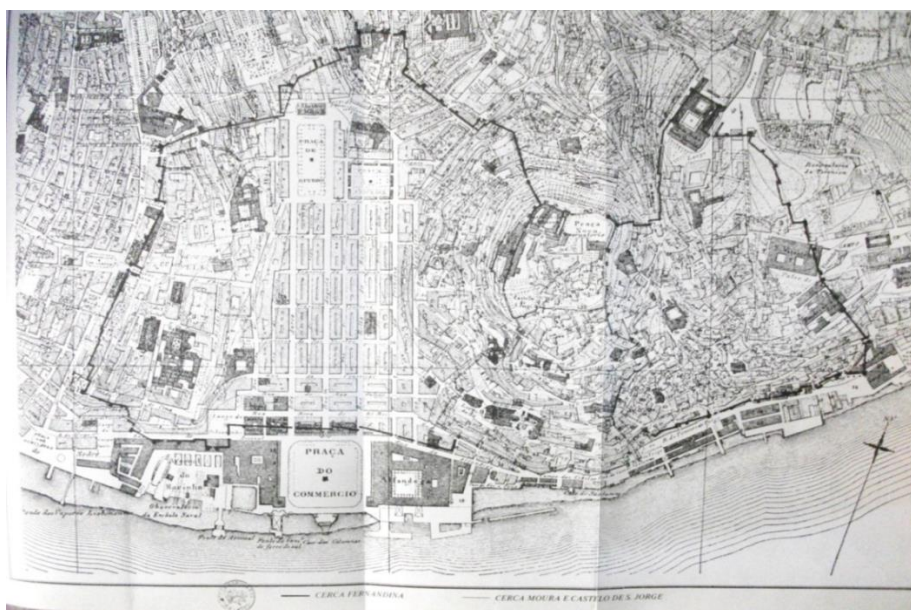


Figura 3 – Muralha Fernandina, já com o plano de reconstrução da Baixa Pombalina (Fonte: Dias, 1987)

A grande obra do Terreiro do Paço (posteriormente Praça do Comércio) foi obra de Eugénio dos Santos formulando uma Place Royale, onde o mesmo implementou arcadas regulares, o Arco do Triunfo, que dá acesso à cidade, e a estátua equestre do rei D. José.

Para além da parte central da cidade, foram adicionadas duas plantas que estendiam a cidade para nascente e poente, criando dois polos, um entre o Rossio, S. Sebastião da Pedreira e o Alto do Carvalhão e outro entre Arroios, a Graça e Santos-o-novo.

Dada a pouca diversificação dos alçados, existia uma certa monotonia das ruas. No entanto, no século XX, com o aparecimento de lojas de ourives, sapateiros, correeiros, douradores, capelista e fanqueiros, nas ruas principais, esta acabou por ser disfarçada. Tal como numa cidade moderna, nota-se a subordinação da arquitectura ao urbanismo, neste caso com um propósito de criar uma cidade de comerciantes. Também o local de habitação do rei, no Rossio, veio a quebrar a monotonia existente, pela monumentalidade do arranjo nesta zona.

O passeio público foi um dos elementos de grande importância no urbanismo de Lisboa, convidando a um maior número de actividade de lazer, numa alameda ajardinada e murada, à saída da cidade. No entanto, foi apenas três gerações mais tarde que este tomou as funções que realmente o definiam.

Esta reedificação de Lisboa separa duas vertentes da cidade, a medieval e barroca, da Lisboa moderna, constituindo uma das maiores obras da cultura nacional (França, 2000).

#### **2.2.5. A cidade romântica**

No final do século XVIII, o tesouro português encontrava-se reduzido (dadas as grandes obras que tinham sido feitas após o terramoto de 1755), pelo que este período se caracterizou por uma paralisação nas obras oficiais, apesar da construção da Basílica da Estrela e da Ópera de S. Carlos terem vindo enriquecer a cidade.

Nesta altura, o palácio real ainda não tinha sido construído, e foi o arquitecto real Manuel Caetano que apresentou a primeira proposta, de gosto régio, a tender para o barroco, e que foi altamente criticada por dois arquitectos com formação italiana. Assim, foram estes dois arquitectos, F.S. Fabri e J. Costa e Silva, que ficaram responsáveis pela obra, alterando o traçado de Manuel Caetano para uma vertente bastante mais neoclássica, onde existia de facto a instauração das propostas da Reconstrução Pombalina, através dos desenhos de Eugénio Santos (França, 2000).

Pombal teria fixado empiricamente, a área da cidade, de forma a evitar construções dispersas. No entanto, no final do século XVIII, a cidade sofreu um alargamento de cerca de 40%, com fins administrativos e de fiscalização do imposto de consumo das quarenta freguesias já existentes.

Em 1834, com a instauração do regime liberal, foram extintas as ordens religiosas, facto que teve impacto na imagem de Lisboa, com inúmeros conventos a ficarem desabitados e a receberem funções civis ou militares. Para além dos conventos, também hospitais, asilos, tribunais, hospícios, entre outros, foram tomados para essas mesmas utilizações civis ou militares e ainda de ocupação residencial popular, o que foi contribuindo progressivamente para a degradação da vida na cidade, com a acumulação de ruínas e a prática de hábitos rústicos (animais em liberdade, matanças de animais, oficinas no meio das ruas), que divergiam do teor urbano que tinha sido desejável obter em tempos anteriores (França, 2000).

O Teatro D. Maria II (Figura 4) foi o principal monumento moderno dos anos quarenta, de um gosto também virado para o neoclássico, e que pelo seu sentido de decoração veio a beneficiar o Passeio Público Pombalino, onde foram implementados elementos urbanísticos mais modernos como cascatas, lagos, repuxos e cortinas gradeadas. Alguns anos mais tarde foram plantados o Jardim da Estrela e o do Príncipe real, o primeiro elogiado pelo gosto inglês de aspecto mais rústica, e o segundo inserido num foco de urbanização aristocrática. Outros elementos urbanísticos relevantes foram, na época do Fontismo, o gás, que já iluminava a cidade, a construção de um caminho-de-ferro que ligava Lisboa ao Porto, e ainda a construção da estrada da Circunvalação.



Figura 4 – Teatro D.Maria II (Fonte: <http://postaisportugal.canalblog.com>)

A malha urbana da cidade começou a impor-se no final de 1864, com emissão de um decreto que estipulava que a capital deveria de ser melhorada, através da restauração e construção de novas ruas, praças, jardins e edificações, que concederiam condições de higiene e decoração, alojamento e livre-trânsito do público à cidade, condições essas que eram necessárias, dada a expansão que ia ocorrendo na mesma. Apesar de ter sido anunciada uma “Companhia Geral de Edificações” que iria trabalhar neste desenvolvimento urbanísticos, nunca foram conhecidos projectos ou estudos desta empresa (França, 2000).

Destaca-se neste período um arquitecto municipal francês radicado em Portugal, P. J. Pézerat que insistia sobre uma visão de conjunto da urbanização, de forma a garantir ordem e harmonia na cidade, onde novos bairros seriam servidos por largas avenidas, com prédios que

garantissem a comodidade e conforto dos seus habitantes. Pézerat destaca-se ainda como especialista em obras de higiene, trazendo inovação na área da sanidade.

Um outro arquitecto que vale a pena destacar, devido ao seu gosto ecléctico na arquitectura e decoração de diversos palacetes de Lisboa, é G. Cinatti, que discretamente impôs o seu estilo italiano nas ruas da cidade, sendo considerado o arquitecto do romantismo português.

Foi ainda durante este período que foram erguidas uma série de estátuas que apelam ao simbolismo de actos históricos, e que apareceu um dos elementos tido como um valor original de Lisboa, o revestimento de fachadas por azulejos, que vieram quebrar a monotonia das estruturas simples da época Pombalina (França, 2000).

#### **2.2.6. A cidade Capitalista**

Foi no final do século XIX que Lisboa sofreu uma das implementações urbanísticas de maiores consequências – a abertura da Avenida da Liberdade (Figura 5) – que apesar de contestada por muitos lisboetas, acabou por se tornar realidade. Numa primeira fase, a Avenida da Liberdade consistia apenas numa rotunda de 200m de diâmetro, onde um monumento de enaltecimento ao Marquês de Pombal foi lentamente tomando forma, tendo sido inaugurado apenas cinquenta anos após o início da sua construção. A construção desta avenida, proporcionou o aparecimento de novas ruas, sem qualquer influência de elementos tradicionais já existentes, como a Avenida da Índia e a Avenida do Campo Grande. Para os terrenos vazios localizados no alto da Avenida, foram pensados vários projectos de ajardinamento, num Parque da Liberdade que, no entanto, apenas teria um destino paisagístico já no século XX como Parque Eduardo VII. Apesar de esta avenida requerer edificações condizentes, como palacetes e prédios sumptuosos, a crise económica não possibilitou que tal acontecesse nesta altura, sendo a avenida alvo de duras críticas. Foram, no entanto, e à parte destas críticas, construídas novas urbanizações como é o caso da urbanização do Calvário, do bairro da Estefânia e ainda Campo de Ourique (França, 2000).



Figura 5 - Vista da Avenida da Liberdade em 1922 (Fonte: <http://www.portugaltours.com.pt>)

Outras obras foram postas em prática, como um palacete mourisco na Avenida, o Teatro D. Amélia, a Praça de Touros do Campo Pequeno e também o Coliseu, que traziam um certo luxo e brilho à capital.

Em 1988, com a implementação de um novo plano de melhoramento da cidade, foi Ressano Garcia, o arquitecto que adquiriu maior importância, pela apresentação de planos que se articulavam de forma a completar os planos da obra Pombalina, com dois traçados extensivos para a cidade, um para nascente e outro para poente. Foi também Ressano Garcia, a pessoa responsável pelo aparecimento das Avenidas Novas, adicionando ao seu plano (aprovado em 1904) uma nova zona, entre a Rotunda das Picoas (mais tarde Praça Duque de Saldanha) e o Campo Grande. Para além do projecto das Avenidas Novas, foi implementado outro projecto para uma nova avenida, entre o Socorro e o Benfornoso, a Avenida D. Amélia (mais tarde Almirante Reis). Este plano de melhoramento da cidade, incluiu ainda o traçado de uma grande avenida, desde a Rua António Augusto Aguiar até ao Paço do Lumiar, que acabou por não se vir a realizar dado não ter um carácter urgente no que diz respeito às necessidades mais evidentes da cidade (França, 2000).

No início do século XX, vários são os arquitectos em destaque, existindo alguns que acabaram por ser galardoados com o prémio Valmor, entre os quais Ventura Terra com o Liceu de Camões e o Liceu Pedro Nunes, o Teatro Politeama, uma sinagoga e o primeiro banco lisboeta “Totta&Açores”, bem como inúmeros prédios e palacetes que foram contribuindo para a melhoria da imagem da cidade. Ventura Terra foi mais tarde nomeado Vereador Republicano de Lisboa, tendo participado em planos que visavam o engrandecimento da cidade como uma

esplanada marginal, uma avenida do Rato a Alcântara e ainda a urbanização do Parque da Liberdade. Estas construções contavam com a presença dos estilos romântico e neoclássico, contribuindo este último para uma procura ideológica da “Casa Portuguesa”, que se projectava para uma zona que só agora se começava a desenvolver, a zona do Estoril.

Tal como na época de Pombal, a cidade capitalista foi dotada da implementação de estruturas e elementos urbanísticos que foram aparecendo conforme a existente necessidade social, económica e simbólica (França, 2000).

### **2.2.7. A cidade Modernista**

Em 1920, foi apresentado na Câmara um plano que visava o desenvolvimento sectorial da cidade através da construção de uma urbanização de carácter modesto entre Santa Apolónia, Alto de s. João e a Penha de França e outra, de um carácter mais rico e de alto standing a norte do Parque Eduardo VII até à Pavilhã, e ainda o prolongamento da Avenida António Augusto Aguiar. No entanto, e ao contrário desta iniciativa, a cidade parecia desenvolver-se em sentido contrário, ou seja, em torno de arruamentos previamente existentes ou à sua margem. Assim, destaca-se a Avenida Almirante Reis, que se tornou a zona mais activa da cidade e cujo crescimento continuava pela Morais Soares. No entanto este desenvolvimento dos bairros não era de todo negativo, uma vez que criava a necessidade da existência de espaços de lazer, e que levou a que os cinemas surgissem fora do centro da cidade (França, 2000).

Foi nos anos 20 que surgiram os clubes da cidade, como o Monumental, e os cafés do chiado como a Brasileira, e outros no Rossio e nos Restauradores como o Palladium e Chave de Ouro, algumas das obras dos arquitectos modernistas, que traziam vida à cidade e se enquadravam com as novas lojas que iam nascendo. Também o Capitólio, cervejaria no Parque Mayer, com projecto de Cristino, se destaca por ser a primeira obra modernista da arquitectura nacional, com influências de decoração Art Deco.

Os elementos de decoração de Art Deco, adornavam muitos dos prédios que se multiplicavam pelas ruas da cidade, como frontões, almofadas de decoração geométrica, aplicações de mosaicos multicolores e ainda gradeamento de portas com desenho estereotipado (França, 2000).

Várias foram as edificações que foram construídas nesta altura, desde o Edifício Oficial da Estatística, da Moeda, uma piscina em Algés, um hotel de luxo, e um grandioso e sumptuoso edifício, que apesar de dotado de modernismo, ainda se ligava à Art Deco, que serviu propósito para o cinema Éden.

No entanto, são outras duas obras, por Pardal Monteiro, que de uma certa maneira marcam o início e o fim da fase de arquitectura modernista em Lisboa, o Instituto Superior Técnico (Figura 6) e a Igreja de Fátima, que daria origem a uma nova urbanização ligada às



Avenidas Novas. No entanto, o I.S.T., dotado de um notável sentido espacial e volumétrico, provocaria o crescimento da urbanização em redor do Arco do Cego.



Figura 6 – Alameda D.Afonso Henriques, Construção do Instituto Superior Técnico  
(Fonte: <http://aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.com/>)

No final dos anos 30 e no início dos anos 40, Duarte Pacheco, que foi nomeado Presidente da Câmara e posteriormente Ministro das Obras Públicas, que mandou ativar estudos de plano de conjunto para a cidade, pelo qual passava a construção de uma ponte sobre o Tejo (França, 2000).

#### **2.2.8. A cidade do Estado Novo e da II República**

No final dos anos 30, a cidade continuava a crescer e já incluía as zonas os Olivais, Encarnação, Charneca, Ameixoeira e Carriche. Foi neste período que o Presidente da Câmara Duarte Pacheco pôs em prática o seu plano de urbanização, para o qual convidou o consultor urbanístico E. e Groer. O “plano de Groer” era caracterizado pela presença de uma série de radiais entroncadas nas grandes ruas da cidade: a ponte, a Avenida Almirante Reis continuava pelo Areeiro até à Encarnação, no centro, a Avenida da Liberdade, da República e do Campo Grande continuavam até ao Lumiar e entre Campolide e o Campo de Ourique, passava uma auto-estrada a caminho do Estoril, onde desembocava também uma estrada marginal com origem em Algés (França, 2000).

Estas radiais articulavam-se de maneira a formar uma nova rede, convertendo-se numa 2ª circular a partir da Matinha, até ao Monsanto, numa 3ª circular, do Beato até ao limite de Monsanto também circundado pela Avenida de Ceuta, e ainda numa 4ª circular com início em

Xabregas até à Pavalhã. Surgiam ainda duas grandes vias, uma que ligaria o rio pelos Olivais até ao Aeroporto (Avenida Gomes da Costa) e uma segunda que partia da Portela até ao Campo Grande, duplicando a 2ª Circular (avenida do Brasil).

A zona do Areeiro foi a primeira a sofrer alterações, com o extremo da Avenida Almirante Reis prolongado para além do Chile, e cortada pela Alameda D. Afonso Henriques, a norte da qual surgiria a Avenida de Roma que funcionava como eixo de uma grande urbanização no Bairro de Alvalade. Desenvolveu-se também a Avenida dos Estados Unidos da América, com edifícios de maior porte. Ainda a praça central do Areeiro teve um projecto de autoria de Cristino da Silva onde constavam edifícios severos, de estilo tradicionalista e inspiração seiscentista (França, 2000).

Durante este período surgiam não só urbanizações de standing médio como nos Olivais, mas também bairros mais modestos, de casas mais económicas como os construídos na Encarnação, bairro de Madre Deus, Caselas, Alto da Serafina entre outros. Já em bairros como o do Restelo com vivendas de luxo e palacetes definidos pelo poder económico que sustentava o regime.

Várias foram as edificações construídas entre os anos 40 e 70 como o Palácio da Justiça, Gares Marítimas e Fluviais, auto-estrada, viaduto e marginal para o Estoril, os museus de Arte Popular e Arte Antiga, e ainda a Assembleia Nacional. Ainda durante este período e mais longe do centro, é construído o Museu da Marinha em Belém e ocorre a monumentalização da Cidade Universitária, com a Biblioteca Nacional e o Hospital de Santa Maria (França, 2000).

Com o desenvolvimento da cidade surgem também mais espaços turísticos e de lazer, como lojas, supermercados, snack-bares, hotéis (Tivoli, Ritz, Sheraton e o Penta) e ainda os cinemas desde o Monumental ao cinema Império e ao S. Jorge. Surge ainda um grande complexo cultural, a Fundação Calouste Gulbenkian (Figura 7) com os seus grandes auditórios que possibilitaram a ocorrência de espectáculos, congressos e exposições de arte, marcando Lisboa como elemento de urbanização com o seu conjunto de edifícios inseridos no parque. Assim, nos anos 50, a cidade começa a encaminhar-se para uma época de vida social e cultural de impacto cada vez maior. A área ribeirinha de Belém continua também o seu desenvolvimento, com a construção do Centro Cultural de Belém, numa construção de grandes dimensões, e de imagem “neo-brutalista” comparativamente ao quadro histórico do Mosteiro dos Jerónimos.



Figura 7 – Fundação Calouste Gulbenkian ( Fonte: <http://www.arup.com> )

Dada a sua área cada vez mais alargada, surge o conceito de “Grande Lisboa”, que engloba áreas dos concelhos de Loures, Sintra, Cascais, Oeiras por um lado e por outro Almada, Barreiro e Seixal, Montijo e Moita (França, 2000). O desenvolvimento dos transportes como eléctricos, autocarros e comboios e do alargamento dos seus percursos para zonas mais suburbanas da cidade, fez com que se desenvolvesse um crescimento radial da população em torno destas zonas onde situavam as estações. No que diz respeito ao desenvolvimento na margem sul do rio Tejo, antes da construção da ponte sobre o Tejo, os transportes marítimos desempenharam desde sempre um papel fundamental no crescimento e desenvolvimento da cidade, tanto a nível populacional como a nível comercial (Salgueiro, 2001). Dado este alargamento da cidade, em 1990 surge a necessidade de estudar um plano estratégico para a cidade, sob alçada dos presidentes da câmara Jorge Sampaio e João Soares, no qual a definição de um Arco Ribeirinho e a revalorização da habitação na área central com integração dos bairros sociais se encontra definida (França, 2000).

Em 1966 é inaugurada a ponte sobre o Tejo que liga as duas margens do rio, por um lado em Alcântara e por outro a Caparica, e que tal como as auto-estradas para Sintra e Cascais, promoveu a continuidade do tecido urbano, e a maior acessibilidade ao centro da cidade para as pessoas que viviam nestas zonas habitacionais mais afastadas do centro. Mais tarde, viria a ser construída a Ponte Vasco da Gama, ligando a zona Oriental da cidade ao Montijo (França, 2000). Tanto a Ponte Vasco da Gama como o comboio da Ponte 25 de Abril, continuaram a contribuir de uma maneira significativa para o alargamento da área sobre a qual

incide o processo de metropolização, facilitando uma maior dispersão do povoamento periférico e também uma maior acessibilidade à zona central da cidade (Salgueiro, 2001).

De uma forma geral, o passar dos tempos trouxe, como era de esperar, uma maior coordenação das políticas urbanísticas e o desenvolvimento económico, sendo que nas últimas décadas se tem notado um desenvolvimento de impacto bastante positivo no que toca à urbanização da cidade, e à criação de espaços que têm vindo a tornar o nível da qualidade de vida em Lisboa cada vez mais alto, como a construção de novas vias, estacionamento, parques e jardins, reabilitação de edifícios degradados e a construção de zonas pedonais (Salgueiro, 2001).

### **Capítulo 3. O espaço público**

#### **3.1. Evolução e conceito**

Na nossa época a cidade está em constante mudança, como nunca em toda a história – o homem apresenta a capacidade de mudar repentinamente o seu/nosso ambiente e no meio do nada fazer surgir tudo. A cidade apela ao movimento e o vazio não é a sobra mas sim o lugar do encontro, da construção do verdadeiro espectáculo urbano – a proximidade. Na realidade, o vazio é o desenho do espaço entre os edifícios, onde se estabelece o espaço público, onde “tudo” acontece, incluindo o dia-a-dia da cidade. Como diz Brandão (2004) “o acontecimento tem lugar em...”, pois não há acontecer sem lugar.

O conceito de espaço público é de grande complexidade, pelo que uma definição específica seria sempre redutora, dado que o espaço público acarreta diversos significados e dimensões que não existem isoladas. Deste modo, são vários os autores a avaliarem e a definirem o que é o espaço público, defendendo as suas ideias e pontos de vista. O espaço público é o espaço por excelência da/cidade, é através do espaço público que conhecemos a cidade, é nele que aprendemos a caminhar e a ver a cidade. Indovina (2002) retracta-se neste conceito salientando dois aspectos para justificar o espaço público como cidade. Em primeiro lugar, considera que o espaço público constitui um factor importante de identificação, que conota os lugares, manifestando-se através de símbolos. Em segundo lugar, refere o espaço público como o lugar da palavra, como lugar de socialização, de encontro e também onde se manifestam grupos sociais, culturais e políticos que a população da cidade exprime. Borja (2003) assume a mesma posição que Indovina e reivindica a cidade como espaço público, negando-se a atribuir ao mesmo apenas um só uso especializado, defendendo que “é a cidade no seu conjunto que merece a consideração do espaço público”. Borja (2000), considera ainda o espaço público como um desafio global à política urbana, considerando três desafios: um desafio urbanístico, político e cultural, referido a toda a cidade:

- **Desafio Urbanístico**, onde considera que o espaço público não é o espaço residual entre o que está a ser construído e o espaço viário, considerando-o como o elemento ordenador do urbanismo, seja qual for a escala do projecto urbano. É o espaço público

que pode organizar um território capaz de suportar diversos usos e funções e que tem a maior capacidade de criação de lugares. Deve ser um espaço de continuidade e de diferenciação, ordenador do bairro, articulador da cidade, estruturador da região urbana. Para os governos locais, o espaço público é o exame que têm de passar para serem considerados “construtores de cidades”.

- **Desafio Político**, defendendo que o espaço público é o espaço de expressão colectiva, da vida comunitária, do encontro e da inter-mudança quotidianos. Nada fica à margem deste desafio: blocos habitacionais, centros comerciais, escolas, equipamentos culturais ou sociais, eixos viários, para não dizer também ruas e galerias, praças e parques. Todas estas realizações arquitectónicas são susceptíveis de um tratamento urbanístico que gera espaços de transição, que contribui para a criação de espaços de uso colectivo. Trata-se de uma questão de vontade política e de respeito pelos direitos do cidadão, o sentido que se quer dar ao quotidiano do cidadão.
- **Desafio Cultural**, a monumentalidade do espaço público expressa e cumpre diversas funções: referência urbanística, manifestações da história e da vontade do poder, símbolo da identidade colectiva. É um dos melhores indicadores dos valores urbanos predominantes. Porque é que nos são impostos grandes edifícios públicos como fortalezas religiosas ou políticas; ou são inacessíveis ao público apesar do seu suposto papel representativo como os palácios e alguns parques? Porque é que as avenidas mais populares são coroadas com monumentos ou são baptizadas com nomes que glorificam gestos militares nada populares? Porque é que se ornamentam e se qualificam como culturalmente válidas certas zonas da cidade e não outras abandonadas ou desvalorizadas? Porque é que se sacrificam avenidas ao trânsito automóvel e espaços colectivos animados ou abertos aos parques temáticos exclusivos? Porque é que se menospreza o valor cultural dos edifícios e tramas que representam a história industrial e operaria, para não se falar dos fragmentos rurais e agrícolas?

Para Ascher (1995), o termo de espaço público aparece pela primeira vez num documento administrativo em 1977, agrupando na mesma categoria os espaços verdes, as ruas pedonais, as praças, a valorização da paisagem urbana e o mobiliário urbano. Já numa perspectiva territorial e tecnicista, o espaço público é, à partida, um espaço físico, o da rua, da praça, do comércio e das trocas. É considerado o espaço que a “olho nu” qualquer um identifica por características formais que o individualizam (Narciso, 2008). Citando Cotrim (2005) “O espaço público de uma cidade é formado pelo sistema de espaços públicos livres (ruas, praças, jardins, parques, praias, rios, mar) e pelos elementos morfológicos que são visíveis a partir desses espaços. Engloba por um lado, aquilo a que chamamos paisagem urbana, e por outro,

as fachadas que formam uma interface entre espaço público e privado. O espaço público é composto, ordenado e mantido em função do seu uso e da sua percepção social. É o que podemos chamar espaço público ordenado, ou seja, concebido como um todo e contemplando tudo aquilo que o constitui desde o tratamento do solo à envolvente arquitectónica, mobiliário e equipamento urbano até à arborização urbana. O espaço público é, em boa medida, o suporte físico das redes de serviços, sistemas de transportes e comunicação do ambiente urbano. É nele que estas redes se materializam, têm uma presença física através de elementos concretos (caixas de registo, tampas de acesso, sumidouros, entradas de acesso ao metropolitano, sinalização, etc.)". Por outro lado, Carreras i Verdaguer (2002) analisa o espaço público do ponto de vista da sua função. Citando Narciso (2008), que se refere a Carreras i Verdaguer dizendo que "nesta acepção, os espaços podem ser especializados ou polivalentes, isto é, monofuncionais ou plurifuncionais. Os espaços públicos abertos são essencialmente polivalentes, dedicados a usos diversos, e que um uso pode predominar sobre outros; assim, as ruas e as praças, os passeios e as avenidas, os parques e os jardins servem para circular e comunicar, para passear e encontrar-se, para trabalhar e passar o tempo, para contemplar e ser contemplado. Esta definição vai muito de encontro aos princípios do modernismo, em que os espaços públicos eram construídos para a burguesia passear, ser vista, como espaços de decoração para as elites. Em contrapartida, geravam-se espaços de exclusão que, mesmo passado tanto tempo, se continuam a gerar nas sociedades contemporâneas". Outro conceito, estritamente ligado ao de espaço público é o de acessibilidade, defendido por vários autores como o lugar onde qualquer indivíduo pode circular livremente (Narciso, 2008). Para Ferreira (2004) a acessibilidade aos espaços públicos representa um valor fundamental de urbanidade, tendo em conta que, se a qualidade das sociedades urbanas também é avaliada em função da sua oferta de mobilidade, tanto espacial como social, o acesso aos espaços públicos – que, em última análise, constitui um indicador fundamental do próprio acesso à cidade – é, antes de mais, uma questão de cidadania e da própria democracia na e da cidade. Segundo Serpa (2004) a acessibilidade "está estreitamente vinculada, na demarcação dos territórios urbanos, à alteridade, contrapondo uma dimensão simbólica (e abstracta) à concretude física dos espaços públicos urbanos. Pois a acessibilidade não é somente física mas também simbólica (e abstracta) na concretização física dos espaços públicos urbanos". Para este autor, a acessibilidade não é somente física, mas também simbólica, e a apropriação social dos espaços públicos urbanos tem implicações que ultrapassam o design físico de ruas, praças, parques, largos, centros comerciais e prédios públicos. Podemos dizer que a acessibilidade na visão deste autor transporta uma dimensão física e outra simbólica, mas assentes na dimensão social do espaço (Narciso, 2008). Para Serpa (2004), "se é certo que o adjectivo "público" diz respeito a uma acessibilidade generalizada e irrestrita, um espaço acessível a todos deve significar, por outro lado, algo mais do que simples acesso físico a espaços "abertos" de uso colectivo. De modo geral pode-se concluir que é difícil apresentar uma definição concreta de espaço público, por encarar diferentes abordagens que acabam por se interligar. Contudo, o espaço público é um lugar aberto, de acesso irrestrito, é um ponto estruturante da malha

urbana e de confluência de vários caminhos e lugares, é um espaço de passagem e de permanência, construído por diversos agentes, quer na sua forma material ou vivencial (Narciso, 2008).

Contrariamente ao que se pensa, nem sempre o espaço público e o espaço privado tiveram os seus limites bem definidos, sendo confundidos muitas vezes ao longo da história. A ideia de que uma cidade possui um “meio” público, propício ao convívio social, já é bastante antiga, mas só se define plenamente na Antiguidade Clássica e com a urbanística grega. A civilização grega, como já foi referido num capítulo anterior, criou a “*agora*”, inserido na *polis*, que representava o espírito público e onde a cidadania era exercida ao passo que as cidades europeias medievais construíram-se através de uma constante apropriação da terra pública e da definição desordenada de ruas, normalmente estreitas e insalubres, situação que se veio a alterar, radicalmente, com o aparecimento do urbanismo sanitista no século XIX, através das intervenções de Hausmann em Paris e de Ildelfons Cerdá em Barcelona. Como refere Narciso (2008) “ainda que baseados num discurso muito mais estatal que público, estas intervenções colocaram o desenho das áreas públicas (especialmente as grandes avenidas) como prioritárias na definição da paisagem urbana”. Com a chegada do Movimento Moderno no início do século XX, alterou-se a ideia de “público”. Citando novamente Narciso (2008) e segundo vários representantes “todo o solo dentro dos perímetros urbanos deveria ser de propriedade pública, sendo pertencentes à esfera privada apenas fracções ideais destes terrenos correspondentes aos apartamentos particulares”. Esta ideia foi pouco posta em prática, sendo considerada por diversos críticos, entre os quais Jane Jacobs, como “ingenuamente utópica”, devido à sua aplicação na cidade real. Mais tarde, com o Novo Urbanismo, vulgarmente conhecido como o urbanismo do espaço público, modificam-se as linhas orientadoras de intervenção do espaço público. Segundo Narciso (2008) “o modo de projectar o espaço organiza-se sobretudo em torno a elementos formais, onde o processo cognitivo assume as linhas base de intervenção. Contudo, o novo urbanismo vai permitir o aumento da densidade, o uso múltiplo (comércio e residência), como forma de diminuir a degradação ambiental e promover mais interações de vizinhança e diminuir a dependência do automóvel. O aumento da densidade salva áreas de cultivo e reservas naturais da ameaça do modelo suburbano, assim como agrada à indústria da construção, que vende mais cidades em menor espaço”. Segundo alguns autores, como Irazabál (2001) e Lara (2001), esta nova forma de projectar a cidade não oferece soluções para os problemas existentes, oferece novas soluções para as classes médias/altas.

Relativamente à qualidade do espaço público, este vai encontrar a sua génese ao nível do planeamento do território, visto depender directamente da interacção das políticas municipais e do interesse dos privados. Como é do conhecimento geral, o espaço público é o elemento de “conexão” da cidade, da qual o seu projecto e, consequente, desenho urbano, dependem da competência técnica de quem os realiza, tornando-se este um dado crucial para a obtenção de qualidade ao nível do espaço público. Para criar o espaço público é essencial assimilar o

mistério que envolve os seus múltiplos propósitos sociais, ter a sensibilidade de criar um desenho que caminhe ao encontro dos objectivos públicos e das comunidades a (re)criar. Assim, de modo a obter um espaço público de qualidade, é essencial da parte de quem “cria” espaço público, entender que a popularidade de um lugar depende da relação entre a localização, o desenho de pormenor, o seu uso e significado, ou seja, depende da “construção” do seu *genius loci*, onde “lugar” está longe de se confundir com o espaço físico residual ou de implantação do edificado (por vezes desprovido de significado), retomando o valor da memória colectiva, da pluralidade de níveis de significado (histórico, económico, ético, social, psicológico, etc). Dito isto, é importante não esquecer as referências fundamentais ao papel do espaço público na cidade, tais como as impressões das pessoas, as suas necessidades e expectativas, as ligações ao lugar e a sua participação activa na criação e manutenção do espaço público e que constituem a base social do mesmo. Um espaço público sustentado é aquele que desempenha um papel ecológico eficaz dentro do tecido urbano, a par da sua função social e de polivalência (Brandão, 2003).

Mas, ao contrário do que aqui é defendido, o que se verifica muitas vezes nos nossos dias, algumas vezes por problemas técnicas, outras devido às políticas urbanas existentes que podem não ser as mais adequadas, são intervenções no espaço público que ostentam o espectáculo e a soberania estética, que resulta em espaços desajustados da realidade social, onde a vivência dos mesmos acabado por ser afectada (Narciso, 2008). Como já foi referido, toda a intervenção no espaço público tem como seu principal objectivo a apropriação do mesmo pelo homem, onde cada projecto converge, ou deveria convergir, nas aspirações e desejos da população que o irá utilizar, apresentando as características fundamentais à sua máxima rentabilização. Estes espaços deverão possuir características próprias e identitárias de modo a criar relações de proximidade e de afecto para com os mesmos. Mas nada disto surge por acaso, é necessário “um conjunto de referências espaciais, territoriais e humanas que traduz através de símbolos uma linguagem própria e unívoca, repleta de significados, assente numa estrutura planeada e organizada” (Narciso, 2008). Segundo Magalhães (2001), o desenvolvimento desde a fase de compreensão e percepção do espaço até à sua concepção, não é um caminho linear, do geral para o particular, aliás, este efectua-se através de avanços e recuos, com saltos entre a concepção a diversas escalas e através da formalização de sínteses intermédias que devem ser visualizadas e representadas. Estes pressupostos têm que ser assumidos, de modo a evitar que ocorra uma desvalorização do simbolismo do espaço público e a consequente degradação da sua imagem. Contudo, as cidades precisam de promover a sua identidade e as suas qualidades de modo a se afirmarem e diferenciarem numa rede urbana cada vez mais competitiva. Com um bom desenho do espaço público, consegue-se um enorme contributo e que ajuda a valorizar o património arquitectónico e urbanístico, e ao mesmo tempo, torna-se cada vez mais uma parte própria da cultura urbana, da cidadania. Citando Carvalho (2002), “por bom desenho do espaço público entendemos o desenho que serve o seu objectivo, é sustentável, eficiente, coerente flexível, corresponde às expectativas e necessidades dos utilizadores e fornece espaços aptos a serem apropriados, estimados e



usufruídos pelas suas comunidades”. Seguindo estes princípios, os espaços públicos de qualidade podem ajudar as cidades a criar e manter locais de forte centralidade, qualidade ambiental, competitividade económica e sentido de cidadania (Carvalho, 2002).

Em jeito de conclusão, podemos ter em conta uma breve reflexão de Brandão (2000), que considerou 5 pontos fortes e 5 pontos fracos sobre o espaço público:

**Pontos fortes:**

1. A fase em que na intervenção sobre os espaços das cidades tinha de ser dada a prioridade às necessidades básicas – estradas, habitação social – começa a ser ultrapassada
2. As cidades assumem um grau elevado de competitividade, cuja representação é assegurada pelo espaço público. Se isso se passa a nível internacional, entre as capitais, a concorrência entre cidades também se faz sentir no interior do país.
3. Há um novo padrão cultural de expectativas, marcado pelo espaço político e económico em que estamos – a adesão à comunidade europeia elevou os termos comparativos da qualidade de vida
4. Junto de vários parceiros, sejam os profissionais, as empresas ou as instituições, o espaço público já não é visto como o espaço resultante de operações de urbanização ou do traçado de vias
5. As formas de gestão da forma urbana evoluíram, dos modelos de planeamento ligados à função reguladora do estado, para a forma de parceria, valorizando o espaço público como elemento estruturante

**Pontos fracos:**

1. Prevalece a má qualidade dos espaços limites do espaço público (a arquitectura, os espaços sobranceiros sem uso, os espaços limites, de ninguém)
2. A degradação de espaços públicos nas zonas urbanas existentes e a qualidade inexpressiva da maior parte dos novos (pracetos, vias rápidas, parkings,...)
3. O impacto do automóvel: eliminação do espaço público útil, aumento das distâncias, barreiras e desigualdades entre quem tem e quem não tem automóvel
4. A agressividade e falta de identificação com o lugar, hábitos de socialização pobres, vivência escassa nos espaços exteriores, geram abandono e vandalismo
5. O ruído visual da publicidade e o impacto poluidor dos suportes de comunicação em quantidade crescente, que representam a privatização de um bem colectivo.

### **3.2. Critérios gerais que devem reger a elaboração de projectos de espaço público**

Como foi referido no capítulo anterior, a definição de espaço público é complexa, no entanto, a sua qualidade é essencial para responder às exigências impostas pela cidade. Para isso, é necessário que obedeça a determinados critérios gerais. Segundo Brandão (2002), os

critérios que o espaço público deve ter em conta, de modo tornar-se um espaço de vivência e onde é possível o desenvolvimento da vida social são:

- A – identidade;
- B – Continuidade / Permeabilidade
- C – Segurança / Conforto / Aprazibilidade
- D – Mobilidade / Acessibilidade
- E – Inclusão e Coesão Social
- F – Legibilidade
- G – Diversidade / Adaptabilidade
- H – Resistência / Durabilidade
- I – Sustentabilidade

Estes critérios foram estruturados de forma a encontrar uma metodologia de intervenção no desenho do espaço público, que reflectisse a realidade e ao mesmo tempo permitissem uma avaliação pertinente das intervenções pelas entidades gestoras do processo. No entanto, estes critérios deverão ser ponderados e “formatados” aos locais, pois não pretendem ser regras a seguir rigidamente, aliás muitas vezes poderão entrar em conflito entre si ou beneficiar mais umas pessoas que outras. Em anexo, no Texto 1, são apresentadas detalhadamente as características referidas (Brandão, 2002).

### **3.3. Métodos de avaliação de qualidade do Espaço Público**

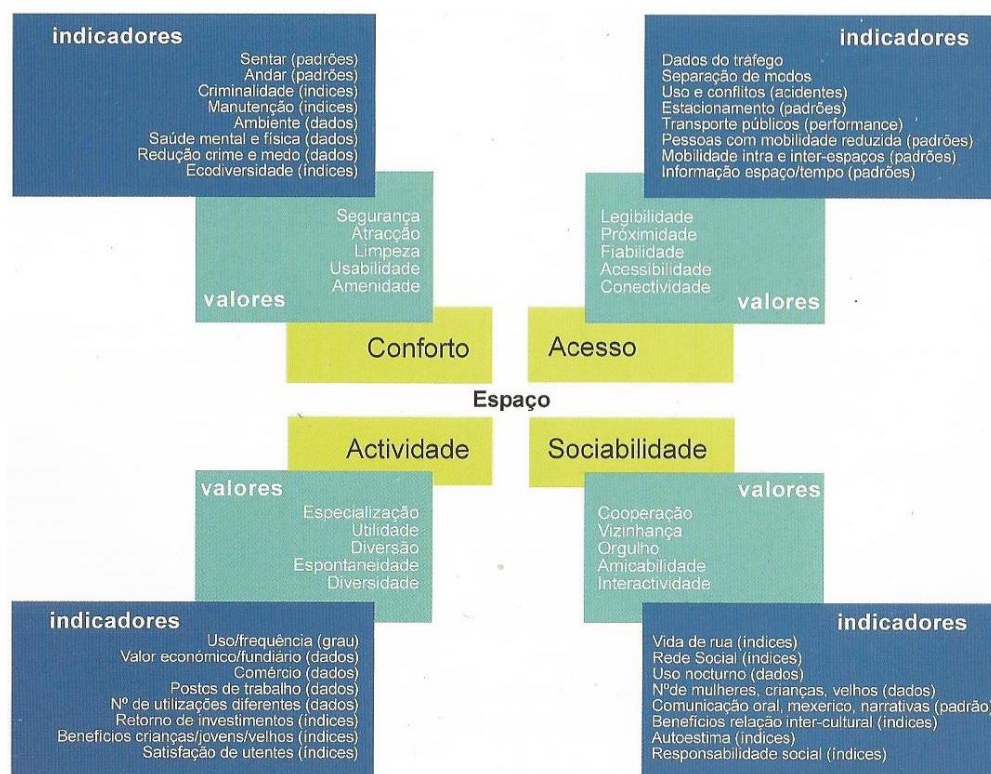
Actualmente, em Portugal, não existe legislação em vigor que indique directrizes de como se deve realizar a avaliação da qualidade do espaço público urbano. Deste modo, este tipo de avaliações, são efectuados através de programas de requalificação de espaços públicos, que devem ser elaborados por equipas multidisciplinares, de forma a se abrangerem todas as questões necessárias e essenciais à sua elaboração, sendo bem pensados e estruturados, com o objectivo de se atingir a máxima eficácia aquando a sua aplicação. Assim, de seguida, com base em dois trabalhos já publicados, serão apresentados dois métodos de avaliação de espaço público, desenvolvidos por duas entidades, que fornecem este tipo de avaliação, apesar de se dirigirem a alvos diferentes. O primeiro, o denominado “Project for public spaces (PPS)”, dirige-se ao próprio cidadão, sendo um elemento avaliativo para qualquer cidadão que pretende avaliar o(s) “seu(s)” espaço(s) público(s), o segundo método, denominado “O chão da cidade”, é um método de avaliação proposto por Pedro Brandão, e dirige-se essencialmente aos responsáveis políticos e técnicos das autarquias locais, que geram e controlam todo o planeamento do espaço público (Capaz, 2012).

#### **3.3.1. Project for public spaces – O diagrama do Lugar**

A “Project for Public Spaces (PPS)”, antes de mais, é uma organização sem fins lucrativos. Dedicar-se a ajudar as pessoas a criar e a manter a qualidade dos seus espaços públicos através de acções de educação, planeamento e de design, com o grande objectivo

aumentar o fortalecimento dos laços de comunidade em que trabalham. A PPS, considera com bom espaço público, aquele espaço que torna possível tanto as trocas sociais como económicas através de uma grande fusão cultural. Deste modo, a PPS colocou a seguinte questão: o que faz um espaço público ser bem-sucedido enquanto um outro espaço falha?

Assim, e após uma profunda avaliação e análise de milhares espaços públicos em todo o mundo, foram identificadas quatro qualidades essenciais, comuns a todos os espaços que avaliaram e que foram considerados como bem-sucedidos – Acesso; Conforto; Actividade; e Sociabilidade. Baseando-se nestes atributos é proposto um método de diagnóstico da percepção dos valores identitários do espaço público, sendo criado um diagrama, o Diagrama do Lugar, que tem o objectivo de auxiliar o cidadão a avaliar, positiva ou negativamente, os seus espaços públicos. Mesmo os valores intangíveis podem ser avaliados, seja por indicadores, seja pelas percepções que os actores (destinatários, proprietários) têm da sua relação com os atributos do espaço. Os indicadores são manifestações indirectas do valor, por exemplo, a pertença ao clube desportivo local, ou a simples nomeação do “local de onde se é”, manifestam um valor de “pertença” a um colectivo. Podemos observar alguns daqueles valores e indicadores no Quadro 1, do Diagrama do Lugar (Brandão, 2008).



Quadro 1 – Diagrama do Lugar (Fonte: Brandão, 2008)

A utilização deste diagrama é simples e pode ser feita por qualquer cidadão. No centro do diagrama encontramos o “Espaço”, que representa um local nosso conhecido, como uma rua, uma praça ou um edifício e que irá ser avaliado de acordo com os quatro principais critérios referidos anteriormente – Acesso; Conforto; Actividade; e Sociabilidade. Associado a

cada um destes quatro critérios principais, encontram-se diversos aspectos intuitivos ou qualitativos que poderão ser utilizados na apreciação do “Espaço”, como também se encontram diversos aspectos quantitativos que podem ser utilizados de modo a formular estatísticas ou serem utilizados em pesquisas (Capaz, 2012).

Como é espectável, cada um destes quatro critérios principais levantam várias questões que têm ser consideradas e equacionadas, e que serão enunciadas de seguida segundo um estudo efectuado por Brandão (2008):

#### **Acesso – O espaço é acessível e bem conectado a outros lugares?**

Para que um espaço público seja bem-sucedido terá que ser um espaço que esteja integrado na comunidade onde se encontra e deverá ser de fácil acesso e circulação, facilmente identificável e visto de todos os pontos, de fora para dentro e de dentro para fora.

Questões a considerar:

- Pode-se avistar o lugar à distância e tem-se uma visão larga a partir dele?
- Tem boas vistas – contemplar – ver (verdes, pessoas, mar, movimento)?
- Há uma ligação fácil entre o espaço e edifícios adjacentes?
- Os passeios têm ligação fácil-contínua a áreas adjacentes?
- Há opções variadas para chegar ou sair (carro, autocarro, metro, bicicleta)?
- Os passeios levam as pessoas até às áreas adjacentes?
- Estão os parques de estacionamento convenientemente localizados?

#### **Conforto – É um espaço confortável e que apresenta uma boa imagem?**

O conforto de um espaço público deverá ser avaliado tanto pela beleza do local, terá que apresentar uma boa imagem, como pela forma como é cuidado e mantido, sendo essencial transmitir sensação de segurança para que o frequente. O conforto inclui não só a segurança e a limpeza, como também a disponibilidade de lugares para sentar, o que muitas vezes é subestimado.

Questões a considerar:

- Qualidade funcional (andar, estar, sentar, falar)?
- O espaço causa uma boa impressão? Há motivos a fotografar?
- Há espaços suficientes para sentar à sombra, ao sol?
- A área parece segura? Terá vigilância regular?
- Os peões dominam os veículos no uso do espaço, ou o inverso?
- O local provoca uma boa primeira impressão?
- Os espaços estão limpos? Quem é responsável pela manutenção?

### **Actividade – É atractivo para as actividades das pessoas?**

As actividades desenvolvidas num espaço definem a razão pela qual as pessoas o frequentam. Se não houver nada para fazer num espaço, é pouco provável que as pessoas regressem. Um espaço sem actividade, será um espaço vazio onde as pessoas possivelmente não irão nem terão vontade de voltar. Para tal há que considerar os seguintes princípios quando se trata de avaliar os usos e actividades de um lugar (Capaz, 2012):

- Quantas mais actividades existirem e os cidadãos tiverem oportunidades de participar melhor;
- Deverá existir um bom equilíbrio entre mulheres e homens (as mulheres são mais críticas acerca dos espaços públicos);
- O espaço deverá ser utilizado por pessoas de todas as faixas etárias, desde os mais jovens aos mais velhos;
- Deverá ser utilizado durante todo o dia;
- Um espaço que pode ser utilizado por pessoas individualmente ou em grupo, é melhor que um espaço que só possibilite uma das opções;
- A gestão do espaço é importante para o seu sucesso

Questões a considerar:

- Há pessoas a usar o espaço? Ou está vazio?
- É usado por pessoas de várias idades, sexos, culturas, deficientes?
- Há vários tipos de actividades a decorrer?
- Pode-se identificar alguém responsável presente ou acessível?
- Há conflitos de uso (cargas-descargas, limpeza, venda ambulante, “grafiti”)?

### **Sociabilidade – É sociável, as pessoas encontram-se, identificam significados?**

A sociabilidade do espaço é um factor essencial para o sentimento de pertença por parte do cidadão em relação a esse espaço. Apesar de ser um critério difícil de alcançar, torna-se uma característica essencial do espaço quando o seu objectivo é conseguido. Quando se está entre amigos, quando existe uma relação de proximidade com os vizinhos ou conhecidos, ou mesmo quando se sente mais à vontade para interagir com estranhos, as pessoas tendem a desenvolver um maior sentimento de comunidade e a preocupar-se mais com o espaço que é de todos que o utilizam.

Questões a considerar:

- Há pessoas ou grupos, a sorrir, a falar uns com os outros, cumprimentam-se?
- Existem sinais de memórias compreensíveis (monumentos, árvores, narrativas)?
- Podem-se identificar pessoas diferentes que usarão o espaço com frequência?

- Há vivências sociais (festas, jogos, quiosques, cafés) e sítios de interação?
- Há uma visão de futuro, ou orgulho da comunidade, partilhado com o visitante?

### **3.3.2 O chão da cidade - Checklist**

Este segundo ponto, é dedicado a uma metodologia de avaliação do espaço público criada por Pedro Brandão, denominada “O Chão da Cidade”, onde o autor pretende explicar o que entende por “bom desenho” de espaço público e como se consegue atingir esse objectivo com êxito. Para Brandão (2002), “o processo de intervenção no espaço público não deve ser perspectivado apenas como exercício de criatividade, nem a imaginação e a perícia do projectista são os únicos factores que determinam as transformações a operar. Antes de mais, esse desígnio deve resultar de objectivos e estratégias de desenvolvimento nacionais, regionais e/ou locais, pois de outra forma corre-se o risco das acções se esgotarem em si mesmas e não contribuírem, de uma forma efectiva, para a concretização das expectativas da comunidade, para a salvaguarda dos interesses públicos e dos recursos colectivos.”

Ao realizar-se um projecto ao nível do espaço público, é essencial que todos os agentes envolvidos se comprometam com o mesmo e que tenham como objectivo principal, realizar um desenho rigoroso e de qualidade, onde o produto final se integre na realidade local onde se irá inserir, adaptando-se à finalidade para a qual foi concebido; que seja sustentável, coerente e flexível; e que seja visualmente estimulante e de fácil utilização e manutenção para que se torne num espaço atractivo e que corresponda às expectativas e necessidades de todos os utilizadores. Para tal acontecer, é crucial, realizar um controlo contínuo de qualidade durante todo o processo, que vai desde a sua fase de concepção, passando pela fase de execução das obras, até à fase de manutenção dos espaços. Ao longo de todo este processo de construção/criação de espaço público, é também essencial responsabilizar todos os intervenientes, desde o cliente, promotor, dono, financiador ou construtor e o projectista (arquitecto, artista ou artífice), até ao próprio público, onde a sua participação, directa ou indirecta, é de extrema importância (Brandão, 2002).

Deste modo, Brandão (2002), considera que o êxito dos projectos de espaço público depende de vários factores, tais como:

- Da consistência de um programa, i.e, da formulação de objectivos e directrizes, decorrentes de estratégias de desenvolvimento, que pode ser expresso em planos de ordenamento do território ou através de outros instrumentos relacionados com o espaço publico e adequados às diferentes realidades e escalas de intervenção. No programa, deverão ser definidos claramente os princípios e objectivos apropriados a cada local, que para além de sintetizarem as políticas municipais, transmitem informações úteis e de ordem pratica sobre os parâmetros que devem balizar o projecto. Este tipo de orientação/enquadramento, deve incluir, entre outros, a definição dos seguintes aspectos:

- Especificações de enquadramento contextual, nomeadamente quanto à escala (altura, volumetria e densidade), dos elementos que deverão integrar a proposta
- Funcionalidades a que o projecto deve dar resposta e eventuais restrições, por exemplo, quanto a materiais (construtivos e vegetais) a utilizar em cada contexto
- Orçamento disponível
- Outras aspirações do cliente

Poderão ainda ser considerados critérios adicionais, nas zonas históricas ou na relação com elementos arquitectónicos notáveis e/ou patrimoniais, com o objectivo de preservar e melhorar a identidade ou o carácter de um local, e como forma de salvaguardar a uniformidade/identidade de determinadas unidades paisagísticas e urbanas.

- Do profundo conhecimento e entendimento das condições e agentes que influenciam as áreas de intervenção e os sistemas em que se inserem; os fenómenos que caracterizam a época em que vivemos, comportam alguns efeitos negativos sobre a cultura e a identidade dos lugares. Em termos de espaço público, este efeito tende a provocar uma uniformização de paisagens, como consequência da padronização das tipologias projectuais, dos materiais e técnicas de construtivas e dos modelos de equipamento e mobiliário urbano.

Para combater este problema, deve incentivar-se a adopção de soluções baseadas em interpretações contemporâneas da cultura e do contexto, em detrimento das soluções que tendem a contribuir para a indiferenciação de costumes e que empobrecem a riqueza e a diversidade paisagística. O conhecimento das características biofísicas, sociais, económicas e culturais de cada região e local, é um factor fundamental que importa traduzir nos projectos de espaço público, pois permite otimizar a gestão dos recursos e fomentar a sustentabilidade dos sistemas, as características das suas diferentes componentes, e as dinâmicas que regulam a interacção entre essas componentes. A identidade e a qualidade do ambiente local, incluindo a sua relação com a natureza e a arquitectura das edificações das imediações são pois, aspectos que não podem deixar de ser equacionados nos projectos, mesmo quando sejam formalmente destacados e de grande visibilidade, inovadores ou de alguma forma contrastantes.

- Da adopção de uma metodologia de projecto imaginativa e apropriada, por parte de quem desenvolve o desenho e por parte de quem gere o processo de planeamento. A metodologia de projecto tem um papel crucial na criação de bom desenho, mas a criação de espaços com sucesso depende das capacidades do projectista e da visão e empenho de quem os executa e gere. O processo de planeamento deverá encorajar e

facilitar a excelência, a inovação e a criatividade do desenho, e simultaneamente, desincentivar e inibir propostas fracas e medíocres. O desenho de qualidade, respondendo a requisitos funcionais e estéticos, deverá ser um dos objectivos principais a atingir pelos projectistas do espaço público. Deverá ser possível que as novas propostas tenham a mesma ou maior riqueza, individualidade e qualidades intrínsecas que os locais onde irão ser integradas, por forma a contribuírem para a sua valorização.

- Da capacidade de avaliação e decisão sobre o que é razoável em termos económicos e de mercado. O bom desenho de espaço público não é apenas uma questão de responsabilidade profissional, social e ambiental, é um investimento, que também deve acrescentar valor económico, possibilitando a criação de mais-valias, rentabilidade e competitividade. Os projectos de espaço público bem desenhados não são necessariamente mais caros – a imaginação, a criatividade e a sensibilidade, são factores que devem contribuir para criar espaços de alta qualidade a custos baixos ou moderados. A redução dos custos de manutenção é também um factor de durabilidade e portanto, de sustentabilidade dos investimentos.

É importante que o desenho do espaço público incorpore uma certa flexibilidade estrutural, que possibilite a adaptação dos novos espaços às oportunidades e necessidades de mudança (ao longo dos tempos) de pressupostos económicos ou outros, sem exigir uma grande mobilização de recursos.

- Da capacidade de mobilização e envolvimento da comunidade na tomada de decisões sobre o tipo de opções a implementar, em cada caso, promovendo de forma sistémica a consulta pública como método de assegurar a desejável articulação entre políticos, técnicos e cidadãos. A participação dos cidadãos logo no início do processo desempenha um papel fundamental na posterior apropriação dos espaços pelas suas comunidades. Seja directamente ou através de organizações associativas, representativas ou outras, com maior ou menor formalidade, a intervenção pública pode ainda ter por âmbito a participação na gestão e manutenção dos espaços públicos.

Assim, e considerando os pontos referidos anteriormente, Brandão (2002) desenvolveu uma metodologia, dirigida essencialmente aos responsáveis políticos e técnicos das autarquias locais, que geram e controlam todo o planeamento do espaço público, com o objectivo de se criar espaços públicos de qualidade. Para tal, é considerado que a forma de avaliação mais adequada para este estudo, seria através do desenvolvimento de uma grelha de critérios/características – checklist - reconhecidas como fundamentais num projecto de espaço público, onde cada um deles será classificado através do registo de pontos fortes e fracos e por uma pontuação de 1 a 5, de modo a obter-se uma base sólida de avaliação. Tais critérios,



apresentam-se então como parte de uma grelha de avaliação e encontram-se organizados em dois níveis:

- a) Critérios gerais, que se referem aos parâmetros qualitativos a que o espaço público pode dar resposta, como os parâmetros de Identidade, Continuidade, Mobilidade, Acessibilidade, Permeabilidade, Segurança, Conforto e Aprazibilidade, Inclusão social, Legibilidade, Diversidade, Robustez, Durabilidade e Sustentabilidade
- b) Critérios específicos de áreas de intervenção do projecto, como os relativos aos elementos e estruturas naturais, aos elementos de expressão artística (arte pública ou urbana), elementos e sistemas de comunicação, ao equipamento e mobiliário urbano, às estruturas e elementos de iluminação e ainda às infra-estruturas viárias e de transportes. Cada uma destas áreas apresenta objectivos e características específicas em relação às quais se podem estabelecer e aferir critérios de avaliação. De referir ainda, as infra-estruturas subterrâneas que, apesar de em regra serem invisíveis, não são menos decisivas para a performance do projecto de espaço público

Em anexo (Quadro 2 e 3), apresentam-se os quadros de avaliação correspondente aos critérios gerais e aos critérios específicos.

### **3.4. Vegetação no espaço público**

As árvores de sombra são consideradas como um elemento de enriquecimento dos espaços públicos, tanto pela sua função de regulação climática em dias de temperaturas mais elevadas, como no que diz respeito aos benefícios ambientais (funcionais e estéticos) que as mesmas oferecem, como por exemplo actuarem como filtro dos raios solares, que protege os pavimentos e as fachadas, como de regulação dos índices hídricos da atmosfera. No entanto, e apesar da sua importância, pelas razões já referidas, é notável a escassez destes elementos nos espaços públicos.

Ainda dentro dos benefícios da presença das árvores de sombra, em especial as espécies caducifólias, nos espaços públicos, podemos referir a prevenção do sobreaquecimento de pavimentos e fachadas, a fixação de poeiras na superfície das folhas, e ainda o facto de conferirem frescura e humidade ao ar, bem como uma maior concentração de oxigénio nas zonas onde se inserem (de especial importância em zonas de grande afluência de carros, que emitem altas concentrações de dióxidos e monóxidos de carbono), actuando como “purificadoras” da atmosfera citadina através do seu processo de fotossíntese. Por outro lado, nas estações de temperaturas mais frias, a queda das folhas permite que nos dias de sol possa existir um maior aproveitamento dos raios solares.

Numa vertente mais estética da paisagem, este tipo de vegetação auxilia na quebra da monotonia, moderando a luz intensa, e dando ao lugar um ritmo e uma vibração diferentes conforme a forma das folhas, o tamanho a densidade da folhagem e ramagem e ainda a

coloração, presença ou ausência de folhagem conforme a época do ano em que nos encontramos, dotando os espaços em que se inserem de um certo dinamismo.

Alves (2003) distingue as principais exigências para o plantio e selecção de espécies de árvores e arbustos segundo a concepção do desenho do espaço público urbano como sendo:

- Explorar, as vantagens visuais que as associações com distintas texturas, cores e tamanhos e as suas relações com a modelação do terreno podem oferecer;
- Estabelecer a coerência entre o tipo de fileiras de árvores que se criam (e os seus afastamentos ou intervalos) e o efeito visual que se pretende. A cadência de implantação das árvores deve valorizar os objectivos perspectivos e ritmos visuais;
- Assegurar a correcta distância entre as árvores e o edificado, por forma a possibilitar o necessário encontro da luz natural com os edifícios, em especial nos pisos mais baixos, de modo a prevenir a destruição dos beirais e cornijas pelo choque das ramagens ou o entupimento de caleiras e algerozes pela acumulação de folhagem em excesso;
- Seleccionar rigorosamente as espécies no que respeita ao seu tamanho no estado adulto, à sua geometria de implantação e à sua própria natureza, de maneira a que se adequem, respectivamente, à dimensão do espaço disponível, à sombra e/ou luz pretendidas, ao tipo de usos existentes ou a prever, à visualização e aos efeitos perspectivos sobre quaisquer elementos de interesse singular ou colectivo a destacar;
- Assegurar o cumprimento das condições mínimas necessárias para o desenvolvimento das espécies tais como volume de terra e superfície de exposição adequados, especialmente em áreas pavimentadas, ventilação, drenagem e humidade previstas, seja natural ou por rega, dimensionamento correcto das argolas e posicionamento central dos caules em relação a essas e ainda, considerar a aplicação, quando necessário, de estacas ou outros protectores às deformações provocadas pela acção do vento ou de outros agentes agressores e evitar a compactação e a impermeabilização do solo, os quais reduzem as quantidades de água e de ar indispensáveis à respiração radicular e ao desenvolvimento de microorganismo aeróbios que favorecem a absorção;
- Substituir de imediato as árvores eliminadas em virtude do seu estado precário de saúde ou da reestruturação dos espaços – novos traçados e usos.

A poda incorrecta e indiscriminada, sem distinção da espécie, tamanho, idade, implantação e saúde dos exemplares são alguns dos problemas que surgem no que diz respeito à conservação específica das árvores. Deverão também ser instalados sistemas de rega para os casos em que o terreno não garanta humidade natural suficiente necessária à hidratação da árvore ou do arbusto.

Os elementos de vegetação desempenham assim uma função de composição e do desenho urbano, organizando, definindo e contendo espaços, caracterizando a imagem da

cidade apesar da sua individualidade própria. Em termos morfológicos e visuais, as estruturas verdes situam-se ao mesmo nível das estruturas edificadas, uma vez que sem a sua presença, os espaços públicos como as ruas ou jardins, teriam uma imagem visual muito diferente.

### **3.5. Tipologias de espaço público**

Segundo Lamas (2007), “a morfologia (urbana) é o estudo da forma do meio urbano nas suas partes físicas exteriores, ou elementos morfológicos, e na sua produção e transformação no tempo. Todavia, é necessário sublinhar que um estudo morfológico não se ocupa do processo de urbanização, quer dizer, do conjunto de fenómenos sociais, económicos e outros, motores da urbanização. Estes convergem na morfologia como explicação da produção da forma, mas não como objecto de estudo”. A morfologia urbana dedica o seu estudo à forma das cidades, devido à importância que tem o seu percurso histórico no processo de fazer cidade, que é necessariamente o processo de fazer o espaço público. Contudo, a forma do espaço individualiza-se através da sua tipologia, indicando que tipo de utilização/vivência cada espaço poderá ter. Esta, é traduzida no espaço através do desenho, onde, segundo as suas linhas, definem a tipologia que cada espaço irá ter. Tais tipologias, concretizam-se em espaços de circulação (como a rua ou a praça), espaços de lazer e recreação (como uma praça ou parque urbano), de contemplação (como um jardim público) ou de preservação ou conservação (como um grande parque ou mesmo uma reserva ecológica) (Narciso, 2008).

Em anexo, no Quadro 4, apresentam-se as diferentes tipologias de espaços públicos urbanos consideradas, com naturezas e especificidades próprias da cidade europeia e das cidades de outros continentes, e o correspondente uso que cada uma delas poderá ter por parte do utilizador (Alves, 2003).

Quanto ao contexto deste trabalho, pretende-se realizar um estudo sobre uma tipologia de espaço público urbano específica, a praça, à qual podemos verificar uma evolução morfológica e funcional dos seus desenhos desde as praças tradicionais, até aos desenhos realizados nos nossos dias. Hoje em dia, estas são criadas com um uso muito específico, onde o objectivo do desenho passa por criar espaços de reunião agradáveis e aprazíveis, “disfarçando” zonas descuidadas ou degradadas que existem nas cidades.

## **Capítulo 4. A praça**

### **4.1. A palavra e os significados**

A palavra praça surge do termo latim platea, e a sua utilização procura identificar um espaço público diferente de todos os outros, que se distinga, morfológicamente, dos espaços canal constituídos pelas ruas. Apesar deste tipo de tipologia apresentarem uma aparente clareza morfológica, são caracterizados por apresentarem espaços diversificados, com uma vasta nomenclatura, que de forma alguma constituem uma invariante cultural. Mais uma vez, volto a fazer referência ao papel importante assumido pela “ágora” grega ou pelo “fórum”

romano, como suportes espaciais de instituições cívicas das quais somos herdeiros, ao passo que durante a idade média e a idade moderna, estes espaços serviram múltiplas funções, tais como funções comerciais, políticas, sociais e religiosas, sendo rodeados pelos edifícios públicos e privados de maior relevância na cidade, vendo assim o seu carácter colectivo reforçado e ao mesmo tempo ganhavam posição de destaque em relação aos restantes espaços públicos urbanos. Segundo Alves (2003), “em qualquer tipo de tecido, a sua superioridade hierárquica evidencia-se, não só pelas funções que suporta, como pela natureza finita do seu espaço, pela sua dimensão relativa ou qualidade da arquitectura, independentemente da origem da sua formação. Hoje, apesar de tudo, a praça tradicional conservou muito do seu papel urbano. Embora com novos contornos, a sua produção como elemento urbano, após o fim do movimento moderno, conotou-a muito com o que alguns já chamaram “símbolo nostálgico de uma qualidade urbana perdida”.

Ao longo de toda a história das civilizações, incluindo também a história da cidade portuguesa, as praças têm-se revelado de extrema importância para a definição dos traçados e das tipologias edificatórias (Berger, 2007). A praça é o elemento organizador da estrutura urbana, é o ponto focal do tecido urbano, na qual convergem e do qual irradiam várias direcções sob a forma de ruas e avenidas (Campos, 2007). Segundo Lamas (2007), a praça é um elemento morfológico característico das cidades ocidentais, distinguindo-se dos outros espaços, que são resultado accidental do alargamento ou confluência de traçados, pela sua intencionalidade do desenho e organização espacial. Independentemente da sua génese, quer tenha sido resultado da intercepção de traçados orgânicos ou consequência de situações desenhadas e planeadas, a praça tem sempre uma identidade própria (Berger, 2007). Como Lynch (1999) refere “este é um modelo diferente de espaço aberto urbano, tomado fundamentalmente das cidades históricas europeias. A praça pretende ser um foco de actividades no coração de uma área “intensamente” urbana. Tipicamente, ela será pavimentada e definida por edifícios com grande densidade e rodeada por ruas ou em contacto com elas. Ela contém elementos que atraem grupos de pessoas e facilitam encontros: fontes, bancos, abrigos, entre outros elementos”. Na mesma linha de raciocínio, Alves (2003), entende que “a praça deve compreender um espaço público aberto, contido por formas harmoniosas, articulado aos restantes elementos morfológicos urbanos (ruas, outras praças, praças ou largos, entre outros), com pavimento rígido, na sua maior extensão (ainda que a vegetação faça, frequentemente, parte da composição da praça, a área de plantio não deve ser, visualmente, dominante nem exceder a área pavimentada, caso contrário, estaríamos perante um jardim ou um parque; por outro lado, não cabem à praça as qualidades hídricas e de drenagem necessárias à manutenção de uma grande massa vegetal), e onde se exclui a presença contínua do motorizado comum. Mais do que um espaço de passagem, deve constituir um lugar em si, cuja função principal se caracteriza pela satisfação interactiva de necessidades humanas que referimos – como passear, sentar, contemplar, comer, ler, observar, conversar e relaxar”.

Sendo simultaneamente considerada uma construção e um vazio, a praça não é apenas um espaço físico aberto, é também o elemento da composição urbana que melhor simboliza a dimensão colectiva da cidade, podendo ser considerado como um centro social integrado no tecido urbano (Sun, 2008) – quer se trate da praça do poder, do prolongamento do adro da igreja, do lugar do mercado ou de uma simples dilatação do espaço público (Campos, 2007). Se a rua é o lugar característico para a circulação, a praça é o lugar de referência e propício ao encontro, à permanência, do acontecimento, da prática social, de manifestações da vida urbana e comunitária, e ao mesmo tempo apresenta funções estruturantes e de arquitecturas significativas (Lamas, 2007).

Em suma, e tendo em conta o que foi dito anteriormente relativamente ao conceito de Praça, existem algumas características e condicionantes comuns a todas elas que importa analisar (Alves, 2003):

- O facto de os elementos que a envolvem serem claramente visíveis delimita o seu tamanho
- Não são os elementos edificados que limitam a praça, antes é esta que lhes confere o sentido tangencial de limite e de conformação
- Por ser característico o sentido de “estar”, deve existir um nível, ainda que mínimo, de actividade
- A sua natureza permite um máximo controlo do espaço – à fácil acessibilidade exterior associa-se uma superfície mínima exterior a controlar, as entradas
- Pela forte vocação para o simbolismo, enquadram-se frequentemente no seu conteúdo edifícios públicos ou partes deles (agora, forum, igreja, claustro, pátio de mesquita, etc.)
- O forte sentido de contenção, que lhe assiste, favorece o desenvolvimento de determinados potenciais para a sua animação (fixação de actividades atractivas, conforto, convívio, descanso, entre outros)

#### **4.2. O contexto Português**

As praças urbanas destacam-se relativamente à sua importância na caracterização dos traçados urbanos portugueses e na compreensão das principais fases do urbanismo português, pela sua diversidade, que adveio não só das suas diferentes origens bem como as diferentes funções, formas, relações com componentes de traçado urbano e processos de crescimento e estruturação, características que se foram alterando ao longo dos séculos (Teixeira, 2001).

O grande número de praças dentro de um mesmo núcleo urbano é uma das características importantes na tradição urbana portuguesa. Esta multiplicidade de praças relaciona-se com a multiplicidade de funções que as mesmas assumem como funções de mercado, funções militares (praças de armas), funções políticas e administrativas (Casa da Câmara e Pelourinhos) e funções religiosas (Igrejas Matrizas), sendo esta característica

formalmente observada nos traçados urbanos setecentistas (Teixeira, 2001). Quando a organização de uma praça se dá em função de um edifício de importante valor colectivo como é o caso das Igrejas Matrizes, este destaca-se naturalmente de todos os outros, existindo uma relação de predominância deste em relação ao espaço, e consequentemente um condicionamento da sua organização. Nos casos dos mercados por exemplo, a praça organiza-se, não em função de um determinado edifício, mas a função que ocorre no próprio espaço, neste caso o comércio (Coelho, 2007).

A forma das praças advém do processo que lhes deu origem, existindo praças geradas a partir da relação dos traçados urbanos tais como cruzamentos e entroncamento de caminhos formando espaços com uma grande variedade de formas (devido às variadas situações tipográficas), e praças que resultam de ações de planeamento, que apesar de irem variando a sua forma consoante a época de construção, adoptam geralmente uma forma ortogonal. No período medieval, as praças não eram formalmente estruturadas, surgindo do cruzamento de caminhos, na periferia do núcleo urbano, sendo que esta estruturação foi implementada lentamente na cidade portuguesa. Podemos ainda referir as praças que surgem pela supressão de tecido urbano, como é o caso do Largo de Camões em Lisboa, que resultou da demolição do Palácio dos Marqueses de Marialva (Coelho, 2007).

Deste modo, as praças encontradas em cidades portuguesas de origem medieval, são o resultado de um longo processo de transformações que ocorreram ao longo do tempo e também, em alguns casos, de acções deliberadas de planeamento, no sentido da regularidade e ordenamento. Entre o final do século XV e o início do século XVI, período de grande impacto no que diz respeito à estruturação e ordenamento das praças urbanas, a construção de praças encontrava-se associada à construção de edifícios com motivos civis e religiosos, que se tornaram as principais referências arquitectónicas do período como a Casa da Camara e as Igrejas Matrizes, tornando as praças em lugares nobres (Teixeira, 2001).

Foi durante este período que, nas cidades ultramarinas, como o Funchal, foi implementado um programa de modernização dos espaços urbanos, dando origem a praças formalmente estruturadas e com características de regularidade. Esta modernização e regularização dos espaços urbanos ocorreu por dois processos distintos, um por regularização de espaços já existentes onde a estruturação ocorreu pela existência de edifícios ou funções aí localizadas, ou pela criação de praças de raiz, onde existiu um planeamento de ação para a renovação e modernização urbana com vista na morfologia regular dos espaços (Teixeira, 2001). Dois exemplos destes processos distintos, em Portugal, são a Praça do Areeiro (em Lisboa), e a Praça Mouzinho de Albuquerque (no Porto e mais conhecida como rotunda da Boavista), onde a primeira foi concebida de tal forma que não é possível desligar a praça dos edifícios envolventes, estando os projectos interligados, enquanto na segunda, os edifícios foram projectados de forma autónoma, tentando respeitar o alinhamento do conjunto (Coelho, 2007).

Os espaços de origem religiosa do século XVI, obedeciam indicações precisas quanto à localização, orientação e forma pelo que originaram também as primeiras praças absolutamente regulares do ponto de vista geométrico. É ainda durante este período que surgem as praças regulares construídas de raiz, inseridas no planeamento de novas malhas urbanas (como a praça da Sé, em Angra). Ao longo do tempo, os elementos estruturantes na definição do planeamento das cidades deixam de ser a estrutura morfológica do terreno e a localização privilegiada de edifícios como pontos dominantes, e passam as praças regulares, localizadas centralmente a partir das quais se gera o traçado urbano, segundo uma matriz ortogonal (Teixeira, 2001), e assumindo um papel de articulação entre os diversos tecidos urbanos (Coelho, 2007).

Esta ideia de planeamento assente na regularidade continua pelo século XVIII onde, para além das praças, também a arquitectura em redor das mesmas é caracterizada por regularidade e uniformidade. Dois grandes exemplos desta característica são as praças do Rossio e Terreiro do Paço, que ao terem sofrido uma reestruturação durante este período, se enquadram na ideia de regularidade e articulação com a estrutura arquitectónica envolvente (Teixeira, 2001).

Com a chegada do século XIX, a construção de praças urbanas desacelera, começando a aumentar a construção de elementos que privilegiem a circulação como as praças viárias, na forma de rotundas ou as praças ajardinadas (Coelho, 2007). No entanto, e dada a necessidade da existência de formas urbanas que possibilitem a recomposição formal da cidade aquando a expansão das cidades e consequente fragmentação do espaço urbano, a praça poderá no futuro, vir a retomar a sua importância como elemento estrutural nos espaços de vida em comunidade (Teixeira, 2001).

No século XX, as praças urbanas, especialmente as de melhor acessibilidade e maior dimensão, foram progressivamente ocupadas por estacionamento automóvel, processo este que tem vindo a ser revertido, de forma a libertar estes espaços para utilizações mais humanizadas (Coelho, 2007).

#### **4.3. A praça urbana contemporânea**

Na cidade moderna, o papel da praça decaiu – praticamente toda a vida pública realiza-se em recintos fechados e espalhados pela cidade. A praça converte-se num lugar de passagem/atravessamento ou de encontro momentâneo, por vezes de passeio, onde raramente se perpetuam actividades. Aquelas que pontualmente ocorrem – manifestações, exposições, concertos, etc. – surgem, normalmente, desvinculadas das qualidades próprias da praça; mas pelo menos, tem desempenhado o papel de ponto focal, importante instrumento na percepção urbana (Alves, 2003).

Na construção moderna, a praça não se manifesta da mesma forma comparativamente a séculos anteriores sendo que não se trata de um espaço formalmente definido, isto porque as

praças acabam por ter origem no isolamento que existe entre as unidades de edificação autónoma, não sendo pensadas e construídas com o intuito de criar um espaço público de determinada função. No entanto, foram tomadas iniciativas para que as praças se distinguem do espaço envolvente, através da ornamentação da pavimentação com grafismos geométricos, no entanto, estas não foram suficientes para motivar a permanência das pessoas nestes espaços.

A lógica capitalista que se tem vivido é também uma das razões que não abona a favor da existência de praças como elemento urbanístico, dada a diferenciação que surgiu entre os conceitos de espaço útil e espaço rentável, e sendo que as praças, como espaços urbanos livres, não geram benefícios económicos.

Existe ainda uma outra razão que vale a pena referir, a do desenvolvimento electrónico, isto porque as praças surgiram da necessidade de comunicação, como transmissão de conhecimentos, debate de ideias, exercício do comércio, entre outros, sendo que nos tempos modernos a globalização e o desenvolvimento tecnológico vêm fazer com que estas formas de comunicação e troca de informação, possa ser feita a partir de lugares distantes, não obrigando a presença física das pessoas num determinado lugar. Factos como este, começam a colocar em causa a edificação de praças públicas e mesmo a criação de condições para que tal aconteça, pelo menos tendo em conta uma visão individualista cada vez mais presente (Cunha, 2001).

De acordo com Cunha (2001), as praças de formas geométricas claras e simples exprimem mais facilmente o sentido de ordem do que praças de formas mais complexas. Também a possibilidade de determinar um centro na praça, através de algum elemento como uma peça de arte, uma fonte, um jardim de flores, entre outros, é apontado como elemento fundamental na expressão dessa organização. No entanto, para os urbanistas, as praças serão sempre um elemento urbanista de elevada importância, que intersecta não só a organização física do espaço mas também na necessidade de vida espiritual inerente à condição humana. A praça pública é uma organização espacial insubstituível no que diz respeito à convivência humana, e que permite a expressão física e não meramente virtual, dos valores intelectuais, morais e religiosos.

## **Capítulo 5. Requalificação do espaço público urbano**

### **5.1. Conceito**

No relatório Políticas Públicas de Revitalização: reflexão para formulação estratégica e operacional das actuações a concretizar no QREN, é proposto que o conceito de Revitalização urbana seja entendido como uma estratégia e como um processo, diferenciando-se dos outros programas urbanísticos, que desenvolve estratégias e promove um processo com carácter integrador, capaz de provocar iniciativas, projectos e actuações. Com o passar do tempo, e com a constante evolução/desactualização de várias zonas nas cidades, tanto na sua zona



central como periférica, os especialistas viram a necessidade de lhes conferir novas funções, o que levou ao surgimento de novos conceitos que, apesar de não se apresentarem bem definidos, indicam uma proposta de acção sobre a cidade. Falo assim, dos conceitos de renovação, reabilitação e requalificação urbana. Assim, dos três conceitos referidos anteriormente, é o conceito de requalificação urbana a merecer especial importância neste trabalho, muito devido ao seu importante papel e contributo na melhoria das condições da vida de uma cidade (Guerra, 2005).

O termo “Requalificação Urbana” é muito recente em Portugal, constando-se que foi utilizado pela primeira vez no final dos anos 80. Um dos primeiros documentos a utilizar este termo, foi o documento de apresentação do VALIS – Valorização de Lisboa em 1990 – definindo requalificação como “recuperar o sentido de localização residencial das populações, através de múltiplas acções e medidas, que vão da infra-estruturação à valorização da imagem interna e externa, passando pela provisão dos adequados serviços e pela equidade no acesso ao emprego. Todos os caminhos, da nova rua ou da nova aldeia deverão levar à Metrópole, sem traumas de regresso. A estratégia deve levar a acções que permitam descobrir e qualificar a alma dos lugares, pela nossa memória, pela vivência, pelo património – o que se herdou e importa valorizar, como também o que se deve construir no espírito do tempo”.

A requalificação urbana tem como principal objectivo a melhoria da condição de vida das populações, através da recuperação de equipamentos e infra-estruturas que melhoram não só o aspecto geral da área mas também a sua acessibilidade e centralidade, recuperando o seu valor e o dinamismo. A recuperação do valor de uma determinada área ocorre ao nível económico, cultural, paisagístico e social. Podemos então dizer que existe um carácter mobilizador, acelerador e estratégico na requalificação urbana.

Moreira (2007), considera que o conceito de requalificação urbana actua sobre quatro aspectos, com diferentes características, tais como:

#### **Aspectos económicos**

No que diz respeito a requalificação económica, o objetivo é a inclusão do emprego no tecido produtivo, de forma a possibilitar a manutenção de uma actividade económica rentável.

#### **Aspectos sociais**

A integração social é também um factor importante e a ter em atenção quando se efectua um trabalho de requalificação. Assim, deve evitar-se a marginalização de indivíduos pertencentes a grupos específicos (grupos com um nível de educação mais baixo, ou de idade mais elevada, ou com menos poder económico), integrando a totalidade da população, e assim terminar a percepção social que se tem relativamente a certas áreas urbanas onde esta integração não foi bem concebida.

### **Aspectos/Condições ambientais**

Outro factor importante num projecto de requalificação são os aspectos ambientais. Uma vez que os comportamentos dos indivíduos se alteram conforme o ambiente onde se encontram, há que ter em atenção que quanto mais elevado for o nível de qualidade de vida num espaço urbano, maior será também a preocupação da sociedade na manutenção e conservação daquele espaço.

### **Aspectos físicos e de imagem**

Em termos de aspecto físico e imagem num projecto de requalificação, Graça Moreira apoia-se nos estudos realizados por Kevin Lynch, quenconsidera que a imagem é constituída por cinco elementos: os caminhos (paths), os limites (edges), os bairros (districts), os nós (nodes) e os pontos de referência (landmarks), e pode ser dividida em três componentes: a identidade, a estrutura (relação espacial existente entre o objecto e o observador), e o significado do objecto (criação de uma ligação emocional entre o objecto e o observador).

Apesar de diversos autores definirem a requalificação urbana de diferentes formas, a recuperação económica e as melhorias nas condições físicas do espaço acabam por ser factores presentes na generalidade das definições (Moreira, 2007).

## **5.2. O papel dos programas de Requalificação Urbana**

Foi a partir da década de 80, devido à ausência de planeamento nas áreas urbanas de Portugal, que através do primeiro plano de desenvolvimento regional, se definiram e se puseram em vigor programas com vista à requalificação urbana. Esses programas são: PRU; PRAUD; RECRUA; PROSIURB; URBAN; REHABITA; RECRIPH, Expo'98; Polis e Polis XXI.

Foi nos finais do século XX, através do segundo Plano de Desenvolvimento Regional (2º PRD: QCA II – 1994–1999), que o conceito de requalificação urbana começou efectivamente a ser aplicado em Portugal. Para Papudo (2007), o QCA II “inova ao distinguir um eixo com o título “Promover a Qualidade de Vida e a Coesão Social”, introduzindo pela primeira vez num plano, áreas de Intervenção Operacional no Ambiente, na Renovação urbana e na Saúde, com o objectivo de melhorar a qualidade ambiental nas grandes concentrações urbanas ou na reabilitação de zonas degradadas.

O Programa de Reabilitação Urbana (PRU), surgiu em 1985, com a finalidade de apoiar financeiramente as autarquias, por forma a criarem processos de reabilitação urbana. Assim, foram criados Gabinetes Técnicos Locais (GTL), que segundo Madeira (2009) tratavam-se de “(...) núcleos de planeamento e projecto urbano de carácter pluridisciplinar – que foram determinantes para conhecer de perto os problemas da cidade, porque muitos destes gabinetes funcionavam localmente havendo assim possibilidade de ouvir de perto as ideias e opiniões da população residente”. Passados três anos, existiu uma reformulação do programa, direccionando a sua acção para intervenções em centros históricos e nos centros urbanos

degradados, passando a designar-se Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD) “assumindo-se como um instrumento essencial das políticas de ordenamento do território, numa óptica de requalificação, revitalização e melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos” (Silva, 2011).

Entre 1994 e 1999, foi implementado no território nacional o Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e de Apoio à Execução dos Planos Directores Municipais (PROSIURB). Este programa contribuiu para a atenuação das assimetrias internas, definindo uma política de reordenamento de coesão interna.

Segundo Portas, Domingues e Cabral (2003) o PROSIURB tinha como objectivos: “desenvolver os centros do território continental, exteriores às Áreas Metropolitanas e que desempenhem um papel estratégico na organização do território nacional; promover acções de reequilíbrio no sistema urbano nacional, tendo em conta, simultaneamente, o carácter hierárquico dos centros e articulação em rede das relações que estruturam os sistemas urbanos; articular, entre programas regionais e sectoriais, investimentos da administração central e local, envolvendo também parcerias com outras instituições e agentes (representadas nos Gabinetes de Cidade a quem cabia, juntamente com as Câmaras e Assembleias Municipais, a preparação e a ratificação dos Planos Estratégicos) ”.

No mesmo período teve início a primeira grande fase do Programa de Iniciativa Comunitária URBAN (URBAN I) que está na génese dos programas europeus com vista ao desenvolvimento urbano e “(...) visava apoiar a revitalização e a requalificação de áreas urbanas – centros de cidades e suas periferias - com fortes sinais de depressão e degradação, com problemas graves de declínio económico e urbano, desemprego e deterioração da qualidade de vida e acumulação de fenómenos de exclusão social e insegurança”. Mais tarde, surge o programa URBAN II (2000-2006), que surge após a implementação da iniciativa comunitária URBAN I; pretendia e que tinha como objectivo “promover a melhoria da qualidade de vida das populações de centros urbanos ou de subúrbios em crise das grandes cidades, pela formulação e a aplicação de estratégias inovadoras de revitalização sócio-económica sustentável; fomentar o desenvolvimento e o intercâmbio de conhecimentos sobre a revitalização e o desenvolvimento urbano sustentável”. Assim, e de um modo geral, o Programa URBAN “(...) consiste numa abordagem territorial integrada envolvendo uma sólida parceria local. Integra as dimensões económica e social através de uma série de operações que combinam a recuperação de infra-estruturas com acções nos sectores económico e do mercado de trabalho, complementadas por medidas destinadas a combater a exclusão social e a melhorar a qualidade ambiental” (Silva, 2011).

No entanto, e apesar da existência de um conjunto destes programas de requalificação ao nível dos imóveis existentes nas cidades, é com o projecto Expo`98 que vem fazer com que processo de requalificação urbana e valorização do ambiente seja visto como o pilar estratégico para a dinamização das cidades. Segundo Magalhães (2000), citado por Ferreira

(2006), “o projecto da Expo’98 representa um exemplo de boas práticas na requalificação urbana de cidades, constituindo-se como um exemplo para outras cidades mundiais que tenham igualmente sofrido alterações na estrutura industrial (por se terem tornado mais orientadas para a prestação de serviços) e tenham herdado vastas áreas de terrenos abandonados, muitas vezes poluídos e ocupados por fábricas e docas antigas”. O Programa Polis, inspirado no projecto Expo 98, e em articulação com Programa Operacional do Ambiente (POA) e Programas Operacionais Regionais (POR’s) pretende reforçar a identidade das cidades e “(...) melhorar a qualidade de vida nas cidades, através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, melhorando a atractividade e competitividade de pólos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional. O Programa Polis pretende desenvolver um conjunto de intervenções consideradas exemplares, com base em parcerias, especialmente entre Governo e Câmaras Municipais, que possam servir de referência para outras acções a desenvolver pelas autarquias locais” (Silva, 2011).

Deste modo, foram delimitados quatro objectivos específicos para as intervenções Polis:

- Desenvolver grandes operações integradas de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental;
- Desenvolver acções que contribuam para a requalificação e revitalização de centros urbanos e que promovam a multifuncionalidade desses centros;
- Apoiar outras acções de requalificação que permitam melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais estruturantes tais como frentes de rio ou de costa;
- Apoiar iniciativas que visem aumentar as zonas verdes, promover áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel em centros urbanos.

Em 2007, o Governo Institucional iniciou uma nova fase de valorização das cidades e qualidade ambiental com o Programa Polis XXI, delimitando também, à semelhança do ocorrido com os programas anteriores, os seguintes objectivos operacionais: (Silva, 2011)

- Qualificar e integrar os distintos espaços de cada cidade;
- Fortalecer e diferenciar o capital humano, institucional, cultural e económico de cada cidade;
- Qualificar e intensificar a integração da cidade na região envolvente, de forma a promover relações de complementaridade mais sustentáveis entre os espaços urbanos e rurais e a dotar o conjunto de cada cidade-região de um maior potencial de desenvolvimento;
- Inovar nas soluções para a qualificação urbana.

## Capítulo 6. Caso de estudo – Praça da Figueira

### 6.1. Localização, enquadramento e objectivos

Situada no Centro Histórico da cidade de Lisboa, a Baixa Pombalina (Figura 8), encontra-se integrada num conjunto urbano de particular relevância – tanto pela sua influência na história da própria cidade como na sua actual organização urbana e administrativa. Resultado da reconstrução da área mais abalada pelo terramoto de 1755, identifica-se, através das suas características arquitectónicas e construtivas do seu património edificado e pelas relações e compatibilidades que os seus espaços públicos apresentam, como um conjunto coeso e coerente, apresentando na sua génese uma organização urbana estruturada por usos e tipologias de uso que ainda hoje a toponímia reflecte, mas alterada consideravelmente ao longo dos anos.



Figura 8 – Baixa Pombalina (Fonte: Google Maps)

Com os seus limites bem definidos - a norte pela Rua da Betesga, a sul pela Rua do Comércio, a poente pela Rua do Carmo e a Rua Nova de Almada, e pela Rua da Madalena, a nascente - encontra-se o núcleo mais interessante da cidade de Lisboa e tradicionalmente chamado de “Baixa Pombalina”, que se destaca pela sua malha urbana característica e pelos seus edifícios com formas construtivas comuns. Contudo, este núcleo histórico, apesar da sua homogeneidade urbanística, apresenta diferentes vivências e usos. Esta diferença fica demarcada através do eixo da Rua Augusta, ou seja, a Nascente desta, verifica-se um predomínio do uso habitacional com comércio de cariz mais tradicional, ao passo que a poente confirma-se o domínio do sector terciário e de comércio mais qualificado. Adjacente a este núcleo característico da cidade, encontra-se na colina a nascente, a zona baixa de alfama, que através da sua malha urbana irregular, de cariz predominantemente medieval, cria um

“interface” entre a encosta do Castelo e malha ortogonal da Baixa, delimitada pela Rua da Madalena – a poente – e pela frente ribeirinha – a sul. Na colina a poente, a zona do Chiado é caracterizada por duas áreas morfologicamente distintas – a norte da Rua Garrett, a malha medieval condiciona o desenho urbano, enquanto a sul desta, a malha urbana já é mais regular, integrando o Convento de São Francisco e parte da Muralha Fernandina. Com usos, essencialmente, terciários e administrativos, desde a sua construção após o terramoto, e com um elevado significado histórico e simbólico, o Terreiro do Paço e os edifícios que o envolvem, remata a sul a malha ortogonal da Baixa. Por fim, a norte, como remate natural e ainda integradas na malha ortogonal da Baixa, encontram-se as praças D. Pedro IV (Rossio) e a Praça da Figueira, que funcionam como “rótula” dentro do tecido urbano. O Rossio recebe a noroeste o eixo da Av. Da Liberdade e é enquadrada pela Rua do Ouro e pela Rua Augusta, apresentando um carácter cosmopolita e com maior utilidade turística, enquanto a Praça da Figueira, que liga a nordeste ao eixo da Av. Almirante Reis, apresenta um cariz mais local. (Martins, 2005)

É precisamente, esta última, a Praça da Figueira (Figura 9), a ser alvo do presente estudo. Pelas suas características próprias, importância e posição nesta malha urbana histórica, entendeu-se que a realização de um projecto de requalificação urbana seria benéfico, tanto para a praça em si, como para a valorização do contexto urbano que a envolve. Para tal, será realizado um estudo/análise a uma escala local, onde o objectivo principal passa por entender o real valor deste espaço público e a sua importância e influência num Centro Histórico com o valor que detém a Baixa Pombalina.

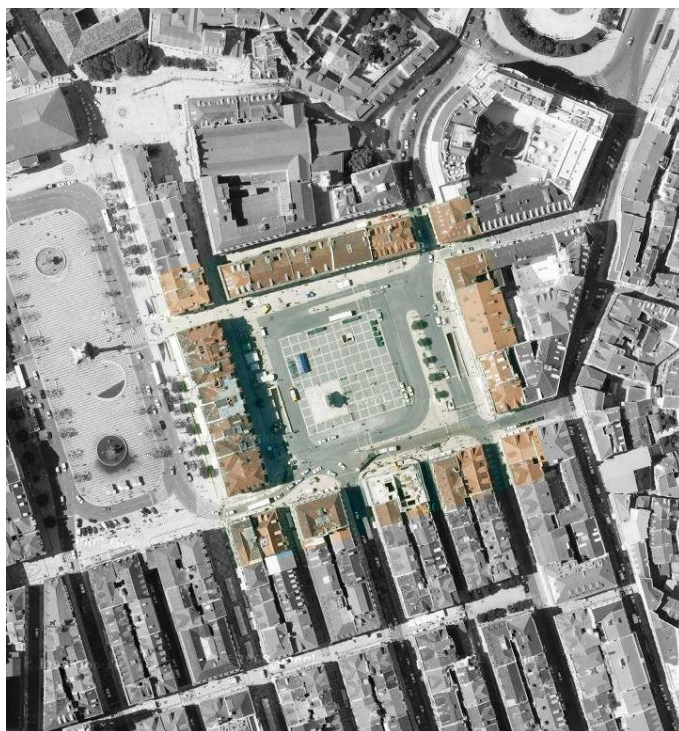


Figura 9 – Praça da Figueira (Fonte: Google Maps)

## **6.2. Caracterização da Baixa Pombalina**

### **6.2.1. Análise Histórica**

#### **6.2.1.1. Evolução e génese**

Dentro da cidade de Lisboa, se há conjunto urbano de indiscutível importância, tanto pela sua localização privilegiada, história e características urbanísticas, é a Baixa Pombalina, de tal modo que seria legítima a sua integração no rol do património da humanidade.

Foi já na segunda metade do século XVIII, após o terrível terramoto de 1755, que, sobre as ruínas de uma cidade medieval e através de um plano urbanístico inovador desenvolvido por Manuel da Maia (no seguimento do Plano de Reconstrução de Eugénio dos Santos), foi construído o conjunto urbano, então reconhecido como “Baixa Pombalina”. Com base numa malha ortogonal hierarquizada, foram traçadas as novas ruas e praças, onde as três artérias principais, perpendiculares ao rio, conectam a Praça do Rossio – praça tradicional da socialização urbana - à Praça do Comércio, a sul, que simboliza o poder, ao passo que as ruas secundárias consideradas, articulam a circulação entre as colinas e as ruas de terceiro nível. Relativamente à arquitectura, esta destaca-se por considerar cada edifício como parte de um todo, assente num princípio de unidade. Todo este processo de construção foi executado sobre o entulho da demolição das próprias ruínas resultantes do sismo ocorrido, com o objectivo de elevar o nível do solo em três metros, de modo a evitar inundações frequentes e reduzir as pendentes com as colinas envolventes. Por fim, mas não menos importante, foi o objectivo que se pretendia de elevar os níveis de conforto e de higiene, através das teorias higienistas difundidas por Ribeiro Sanches, as quais, através da sua democratização, foram tornadas acessíveis a toda a população, e não só à população rica (Vieira, Brito, Pereira, Amaro, Couceiro, 2005).

A Baixa de Lisboa retém a centralização dos sentidos e das energias da cidade, não só pela consolidação estrutural de activo centro urbano, político, social e mercantil., como pela resposta política e urbanística que existiu ao terramoto de 1755, com um projecto urbanístico arrojado. É no final do século XIX que a Baixa assumo o lugar de centro identitário, económico e cultural, revelando as duas dinâmicas mais forte. No entanto, na década de 50, a Baixa começa a sentir os primeiros sinais de decadência, tanto pelo frágil processo de industrialização da cidade como por um comércio ultramarino já a apresentar sintomas de regressão.

O processo de revolução urbana pelo qual o mundo se encontrava a passar, afectava não só a configuração das cidades, mas também os seus padrões e dinâmicas, em conjunto com a falta de planeamento e estratégia, levaram a um policentrismo orgânico, desestruturando naturalmente a cidade. Assim, a Baixa deixou de ser o Central Business District, e começou a assistir-se a uma desconcentração múltipla das forças urbanas, sendo que o incêndio no Chiado levou a um declínio histórico daquela zona da cidade. No entanto, no

início do século XXI, tanto a Baixa como o Chiado têm vindo a reafirmar-se como centro urbano, tanto pelas suas características urbanísticas e arquitectónicas, como o processo de revalorização dos centros históricos que tem vindo a ocorrer (Seixas, 2005).

#### **6.2.1.2. Evolução do planeamento da Baixa Pombalina após 1755**

Como já foi referido anteriormente, a Baixa Pombalina destaca-se na cidade e distingue-se pela topografia onde se encontra incluída, pela sua forma e imagem urbana. Todas estas características criaram uma identidade única, que faz deste núcleo, um dos poucos conjuntos urbanos de referência na cultura europeia do século XVIII. A reconstrução a que esta área foi sujeita, foi considerada um projecto inovador, tanto pela dimensão que a malha urbana ia representar e dos espaços arquitectónicos que o iam caracterizar, como pela clara separação dos usos que aí se iriam apresentar (habitacional e comercial).

Nos anos 60, iniciou-se um processo de declínio que levou à Baixa a perder o estatuto de principal centralidade da cidade, muito devido à falta de acessibilidade interna e externa e também pelo alargamento do conceito sobre preservação do património. Esta desvalorização alertou os responsáveis municipais, que sentiram a necessidade de promover um projecto de requalificação para a Baixa. Nos anos seguintes, muito por força do aparecimento de novas áreas terciárias e pela ausência de planeamento e de medidas eficazes de protecção física e económica, a Baixa apresentou uma perda de competitividade (Carlos Andrade e Isabel Pereira). No ano de 1978, o conjunto urbano da Baixa Pombalina foi classificado como Imóvel de Interesse Público, e a Praça do Comércio foi protegida como Monumento Nacional, através do Decreto nº 95/78 de 12-9 (Ana Gonçalves). Durante a década de 80, pela necessidade verificada de salvaguardar o valor dos seus núcleos históricos residenciais, foram lançados programas de reabilitação e de recuperação, que foram complementados com as operações de renovação que ocorreu no Chiado, devido ao incêndio que aí ocorreu em 1988.

Corria o ano de 1992, quando, através do Plano estratégico e com o desenvolvimento dos estudos preliminares do Plano Director Municipal - onde foram tomadas em consideração as diferentes morfologias urbanas dos bairros envolventes - o conceito de centro histórico foi alargado, criando-se diferentes políticas de intervenção para as diferentes áreas definidas. Pela racionalidade e amplitude da malha urbana, pela qualidade do conjunto urbano e às suas características funcionais, a Baixa Pombalina foi classificada com Área Histórica Terciária, enquanto as restantes áreas históricas centrais foram classificadas como de uso predominantemente habitacional (Andrade, Pereira, 2005).

“A importância da Baixa Pombalina na perspectiva da história do urbanismo ocidental e das ideias arquitectónicas não precisa de ser reafirmada, mas sim confirmada. Confirmada através de um estatuto oficial de classificação patrimonial de cariz mundial, a fim de poder usufruir do conjunto de direitos e deveres que essa classificação trará” (Carvalho, 2005).



## **6.2.2. Evolução da actividade comercial**

### **6.2.2.1. A Baixa como centro tradicional de comércio**

Na passagem para o século XX, novas superfícies, de grandes dimensões começaram a aparecer, num formato inovador, e com unidades especialistas, que conferiram à Baixa Lisboa um carácter de modernidade, tendo o comércio da Baixa tendo sido marcado por uma forte diferenciação espacial e heterogeneidade em termos qualitativos e funcionais. A modernização continuou na década de 60, com a abertura dos primeiros supermercados, seguindo-se os centros comerciais, mas os quais não tiveram capacidade de, na altura, competir com a Baixa. Apenas em 1980 é que começou realmente a sentir-se uma concorrência entre os espaços de comércio, com os primeiros hipermercados a aparecer, com galerias de comércio especializado que começou a induzir transformações estruturais na rede comercial da cidade, desafiando o comércio da Baixa Lisboa. Alguns exemplos foram o Amoreiras Shopping Center e o Avenida de Roma/ Guerra Junqueiro, com oferta mais qualificada., e na periferia da cidade, os outlets, que comprometeram a supremacia do comércio da Baixa.

Outros factores foram contribuindo para a degradação da Baixa como centro tradicional de comércio como o crescente congestionamento das vias adjacentes, a incapacidade de adaptação dos empresários às novas condições da concorrência, a contínua degradação das edificações e a escassez e custo do estacionamento. Começou então o período de declínio da Baixa, que acabou por tornar o centro da cidade bastante despovoado, o que começou a alertar as autarquias para o planeamento estratégico de recuperação daquela zona, através da diversificação, de forma a tornar o centro histórico da cidade novamente num foco de atracção, capaz de concorrer com as grandes superfícies (Pereira, Teixeira, Cruzeiro, 2005).

### **6.2.2.2. A revitalização do centro tradicional de comércio**

Na década de 90, os investimentos públicos e privados efectuados na Baixa para reavivar aquela zona da cidade, começaram a ser visíveis. A abertura da estação de metro da Baixa-Chiado veio ajudar na resolução do problema de congestionamento e estacionamento da zona, tornando o centro da cidade mais acessível. Também a requalificação urbanística de algumas praças como a do Rossio, da Figueira, do Comércio, do Município, do Martim Moniz, a retirada de estacionamento do Terreiro do Paço e medidas tomadas para a animação dos espaços tiveram impacto na ressurreição da Baixa como centro de comércio. A actuação das autarquias tem sido enquadrada nas estratégias de requalificação definidas em variados projectos como o Projecto Especial de Urbanismo Comercial para a Baixa (1999), quer em documentos de carácter indicativo – Modelo de Organização Comercial (1995) e Carta Estratégica de Comércio (2003) – da responsabilidade da Direcção Municipal das Actividades Económicas (DMAE) (Pereira, Teixeira, Cruzeiro, 2005).

### **6.2.2.3. A importância do comércio na classificação da Baixa como Património Mundial**

O comércio da Baixa é uma parte integrante da sua componente patrimonial, reforçada pela presença de estabelecimentos simbólicos. No entanto, existem algumas contradições entre a forma como algumas instalações foram efectuadas, e a visão e paisagem que o lugar pede, sendo que é necessária a implementação de uma consciência colectiva da importância simbólica do lugar.

A requalificação e reintegração no quotidiano dos cidadãos passa por diversos factores como a recuperação do edificado mas principalmente na aposta no comércio diferenciado e nas iniciativas culturais e de animação de forma a atrair as pessoas até ao lugar pela diversidade de opções que oferece (Pereira, Teixeira, Cruzeiro, 2005).

### **6.2.3. Análise Funcional**

A Baixa Pombalina é caracterizada pelos seus valores patrimoniais, artísticos e pela sua paisagem urbana histórica, pelos quais é essencial uma gestão cuidada e rigorosa de modo a conservar, proteger e revitalizar, para as gerações futuras, todas as suas actividades e ofícios, que fizeram deste centro histórico a sua alma. Neste sentido, é de crucial importância: conservar as mais variadas actividades comerciais tradicionais, que fizeram e fazem da Baixa um “mercado” único no mundo; e ao mesmo tempo dinamizá-las, de modo a manter o tecido comercial são, competitivo e mais independente.

#### **6.2.3.1. Sociodemografia**

Antes de iniciar a descrição do retrato sociodemográfico da Baixa Pombalina há três notas a fazer:

- A informação cartográfica apresentada refere-se aos dados trabalhados pela Câmara Municipal de Lisboa referentes aos censos do ano de 2001 - que no seu estudo criou um limite de intervenção que abrange parte das freguesias de Santa Justa, Mártires, Madalena e Sacramento, e na sua totalidade a freguesia de São Nicolau, num total de 64 hectares – ao passo que, relativamente ao ano 2011, só foi possível obter os dados estatísticos totais das mesmas freguesias (informação fornecida pelo INE). Apesar deste contratempo, como se poderá verificar mais à frente, os valores obtidos serão semelhantes, o que torna viável a utilização da informação cartográfica (referente ao ano de 2001) na análise a realizar.
- Para este retrato sociodemográfico, apesar da reorganização administrativa que ocorreu recentemente na cidade de Lisboa (8 Novembro de 2012), onde se reorganizaram e se criaram novas freguesias (Figura 10, em anexo), será tido em conta os limites administrativos e os correspondentes dados estatísticos relativo às antigas freguesias do município de Lisboa (Figura 11, em anexo), pelo simples facto de

os dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) serem referentes ao ano de 2011, data dos últimos censos realizados.

- Actualmente, após a reorganização administrativa ocorrida, a Baixa Pombalina encontra-se situada na freguesia de Santa Maria Maior, resultado da união de 12 antigas freguesias – freguesias do Castelo, Santiago, Santo Estevão, São Cristóvão e São Lourenço, São Miguel, Sé, Socorro, Madalena, Mártires, Sacramento, Santa Justa e São Nicolau. Pelos motivos referidos anteriormente, serão igualmente alvos de estudo as freguesias de Madalena, Mártires, Sacramento, Santa Justa e São Nicolau.

Dito isto, no território da Baixa Pombalina residiam - para as freguesias acima referidas - à data dos censos de 2011, 3.629 indivíduos (891 na freguesia de Santa Justa, 1.231 na freguesia de São Nicolau, 372 na freguesia de Mártires, 393 na freguesia da Madalena e 742 na freguesia de Sacramento), ou seja, aproximadamente 0,7% da população total da cidade de Lisboa. Para uma área de cerca de 78 hectares, corresponde uma densidade residencial de 46 habitantes por hectare, o que corresponde a um nível abaixo da média da cidade de Lisboa (65 habitantes por hectare). Em jeito de comparação, através de informação recolhida e anteriormente trabalhada pela Câmara Municipal de Lisboa, no ano de 2001, para uma área de 64 hectares da Baixa Pombalina correspondiam 0,6% da população total da cidade de Lisboa, mais concretamente 51 indivíduos por hectare.

Através da figura 12, em anexo, é possível verificar três áreas onde a residencialidade se manifesta com diferentes influências:

- Na zona norte do Carmo, junto à Calçada do Duque, onde se registam elevados níveis de densidade, muito devido às suas distintas características urbanísticas
- Zona nascente da Baixa, entre a Rua dos Correeiros e a Rua dos Fanqueiros, apesar de apresentar um padrão de ocupação mais disperso
- As áreas envolventes do Cais do Sodré

Estes dados, permitem tirar a conclusão de que a Baixa Pombalina, apresenta uma vocação histórica associada a espaços de afirmação pública, económica e mercantil, e não tanto residencial. Associado a este ponto, também a forte tendência de variação negativa da população residente na cidade (ao longo da década de 90) afectou a Baixa Pombalina. Analisando os dados do INE, foi possível apurar, que entre o ano de 1991 e o ano de 2001, ocorreu uma perda populacional de 23,5%, o que, por consequência, aumentou significativamente a percentagem de idosos residentes – onde aproximadamente um terço da população terá 65 anos ou mais. A perda de dinâmicas demográficas familiares, associadas à degradação do edificado e às lógicas das expectativas imobiliárias, contribuíram igualmente para esta tendência negativa. Analisando a figura 13, em anexo, confirma-se que a Baixa não é uma zona com as mínimas dinâmicas residenciais. Apesar de não se analisar nenhum padrão relativamente à área com perda de residentes, encontrando-se esta dispersa ao longo de toda a zona da Baixa, começa-se a verificar, ainda que de forma ténue, algumas pequenas bolsas

com algum dinamismo, como por exemplo na zona do Chiado – muito por culpa dos processos de reabilitação decorrentes do incêndio – como se pode confirmar também na figura 14, em anexo, estes ganhos no início da nova década, correspondem a indivíduos que vieram residir para a cidade, com proveniência exterior ao concelho, no período de 1996 a 2001, não se podendo assegurar, de todo, que se tenha atingido uma dinâmica de efectiva revitalização residencial.

Pelas suas características que a definem como centro histórico, seria incorrecto e errado avaliar a Baixa como qualquer outro bairro da cidade, sendo mesmo mais prioritária e valiosa uma análise das suas mais distintas características que a destacam como um grande centro urbano – ou seja, as suas dinâmicas económicas, comerciais, culturais e da administração pública e política (Seixas, 2005).

#### **6.2.3.2. Actividade económica**

Também de enorme importância para o presente estudo, como já foi referido no capítulo anterior, é realizar uma análise relativa às dinâmicas económicas que ocorrem na Baixa Pombalina. Para tal, analisámos as Cartas da figura 15, em anexo, e retirou-se as seguintes conclusões (Seixas, 2005):

- Que esta zona histórica alargada (onde a Baixa e o Chiado estão incluídos) continuava a ser (no ano de 2001) uma das principais áreas polarizadoras das dinâmicas económicas da cidade (juntamente com as zonas das Avenidas Novas e do Areeiro/Alvalade, apresentando cada um destes territórios mais de 10% dos estabelecimento de toda a cidade)
- Porém, apresenta-se como a zona com maior perda de postos de emprego durante a década de 1990 (aproximadamente 25% de perda, face a 1991). Na verdade, o centro empresarial e financeiro já não está nesta área e, mesmo em termos comerciais, ela deixou de ser o centro de Lisboa

Para confirmar esta realidade, efectuou-se um estudo mais aprofundado, onde foram analisados os gráficos da figura 16, em anexo, que permitiram concluir (Seixas, 2005):

- Quanto aos níveis de especialização do emprego, é possível verificar que os níveis percentuais de ocupação do emprego no comércio registam um peso inferior ao peso médio da cidade de Lisboa
- Apesar de, ao longo da década de 90, haver na cidade de Lisboa uma forte redução de dinâmicas nos sectores da indústria, logística e da construção – tornando-se a cidade bastante mais terciária e quaternária – não deixa de surpreender a quebra de aproximadamente 40% ao nível do emprego no comércio - o que espelha bem o forte carácter descentralizador das dinâmicas de ocupação espacial ocorrida ao longo dos anos 90.

### 6.2.3.3 Organização sectorial e espacial do comércio e da restauração

Como já foi dito anteriormente, a actividade comercial sempre se apresentou, ao longo de toda a história, com enorme relevância na identidade da Baixa Pombalina. Tal relevância é traduzida pelos cerca de 860 estabelecimentos retalhistas, com uma superfície de exposição e venda próxima dos 67.000m<sup>2</sup> e 4610 pessoas ao serviço. Da estrutura sectorial (Quadro 5, em anexo) destaca-se:

- Reduzida expressão da oferta alimentar (3%), inerente ao carácter residual da função residencial
- Domínio do sector não alimentar (96,8%), com os artigos de vestuário em primeiro plano, seja em número de unidades (29,9%), superfície de exposição e venda (39,2%) ou pessoal ao serviço (33,0%)
- Importância da cultura e lazer, com 17,5% das unidades
- Presença ainda relevante (entre 8 e 9%) da saúde/higiene, do equipamento para o lar e da ourivesaria/relojoaria

Relativamente à restauração, esta também apresenta uma forte expressão na Baixa, traduzida pelas 200 unidades, 12.000m<sup>2</sup> de área destinada a clientes e 1800 pessoas ao serviço (Quadro 6, em anexo). No entanto, a sua real importância ultrapassa qualquer valor numérico, muito por culpa da capacidade de atracção que a caracteriza e das sinergias decorrentes da coexistência e interacção com as outras funções. Para uma informação mais detalhada, realizou-se uma análise por ruas dos diferentes estabelecimentos de comércio e restauração, sendo distinguidos os seguintes níveis (Quadro 7, em anexo) (Pereira, Teixeira, Cruzeiro, 2005):

- Nível I (mais de 80 unidades)
- Nível II (40 a 80 unidades)
- Nível III (20 a 40 unidades)
- Nível IV (10 a 19 unidades)

### 6.2.3.4. Evolução do edificado

Quando Marquês de Pombal idealizou o seu plano para a Baixa Pombalina, pretendeu aplicar como regra de construção, edifícios com cinco pisos (rés-do-chão, três pisos corridos e águas furtadas), mas ao analisar o edificado existente, a realidade é bem diferente. Através de um estudo realizado pela Câmara Municipal de Lisboa, verifica-se a existência de 161 edifícios com cinco pisos, o que corresponde a 30,4% do total, ao passo que os edifícios com 6 pisos são os mais frequentes – sendo muitos deles construídos de raiz. Por outro lado, verificou-se, a partir da segunda metade do século XX, à construção de verdadeiros “edifícios sobre edifícios”, onde se acrescentaram por vezes, três novos pisos aos cinco iniciais, obtendo-se nalguns casos uma arquitectura híbrida, com visíveis falhas de arte e de proporção.

Actualmente, a percepção que se tem da ocupação do edificado da Baixa é a de edifício com um piso térreo com comércio, um primeiro andar com o armazém ou a oficina da loja, o segundo andar eventualmente ocupado por serviços, dois pisos desocupados e, nos últimos andares habitação. O abandono verificado transparece na degradação visível de alguns imóveis:

- Caixilharias apodrecidas, madeiramentos das coberturas deformados, prumadas de esgoto em rotura, redes eléctricas envelhecidas, fachadas escalavradas.
- A ampliação de pisos, como já foi referido anteriormente, e a introdução de materiais estranhos aos utilizados na construção inicial também contribuem para a desqualificação do conjunto
- No interior dos edifícios, verifica-se a degradação provocada pela falta de obras periódicas de conservação obrigatórias por lei que se conjugam com o resultado obtido em obras desajustadas, através da demolição de estruturas portantes e de elementos com valor patrimonial, em particular pinturas murais, estuques, cantarias e azulejos

No mesmo estudo realizado pela Câmara Municipal de Lisboa, onde são analisadas as tipologias das fachadas do edificado presente na Baixa Pombalina, é possível concluir que 83,7% das fachadas são pombalinas (sem contabilizar os edifícios da Praça do Comércio), sendo os restantes edifícios classificados como neoclássicos, gaioleiros, modernistas (nesta tipologia de edificado, verifica-se uma adaptação funcional do interior do edificado pombalino, sendo possível, através da utilização de novas matérias de construção, como o aço e o betão, a criação de amplos espaços interiores), e neopombalinos (pretendeu-se, no final dos anos 40, retomar a linguagem pombalina, apesar de, por vezes, ser mal entendida, o que levou à descaracterização pontual do conjunto), (Figura 17, em anexo). Dito isto, é possível concluir que, o arrastamento no processo de reconstrução da Baixa, permitiu a coexistência de tipologias pombalinas e não pombalinas, tanto em construções de raiz como em diferentes partes de um mesmo edifício (Vieira, Brito, Pereira, Amaro, Couceiro, 2005).

#### **6.2.3.4.1. Estado de conservação do edificado**

Relativamente ao estado de conservação do edificado na Baixa Pombalina, foi possível obter a Carta de Conservação do Edificado (Figura 18, em anexo), que avalia o estado actual do cada um dos edifícios e os avalia em quatro níveis de conservação:

- Muito Mau
- Mau
- Regular
- Bom

#### **6.2.3.4.2. Titularidade**

Quanto à titularidade do edificado existente na Baixa Pombalina, a Figura 8 mostra a planta e o respectivo gráfico com os correspondentes proprietários de cada um dos edifícios. É curioso verificar que 70,4% dos edifícios pertencem a particulares, enquanto apenas 1,6% pertence à Câmara Municipal de Lisboa (Gonçalves, 2005) (Figura 19, em anexo).

#### **6.2.3.4.3. Importância da conservação dos interiores da Baixa Pombalina**

Ao longo dos tempos, as cidades vão crescendo e transformando, conforme os costumes e necessidades dos habitantes da altura em que se vive. No entanto, existem certos elementos, que por se integrarem no espírito da época em que foram construídos, devem de ser conservados, para que a associação de variadas épocas já referida acima não se perca ao longo dos tempos. Abaixo encontram-se alguns dos espaços da Baixa e do Chiado que deverão ser protegidos na sua integridade:

- **Período Pombalino**

Após o terramoto de 1755, existiu a oportunidade para rever e melhorar o plano urbanístico da Baixa da Cidade. Foi implementada a técnica da “Gaiola Pombalina”, uma técnica de construção anti-sísmica que trazia uma certa segurança quanto à ocorrência de uma nova catástrofe. Também foram implementadas a construção em série, de forma a acelerar o processo de reconstrução, bem como as vias mais largas, que permitiam que a cidade respirasse e deixava que a luz entrasse mais pelas suas ruas. Em termos de elementos de decoração, o gosto da época assentava sobre os lambris de azulejos, as pinturas murais e os tectos de madeira (Luís, 2005).

- **Neoclassicismo e Romantismo**

Com o passar do século e as invasões napoleónicas, a economia tornou-se instável, o que afectou, entre outras coisas, a arquitectura, que nessa época se tornou empobrecida. O Neoclassicismo era então uma tendência que utilizava modelos do classicismo, como elementos greco-romanos, em oposição à ornamentação excessiva do Barroco. Deste modo, os azulejos tomaram padrões mais delicados, para os tectos passou a utilizar-se o estuque em vez da madeira. Como material multiusos, o estuque passou a ser utilizado também como elemento decorativo relevado, trazendo uma maior liberdade à pintura decorativa.

No Romantismo, estas técnicas continuaram a ser utilizadas, existindo a sua adaptação ao gosto revivalista e historicista que se fazia sentir num movimento de expansão promovido por Fontes Pereira de Melo, na altura Ministro das Obras Públicas (Luís, 2005).

- **Modernismo**

O modernismo prende-se com o progresso e inovação. Em Lisboa esteve presente na Avenida da Liberdade, nas Avenidas Novas, no Bairro de Alvalade, e noutros eixos de

expansão e de aplicação dos modelos modernistas da malha urbana. O início do século XX foi marcado pelo estilo *Art Déco* caracterizado pelas suas formas geométricas. Os anos 40 foram marcados por um estilo mais tradicionalista, reutilizando o azulejo e o ferro forjado. Apenas no final dos anos 50 é que se começou a instaurar um estilo verdadeiramente moderno, bastante mais minimalista em termos de ornamentação, mais virado para a funcionalidade do que para a decoração (Luís, 2005).

- **Lisboa Contemporânea**

Este período, a partir da década de 80, foi marcado por um estilo de arquitectura *high tech*, com formas de expressão bastante radicais, como o exemplo do desconstrutivismo. No que respeita ao património integrado e envolvente, existiu uma intervenção historicista, em que o novo imita o antigo, bem como uma opção mais contemporânea onde o novo é ele próprio uma expressão da época da sua construção (Luís, 2005).

#### **6.2.3.5. Tráfego viário e rodoviário**

Ao intervir e revitalizar uma zona como a Baixa Pombalina, com a sua reconhecida e excepcional qualidade urbana e arquitectónica, é de crucial importância preservar a sua identidade, o seu carácter que fez a sua força através de uma mistura rica de actividades comerciais, de serviços e de atracções turísticas. Pretende-se, independentemente da intervenção sobre o espaço físico da Baixa e as suas ocupações, recuperar o lugar destes no espaço mental dos habitantes e visitantes. Apesar de ainda não ter sido considerada, a temática da mobilidade e dos transportes é igualmente essencial para qualquer revitalização desejada, de modo a criar condições competitivas e de acessibilidade a esta área da cidade.

Foi através das suas características próprias, principalmente por se apresentar como uma zona plana e próxima do rio, comparativamente à orografia acidentada da cidade de Lisboa, que tornaram esta área da cidade uma área privilegiada à ocupação urbana, e para onde, por consequência, iriam convergir as vias de acesso (que foram implantadas ao longo dos vales através de um sistema de vias radial), tanto automóvel como das próprias redes de transportes colectivos - que foram seguindo as redes de infra-estruturas viárias à superfície, sendo ainda hoje a área mais bem servida em toda a cidade. Apesar da Baixa Pombalina nunca ter sofrido problemas de acessibilidade, surgem pontos negativos, tal como:

- O excesso de tráfego automóvel – principalmente o de tráfego automóvel de atravessamento, que utiliza o espaço da Baixa sem qualquer ligação com as actividades que aí ocorrem, mas sim, pelo simples facto de ser o caminho mais conveniente – tal escolha é natural, em muito devido, a como foi referido anteriormente, ao traçado e atributos físicos das componentes da rede viária, decorrentes da orografia existente.
- O excesso de tráfego automóvel associado à permanência da oferta de estacionamento na via pública em ruas secundárias reduz, e muito, o espaço dedicado



à mobilidade pedonal, que apesar da afectação exclusiva da Rua Augusta a este modo de deslocação, apresenta uma elevada densidade nos passeios das outras ruas longitudinais, sobretudo na Rua do Ouro e na Rua da Prata, levando a uma enorme proximidade entre o peão e os veículos.

Analisando então, o tráfego de atravessamento, verificasse a existência de fluxos Norte-Sul (e vice-versa), através das principais avenidas longitudinais de aproximação à Baixa - Av. Da Liberdade e Av. Almirante Reis - em direcção às áreas situadas a nascente e poente da Baixa. Estes fluxos atravessam a Baixa através da Rua do Ouro e da Rua dos Fanqueiros no sentido descendente e pelas ruas da Prata e da Madalena no sentido Ascendente. Também se verificam fluxos Nascente-Poente, ainda que com menor expressão, cujo percurso se faz através da Rua do Comércio e da Rua de São Julião (Viegas, 2005).

### **6.3. Caso de Estudo – A praça da Figueira**

#### **6.3.1. Génese e evolução da Praça da Figueira**

Após a reconstrução pós terramoto de 1755, a baixa de Lisboa era caracterizada pelo rigor métrico e traçado geométrico, bem como pela hierarquização das vias e estabelecendo contacto entre a Praça do Comércio e o Rossio. A Praça da Figueira afirmava-se como complemento do Rossio, dotada de vivência popular, e uma praça de características mais funcionais e menos representativas.

Os mercados sempre fizeram parte da tradição lisboeta, sendo que a partir do século XVIII se tornam um dos aspectos mais conhecidos da cidade, tendo chegado até uma altura em que os mesmos cresciam desordeiramente pela cidade. Após o terramoto, e consequente destruição de inúmeras estruturas, a venda ambulante começou a estabelecer-se, atraindo à cidade pessoas de diversas etnias, dinamizando o espaço. Mas Lisboa continuava carenciada de um mercado central.

Foi no reinado de D. José, em 1775, que nasceu a Praça da Figueira. Ao longo dos anos, esta praça foi crescendo e sofrendo alterações, desde os toldos que serviam para abrigar os vendedores, às delimitações com gradeamentos (Figura 20).



Figura 20 - Mercado da Praça da Figueira delimitado por gradeamentos (Fonte: Dias, 1987)

Foi a visão revolucionária de Pombal em relação aos espaços citadinos que possibilitou a instalação da Praça da Figueira. Começou simplesmente com a venda quotidiana e ordenada, fixando-se posteriormente em barracas e casinhotos. Em 1834 surgiram as árvores e iluminações. Em 1876, Rosa Araújo apresentou uma proposta para um concurso de projectos para a reconstrução completa da Praça da Figueira. Alguns anos mais tarde (1883), foi aprovado um projecto de reconstrução completa da praça, com a presença de um mercado coberto, de grande dimensão, mas cuja estrutura metálica e ornamentos rendilhados mas simples, o tornavam leve (Figura 21). Este foi considerado um dos mais elegantes e sumptuosos mercados da Europa. A presença do mercado veio trazer mais vida àquela praça, sendo que logo desde madrugada observavam-se carroças em direcção à praça na procura dos produtos frescos. O mercado tornou-se num dos maiores pontos de atracção da cidade.

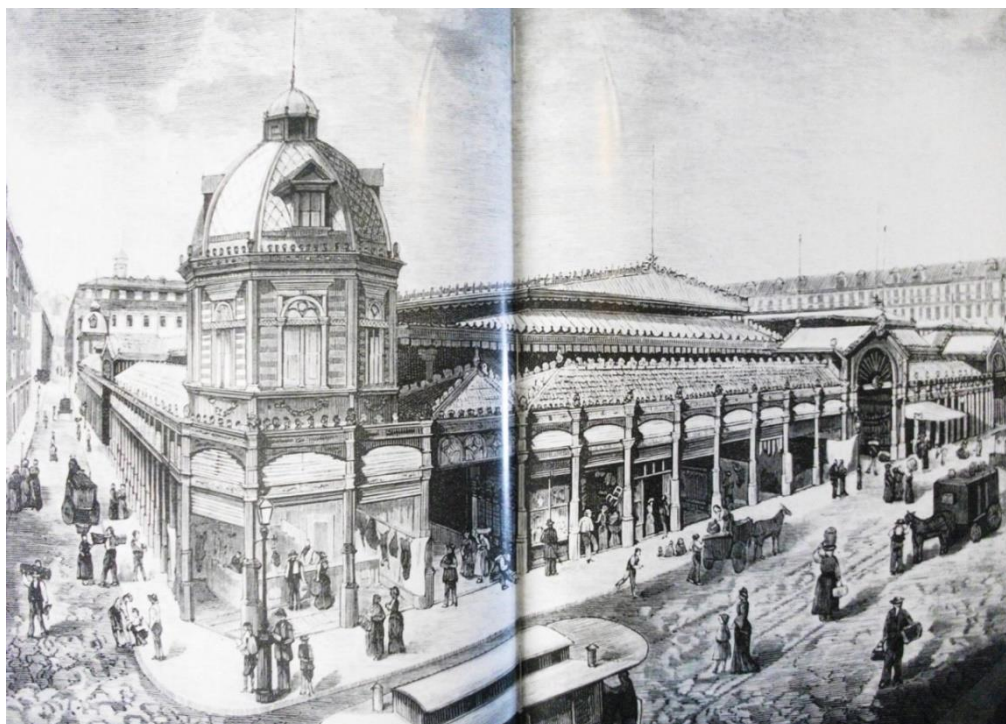


Figura 21 - Mercado coberto da Praça da Figueira (Fonte: Dias, 1987)

Em 1933, um jornalista conhecido da época, João Paulo Freire, reconheceu que o descongestionamento do trânsito da baixa se iria um dia impor, em termos de utilitarismo da praça, ao mercado que lá se encontrava. O descongestionamento passava pelo prolongamento da Av. Almirante Reis, bem como pela construção de arruamentos mais largos. Assim, em Janeiro de 1947, tomou-se a decisão da demolição da Praça da Figueira, tendo sido efectuada em 1949. Após demolição e reconstrução, a Praça da Figueira era então um largo, com uma estátua equestre ao centro que não causava admiração. Ao longo dos tempos Lisboa tornou-se despovoada ao centro, tornando-se a Praça da Figueira um símbolo apenas, sem utilidade, dotado de um certo abandono (Dias, 1987).

Actualmente, a Praça da Figueira ocupa um lugar singular neste tecido urbano, afirmando-se como um complemento da Praça do Rossio, sempre foi uma praça de vivência popular, mais funcional que representativa.

É clara na evolução histórica do espaço descrita acima, a sua adaptação às necessidades das realidades emergentes. A sua localização no centro histórico da cidade é dos factores mais condicionantes, e que acentua a dificuldade de estabilização do espaço. Dada a tendência natural que existe, tal como em outros centros históricos, para a desertificação deste focus, à medida que o centro da cidade se vai diluindo, é necessário que a requalificação de espaços desta tipologia passe pela reconquista social, pela redefinição do carácter do espaço, pela criação da necessidade da população se deslocar até lá pelas suas características singulares. Considera-se assim que o grau de adaptabilidade e versatilidade do espaço, bem como a dinâmica sociocultural serão factores obrigatórios na

definição da requalificação destes espaços, através da conciliação da recuperação/reabilitação do espaço com a reconversão do mesmo (Neves, 2002).

### **6.3.2. Projecto de Requalificação Urbana**

A Praça da Figueira foi alvo, no ano de 2001, de um Projecto de Requalificação realizado pelo atelier de Daciano Costa, na sequência do projecto do parque de estacionamento subterrâneo. Os seus principais objectivos, passavam por (Neves, 2002):

- Revalorizar o monumento equestre de D.João I, propondo a alteração da sua implantação e do seu alinhamento, com o objectivo de criar maiores dinâmicas espaciais;
- Introduzir dois alinhamentos de árvores de modo a criar zonas de ensombramento nas áreas de maior utilização;
- Compatibilizar as diferentes áreas funcionais, realçando a importância do peão e do espaço por ele utilizado;
- Requalificar o edificado envolvente e, ao mesmo tempo, através de uma operação de arte pública, revestir o conjunto edificado com um sistema articulado de composições azulejares de cor azul, de modo a prolongar na arquitectura a luminosidade do céu;

Assim, foi feita uma avaliação ao projecto de modo a perceber os seus pontos fortes e as suas fraquezas (Neves, 2002):

- Pontos fortes
  - Além do entendimento da complexidade físico-espacial que a praça apresenta, também a própria identidade do lugar foi bem percepcionada
  - Apesar das dificuldades existentes, foi efectuado um ordenamento das diversas áreas funcionais, evidenciando a preocupação do autor com a continuidade/descontinuidade do espaço
  - A apoiar a diferenciação funcional referida no ponto anterior, está a clarificação da mobilidade/acessibilidade dentro do espaço, onde foram organizadas os diferentes modos de mobilidade – viário e pedonal
  - Verifica-se o cuidado na escolha de diversos materiais com a clara preocupação com a adequação e o carácter do espaço, potenciando assim a apazibilidade do mesmo
  - A requalificação visual, ambiental e estética efectuada, a introdução de novos equipamentos complementares e a alteração do alinhamento da estátua equestre de D.João I, aumentam o leque de novas fruições
- Pontos fracos
  - Corridos treze anos, o projecto ainda não se encontra concluído, verificando-se alguns edifícios em mau estado de conservação e sem a intervenção azulejar nas fachadas do edificado envolvente da praça

- Apesar de ser clara a organização dos diferentes modos de mobilidade dentro da praça, verifica-se uma certa falta de adaptabilidade do espaço, resultado da estrutura viária da zona, da rede de transportes públicos – autocarros e eléctricos – e da localização das suas paragens e terminais
- O espaço não apresenta uma boa legibilidade, não havendo clareza e facilidade na utilização do espaço e na sua lógica de uso
- A não recuperação de alguns edifícios inviabiliza a revitalização social e prejudica a polivalência do espaço, reduzindo assim a diversidade do mesmo
- Espaço com claro potencial para uma utilização mais frequente e dinâmica, tanto pela população residente na envolvente como por turistas

Para concluir, verifica-se uma igualdade entre os pontos positivos e negativos. Porém, e como já foi referido anteriormente, o não cumprimento de um projecto na sua totalidade pode comprometer, e na minha opinião, comprometeu de forma significativa os objectivos pretendidos. Pois apesar das alterações efectuadas de forma positiva, verifica-se actualmente um espaço com um potencial superior ao que actualmente se verifica, com os pontos negativos a pesar nas dinâmicas sociais da praça. Deste modo, para uma futura intervenção, terá sempre que se ter em conta esta análise, de modo a manterem-se os pontos positivos, corrigindo-se os negativos, para que o resultado final seja favorável tanto para o utilizador, como para a Baixa Pombalina, como para a própria cidade de Lisboa.

### **6.3.3. A praça no contexto do novo Plano Director Municipal**

Como já foi referido anteriormente, qualquer intervenção no Centro Histórico da cidade é rodeada de diversos condicionalismos, um dos quais, o Plano Director Municipal. Deste modo, é essencial entender em que contexto se enquadra a Praça da Figueira no Plano Director Municipal. Em anexo, no Texto 2, serão apresentados os mecanismos defendidos pelo PDM, que avaliam e qualificam o Centro Histórico, e consequentemente a Baixa Pombalina e a Praça da Figueira.

### **6.3.4. Análise Paisagística**

#### **6.3.4.1. Microclimática**

Para realizar a análise microclimática da presente área de estudo, foram criadas duas situações:

- Zona de ensombramento durante um mês favorável microclimaticamente (mês de Junho) – Figura 23, em anexo.
- Zona de ensombramento durante um mês desfavorável microclimaticamente (mês de Dezembro) – Figura 24, em anexo

Através da análise das duas cartas referidas anteriormente, foi possível criar uma outra – Carta com zonas de ensombramento total, Figura 25, em anexo – onde foi possível identificar diversas zonas que se encontram com sombra ao longo de todo o dia, e por consequência, são

as zonas mais desfavoráveis microclimaticamente e que apresentam menor aptidão para a instalação de qualquer tipo de actividade recreativa ou de lazer, e que terão influência na futura proposta a realizar.

#### **6.3.4.2. Relações Visuais**

Para esta análise, foram realizadas duas cartas, a diferentes escalas, com o objectivo de se entender a relação que a Praça da Figueira apresenta com a sua envolvente, e pelo contrário, a relação que a envolvente tem com a Praça da Figueira. Como é do nosso conhecimento, e como já foi referido anteriormente, a Praça da Figueira encontra-se numa zona plana, entre a colina do Castelo – a nascente - e a colina de São Roque – a poente – onde, por este motivo, a sua percepção a partir da envolvente só é possível em determinados pontos específicos situados nas colinas referidas. Assim, realizou-se a Carta com as “Relações Visuais Exteriores” (Figura 26, em anexo), onde a escala foi um pouco reduzida de maneira a ser possível relacionar a área da Praça da Figueira com a sua envolvente, e onde é possível identificar três pontos, a partir dos quais é possível ter a percepção da mesma. Esses pontos são, na colina do Castelo, o próprio Castelo de São Jorge e o Elevador do Castelo, recentemente construído, enquanto na colina de São Roque, o ponto identificado é o Elevador de Santa Justa.

A uma outra escala, neste caso a uma escala local, foi realizada a Carta com as “Relações visuais interiores” (Figura 27, em anexo), onde se analisa do ponto de vista do utilizador, a relação que a Praça da Figueira apresenta com a sua envolvente. Através da análise da carta realizada, verifica-se a existência de várias zonas heterogéneas, onde a percepção do exterior varia em cada uma delas. A partir do centro da praça em direcção a poente, é possível confirmar a forte pressão que o Castelo exerce sobre o utilizador, influenciando mesmo a própria relação que o utilizador irá manter com a praça, ou seja, pela forte relação visual que existe entre o Castelo e o utilizador, este não se irá sentir completamente inserido na praça desviando a sua atenção para o exterior desta. Ainda nesta área poente da praça, verificam-se três corredores que chamam a atenção do utilizador para o exterior:

- O alinhamento da Rua da Prata, cria uma forte conexão entre o utilizador e o horizonte
- A norte da praça, além da forte relação visual que mantém com o Castelo, o utilizador tem ligação visual com a Praça do Rossio e da colina a Poente, através da Rua do Amparo
- A sul da praça, o utilizador tem uma forte ligação visual com a Praça do Rossio através da Rua da Betesga

Na direcção contrária, a partir do centro da praça para nascente, muito por força da quebra da relação visual de referência com o Castelo, o sentido de pertença à praça por parte do utilizador aumenta, apesar de apresentar diferenças em determinadas áreas:

- A norte, a ligação entre o utilizador e a praça é em certos pontos reduzida, por influência da ligação visual com a Praça do Rossio a poente e muitas vezes pelo bloqueio visual que o utilizador sofre por parte dos autocarros que se encontram aí estacionados
- Na zona central, é possível identificar duas áreas distintas, que apesar da relação com o exterior ser nula, a relação de pertença entre o utilizador e a praça varia. Enquanto na área mais central o utilizador “sente-se” na praça, na área situada a nascente desta, a relação do utilizador com a praça é afectada, muito por culpa do bloqueio que o atravessamento viário e rodoviário provoca
- A sul da praça, pelo mesmo motivo referido anteriormente, e apesar da forte envolvimento que o edificado faz sentir, a ligação entre o utilizador e a praça é reduzida

#### **6.3.4.3. Vegetação existente**

Analisando a Carta de estrutura verde (Figura 28, em anexo), e pelas próprias características que uma praça como a da Figueira apresenta - onde a vegetação existente é utilizada com o objectivo de enquadramento urbano e de regulação microclimática em dias de temperaturas mais elevadas - a estrutura verde existente resume-se a isso mesmo, dois eixos arborizados num total de oito árvores. Relativamente às espécies utilizadas, todas as árvores existentes são da espécie *Celtis Australis*, de pequeno porte, atingido no máximo uma altura de aproximadamente 6m e uma copa entre os 2-3m.

#### **6.3.4.4. Tipologia e uso do edificado**

Analisando a tipologia do edificado presente na Praça da Figueira, é possível confirmar a análise feita anteriormente ao tipo de edificado presente na Baixa Pombalina, onde se verifica que os planos idealizados por Marquês de Pombal nem sempre foram seguidos à risca. Isto deve-se ao facto de se verificar a presença de edifícios com cinco pisos (rés-do-chão, três pisos corridos e águas furtadas) – estes sim, os idealizados por Marquês de Pombal – mas também de edifícios com seis pisos – sendo estes os mais frequentes ao longo de toda a Baixa. Com base na Carta de Tipologia do edificado (Figura 29, em anexo) verifica-se que esta tendência é contrariada, existindo um número superior de edifícios com cinco andares face ao número de edifícios com seis pisos, porém todos eles apresentam uma arquitectura homogénea, não fugindo à linha idealizada por Marquês de Pombal. Para comprovar este ponto está a Carta de Tipologia das Fachadas (Figura 30, em anexo), onde é possível verificar a homogeneidade das fachadas do edificado adjacente à Praça da Figueira – sendo todas elas fachadas do tipo Pombalino, excepto um edifício situado a sudeste, que apresenta uma tipologia Neopombalina. Quanto à ocupação/usos que cada um dos pisos apresenta, com as visitas realizadas ao local, foi possível confirmar que o piso térreo é exclusivamente dedicado ao comércio e a serviços, no primeiro andar situa-se o armazém ou a oficina da loja correspondente, o segundo piso é dedicado a outros serviços ou a habitação, e os andares superiores são dedicados à habitação – não sendo possível confirmar se realmente estariam

ocupados por moradores. Não menos importante, é o estado de conservação em que se encontra o edificado adjacente à praça. Como se pode confirmar pela Carta do Estado de Conservação do Edificado (Figura 31, em anexo), aproximadamente metade dos edifícios encontram-se em Mau estado de conservação, com principal destaque para todo o conjunto de edifícios que servem a fachada poente da praça.

#### **6.3.4.5. Fluxos**

Através da Carta de Fluxos viários e Rodoviários (Figura 32, em anexo) é possível identificar dois tipos de fluxos dentro da Praça da Figueira:

- Fluxos viários
- Fluxo Rodoviários – inclui a circulação de autocarros e de eléctricos

Na visita à área de estudo, uma das suas componentes negativas que se destaca é a confusão/desorganização que a rede viária e rodoviária apresenta, influenciando negativamente o valor da Praça da Figueira. O trânsito automóvel representa um grande impacto na Praça da Figueira, muito devido ao elevado número de veículos que a atravessam nas várias direcções disponíveis. Como já foi referido anteriormente, o trânsito que aqui se verifica é denominado por trânsito de atravessamento – por utilizar a praça apenas com o objectivo de ser o melhor caminho, e não por aceder à praça para a utilização das suas actividades – e apresenta um fluxo Norte-Sul, que percorre a praça, proveniente do Martim Moniz em direcção ao rio através da Rua dos Fanqueiros, acedendo igualmente à Praça do Rossio através da Rua da Betesga, sendo possível verificar-se também um fluxo sul-norte através da Rua da Prata com acesso à Praça do Rossio. Quanto ao fluxo rodoviário, este também apresenta um enorme impacto negativo na praça, principalmente através da circulação de autocarros. Além do elevado número de autocarros que circulam junto da Praça da Figueira – com o mesmo destino que apresenta a circulação automóvel - estes utilizam também o interior da mesma como paragem terminal, mantendo-se lá por certos períodos de tempo, provocando uma enorme barreira visual e física entre o peão e a praça.

A acrescentar aos fluxos caracterizados anteriormente, verifica-se um outro tipo com igual ou superior importância - o fluxo pedonal. Realizando uma análise local, é possível verificar que o peão pode aceder à Praça da Figueira através de qualquer uma das ruas com a qual esta mantém ligação. Por certo existem hierarquias, muito por culpa da localização que a praça ocupa dentro da malha urbana e das ligações que apresenta, a poente, com a Praça do Rossio – um forte pólo de atracção turística. Dito isto, confirma-se que o maior fluxo pedonal ocorre entre a Praça do Rossio e a Praça da Figueira, através da ligação existente na Rua do Amparo e na Rua da Betesga.

Dentro da praça, o fluxo pedonal é variável, estando directamente relacionado com a procura que o peão deseja, ou seja:



- Procura pela elevada oferta de transportes públicos
- Simples fruição e conhecimento da praça e a sua envolvente
- Procura pela oferta de comércio e restauração

#### 6.3.4.6. Condicionantes

Após análise das várias cartas descritas anteriormente, foi possível realizar a Carta de Condicionantes (Figura 33), onde estão indicadas, como o próprio nome indica, as condicionantes a considerar na realização de uma futura proposta. No caso da Praça da Figueira são várias, e passo a descrevê-las:

- A localização da paragem terminal de vários autocarros no interior da praça, o que provoca uma barreira visual e física entre o peão e a praça
- As áreas de ensombramento ao longo de todo o dia condicionam o tipo de actividades que se pretende instalar na praça
- A desorganização da estrutura viária
- Os limites do estacionamento subterrâneo e da estação do metro do Rossio condicionam a implantação de vegetação à superfície
- Apesar da sua utilidade, os acessos ao subsolo são uma barreira física e visual para o peão

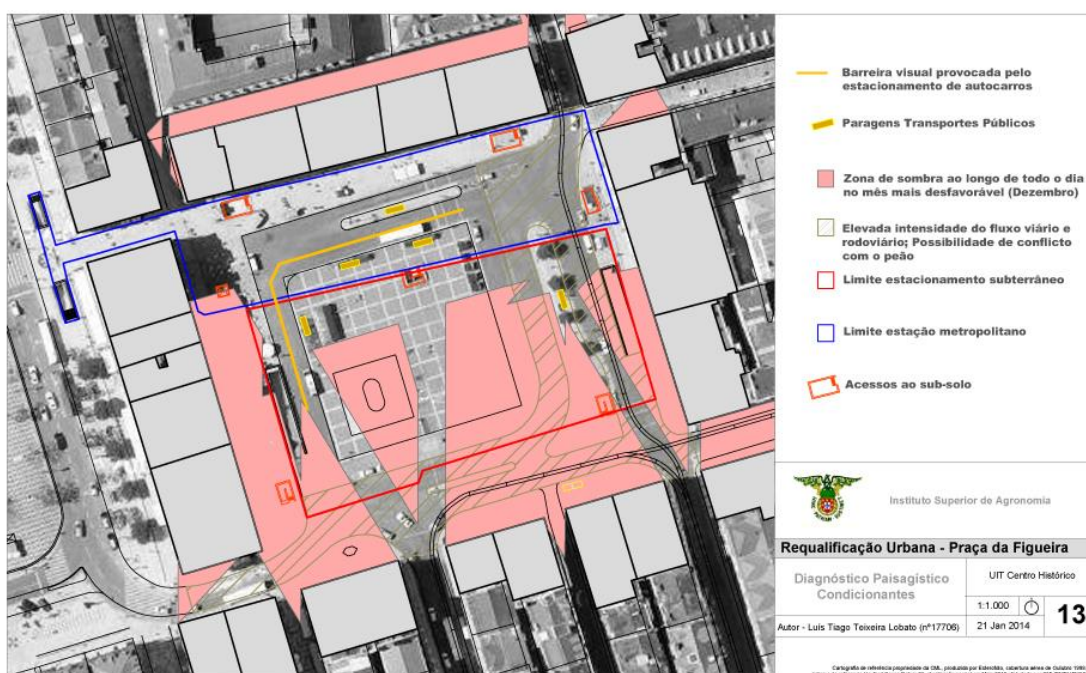


Figura 33 – Diagnóstico Paisagístico: Condicionantes

#### 6.3.4.7. Aptidões

Na Carta de Aptidões (Figura 34), após a análise de toda a informação recolhida e trabalhada, é realizado um zonamento onde foram identificadas várias áreas heterogéneas, onde cada uma delas apresenta uma característica diferente e a ter em conta na realização da futura proposta:

- A norte, encontram-se duas áreas com grande aptidão para a instalação de recreio passivo; a diferença entre ambas baseia-se na relação com o exterior da praça, ou seja, enquanto uma área, a poente, apresenta uma grande relação visual com o Castelo e a correspondente colina, a área situada a poente apresenta uma grande relação de pertença com a praça devido à presença que o edificado envolvente faz sentir
- A sul da praça, encontram-se duas áreas que já sofrem a condicionante microclimática; enquanto a área situada a poente, apresenta uma forte ligação visual com o castelo e apenas suporta actividades de recreio passivo ao longo do verão, a área situada a nascente, além de não apresentar relações visuais com o exterior, é a área mais desfavorável microclimaticamente, não sendo aconselhável aí a instalação de actividades de recreio passivo
- Em relação aos acessos pedonais à Praça da Figueira, apesar dos inúmeros acessos, há dois a sofrer destaque:
  - A norte verifica-se o acesso pedonal entre a Praça do Rossio e a Praça da Figueira através da Rua do Amparo, sendo possível o contacto visual com o Castelo e a sua colina
  - A sul, verifica-se a ligação visual e pedonal à Praça do Rossio e à malha ortogonal da Baixa Pombalina através da Rua da Betesga

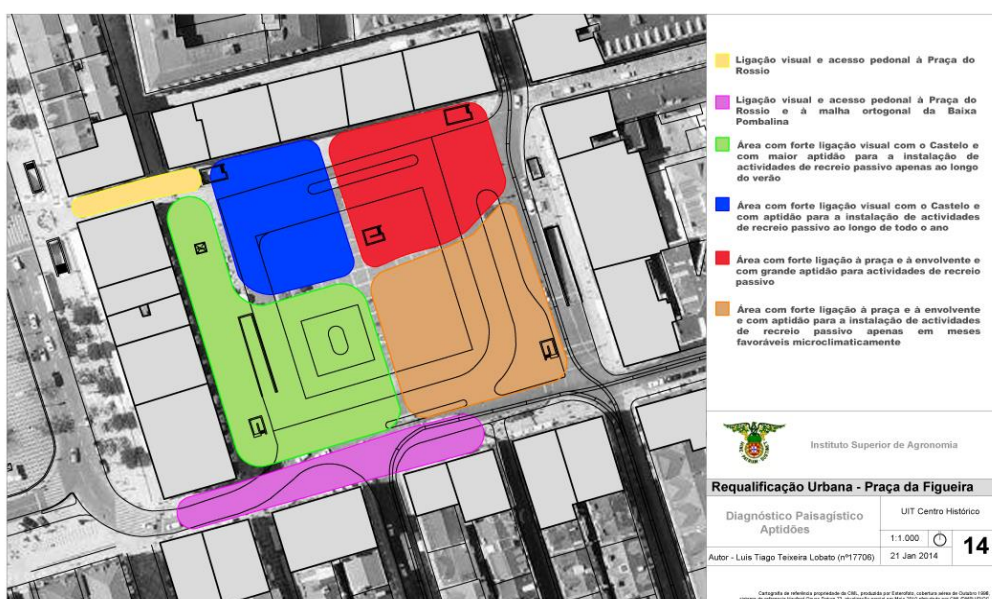


Figura 34 – Diagnóstico Paisagístico: Aptidões

## **6.4. Proposta de Requalificação do espaço público da Praça da Figueira**

### **6.4.1. Proposta**

A proposta de requalificação apresentada para a Praça da Figueira, irá procurar satisfazer os critérios gerais que pelos quais se deve reger quando se está a elaborar um projecto de espaço público. Tais critérios, como já foram referidos anteriormente no capítulo 3.2, são: identidade; Continuidade / Permeabilidade; Segurança / Conforto / Aprazibilidade; Mobilidade / Acessibilidade; Inclusão e Coesão Social; Legibilidade; Diversidade / Adaptabilidade: Resistência / Durabilidade e Sustentabilidade.

Deste modo, pretende-se que a futura proposta de intervenção recupere as antigas dinâmicas sociais, tornando-se num espaço de fruição e de estadia e que não seja apenas um espaço de passagem ou um interface de transportes público. Com este objectivo, este projecto apresenta as seguintes intenções:

- Clarificar a circulação viária e rodoviária junto à praça
- Alterar os terminais e paragens de autocarros públicos do interior da praça para a periferia, o que iria contribuir para o aumento da legibilidade e clareza da praça
- Aumentar a área dedicada ao peão, facilitando o acesso à placa central da praça
- Incentivar a melhoria do comércio no piso térreo do edificado
- Requalificar o edificado envolvente à praça, podendo nalguns casos diversificar o seu uso, o que iria provocar uma revitalização social e incentivar à polivalência do espaço
- Recuperar a identidade da Praça da Figueira como antigo mercado, propondo incentivos para a realização de feiras ou mercados itinerantes

A presente proposta de requalificação do espaço público da Praça da Figueira visa o desenvolvimento dos vários conceitos que foram analisados e descritos ao longo de todo o trabalho. Através de toda a análise histórica e funcional realizada anteriormente, foi possível chegar a uma ideia final, com o grande objectivo de devolver à praça todo o seu valor social, histórico, comercial e patrimonial, que a caracterizava em tempos. Deste modo, a presente proposta de Requalificação visa (Figura 35):



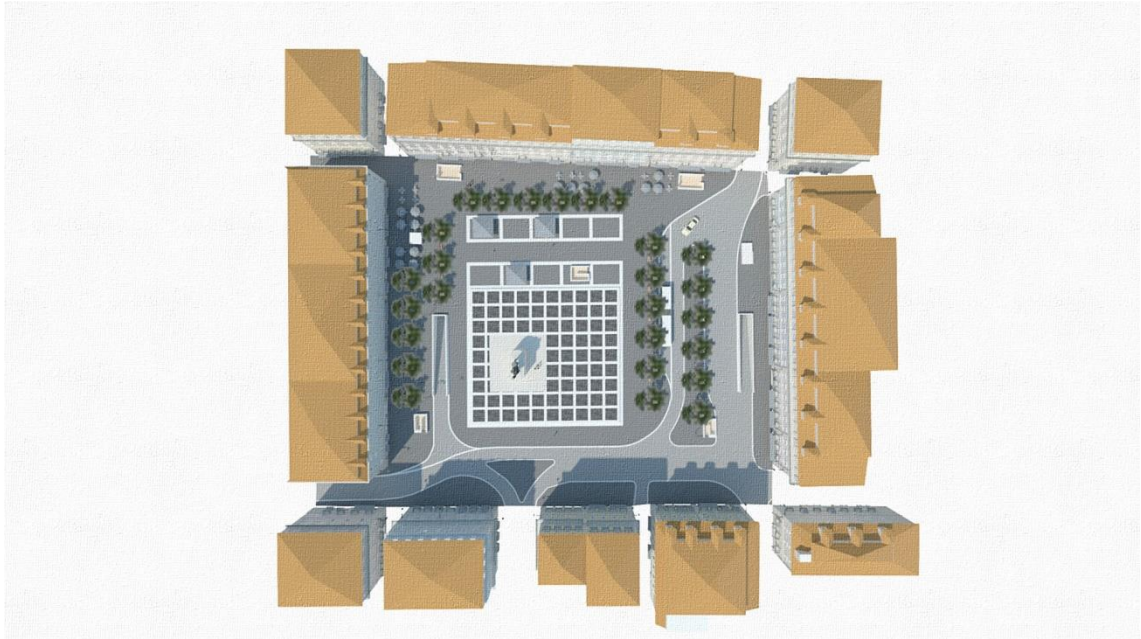


Figura 35 – Proposta de Intervenção (Plano Geral)

- Retirar o trânsito viário e rodoviário do interior da praça, ficando toda esta área dedicada ao peão
- Reorganizar a rede viária e rodoviária, melhorando as condições de circulação e a facilidade de acesso



Figura 36 – Simulação da proposta de intervenção

- Requalificar o edificado envolvente à praça, podendo nalguns casos diversificar o seu uso, o que iria provocar uma revitalização social e incentivar à polivalência do espaço

- A alteração das dimensões da placa central da praça e o respectivo pavimento, mantendo o seu objectivo de apreciação da estátua equestre de D.João I



Figura 37 – Simulação da proposta de intervenção

- Incentivar, através da demarcação no pavimento, de uma zona consentânea com feiras e mercados itinerantes
- Em redor à placa central da praça, todo o pavimento dedicado à circulação pedonal será de calçada portuguesa



Figura 38 – Simulação da proposta de intervenção

- Acrescentar três alinhamentos de árvores, de espécie igual à existente – *Celtis Australis* – com dois objectivos:
  - 1º - Pela amplitude da praça, os alinhamentos têm o objectivo de combater a *agorafobia*, tornando o espaço confortável e aprazível para todos os utilizadores;
  - 2º - Através dos alinhamentos a nascente da praça, pretende-se reduzir a pressão que o tráfego viário e rodoviário de atravessamento exerce sobre a mesma;

Com base na Figura 39, em anexo, é possível verificar dois cortes, um transversal e um longitudinal, que têm o objectivo de retractor a proposta pretendida, auxiliando assim a sua interpretação.

## **Capítulo 7. Conclusão**

Com o presente trabalho, e através da profunda análise histórica e funcional da Baixa Pombalina, foi possível verificar que a Baixa, como local de centralização dos sentidos e energias da cidade, teve os seus pontos altos e baixos, tanto na consolidação estrutural de activo centro urbano, como político, social e mercantil. Actualmente, tanto a Baixa como o Chiado têm vindo a reafirmar-se como centros urbanos, tanto pelas suas características urbanísticas como arquitectónicas, muito por culpa dos processos de revalorização dos centros históricos que tem ocorrido.

Assim, para continuar nesta linha ascendente, é de crucial importância que qualquer intervenção mantenha intacto o valor patrimonial, artístico e a paisagem urbana histórica, pela qual a Baixa Pombalina é caracterizada. Para tal é essencial uma gestão rigorosa com o objectivo de se conservar, proteger e revitalizar, para as gerações futuras, todas as suas actividades e ofícios, que fizeram deste centro histórico a sua alma.

Incluída, nesta linha de defesa patrimonial, está a Praça da Figueira, com lugar de referência na malha urbana do Centro Histórico da cidade de Lisboa mas aquém do seu potencial. Para tal, com o projecto de requalificação proposto, sempre salvaguardando a sua identidade histórica, pretende-se requalificar o seu espaço público, com o objectivo de reactivar as suas antigas dinâmicas sociais, e por consequência reactivar, as mais variadas actividades comerciais tradicionais, que fizeram da Baixa o que é hoje. O grande objectivo deste projecto, é devolver à Praça da Figueira o seu verdadeiro valor nesta malha urbana de referência da cidade, e por consequência, contribuir para o reforço do próprio valor Patrimonial da Baixa Pombalina.

Para atingir a meta pretendida, a metodologia utilizada passou por realizar uma análise histórica da Praça da Figueira e da envolvente onde esta se encontra incluída – a Baixa Pombalina – com o objectivo de se perceber a verdadeira identidade do espaço. De seguida realizou-se uma análise de carácter funcional sobre a Praça da Figueira, a partir da qual foi possível perceber as condicionantes e as aptidões que o espaço oferece. Deste modo, e conjugando ambas as análises com o conhecimento adquirido como Arquitecto Paisagista, foi possível criar a proposta de requalificação apresentada.



## Capítulo 8. Bibliografia

Alves. F.M.B. (2003). **Avaliação da qualidade do espaço público urbano: proposta metodológica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Andrade. C; Pereira. I (2005) *in* **Reabilitação Urbana - Baixa Pombalina: Bases para uma intervenção de salvaguarda**. Colecção de estudos urbanos – Lisboa XXI

Arendt. H. (1972). **La Crise de la Culture**. Paris: Ideés/Gallimard *in* Narciso. C.A.F (2008). **Espaço público: Desenho, organização e poder – O caso de Barcelona**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Arendt. H (1988). **Condition de l'Homme Modern**, ed. Presses Pocket col. Agora *in* Narciso. C.A.F (2008). **Espaço público: Desenho, organização e poder – O caso de Barcelona**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Arroyo. J. (2007). **Bordas e espaço público. Fronteiras internas na cidade contemporânea**. Revista electrónica de arquitectura – Arquitectos. *in* Narciso. C.A.F (2008). **Espaço público: Desenho, organização e poder – O caso de Barcelona**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Ascher. F. (1995). **Metapolis ou l'avenir des villes**. Paris : Editions Odile Jacob *in* Narciso. C.A.F (2008). **Espaço público: Desenho, organização e poder – O caso de Barcelona**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Berger. F. (2007) *in* **A praça em Portugal: inventário de espaço público**. Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do território e Desenvolvimento Urbano

Borja. J. (2003). **La Ciudad Conquistada**. Madrid: Alianza Editorial

Borja. J. (2000). **Espaço público e a interdisciplinaridade**. Lisboa: Centro Português do Design

Botelho. A. (2004). **A produção do espaço e o empresariamento urbano: o caso de Barcelona e seu Fórum das Culturas de 2004**. GEOUSP – Espaço e Tempo, N.16, São Paulo *in* Narciso. C.A.F (2008). **Espaço público: Desenho, organização e poder – O caso de Barcelona**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Brandão. P. (2008). **A identidade dos lugares e a sua representação colectiva: bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público**. Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

Brandão. P. (2003). **Design de espaço público: deslocação e proximidade**. Lisboa: Centro Português de Design

Brandão. P (2004) *in* **Design Urbano inclusivo: uma experiência de projecto em Marvila**. Centro Português do Design

Brandão. P. (2000). **Espaço público e a interdisciplinaridade**. Lisboa: Centro Português do Design

Brandão. P. (2002). **O chão da cidade: guia de avaliação do design de espaço público**. Centro Português de Design

Calado. M. (2008) **Praças reais, passado presente e futuro**. Lisboa Horizonte



- Capaz, I. (2012). **Requalificação do espaço público urbano: caso de estudo – Bairro Olival de Fora**. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa
- Cachinho, H. (2007). *L'espace public dans la banlieue de Lisbonne : de la rue au centre commercial*. Sud-Ouest Européen, N. 24, in Narciso. C.A.F (2008). **Espaço público: Desenho, organização e poder – O caso de Barcelona**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
- Castro, A. (2002). **Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade. Contributos para uma reflexão sobre os Espaços Públicos Urbanos**. Revista Cidades. Comunidades e Territórios, nº5, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) in Narciso
- Carreras i Verdaguer, C. (2002). **Espais públics. Mirades Multidisciplinàries**. Barcelona: Biblioteca Universitária in Narciso. C.A.F (2008). **Espaço público: Desenho, organização e poder – O caso de Barcelona**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
- Campos, V. (2007) in **A praça em Portugal: inventário de espaço público**. Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do território e Desenvolvimento Urbano
- Carvalho, A. (2005). in **Reabilitação Urbana - Baixa Pombalina: Bases para uma intervenção de salvaguarda**. Coleção de estudos urbanos – Lisboa XXI
- Carvalho, P. (2008). **Cidades e Valorização Paisagística de Frentes Aquáticas**. In Biblos (Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), Coimbra, Faculdade de Letras, Volume VI (2ª série) in Silva. A.M.R. (2011). **Requalificação urbana: o exemplo da intervenção Polis em Leiria**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra
- CEDRU (1990). **Valorização de Lisboa**. VALIS, CEDRU, Lisboa
- Coelho, C.D. (2007). **A praça em Portugal: inventário de espaço público**. Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do território e Desenvolvimento Urbano
- Cotrim, I. (2005) (Coord.). **Do projecto ao objecto**. Lisboa: Centro Português de Design in Narciso. C.A.F (2008). **Espaço público: Desenho, organização e poder – O caso de Barcelona**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
- Cunha, L. (2001). In **A praça na cidade portuguesa**. Lisboa: Horizonte
- DGOTDU (Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano) (2008). **Proposta de projecto de decreto regulamentar que estabelece conceitos técnicos a utilizar nos instrumentos de gestão territorial**. Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa
- Dias, M. T. (1987). **Lisboa Desaparecida – Volume I**. Lisboa: Quimera
- Domingues, A. (2006). **Cidade e Democracia – 30 anos de transformação Urbana em Portugal**. Argumentum in Silva. A.M.R. (2011). **Requalificação urbana: o exemplo da intervenção Polis em Leiria**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra
- Ferreira, V.M. (2004) in **Design Urbano inclusivo: uma experiência de projecto em Marvila**. Centro Português do Design

Ferreira.S. M. R.B. (2006). **A integração e o acompanhamento da componente ambiental no Programa Polis**. Dissertação Mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, Silva. A.M.R. (2011). **Requalificação urbana: o exemplo da intervenção Polis em Leiria**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra

França. J.A (2000). **Lisboa: Urbanismo e Arquitectura**. Lisboa: Livros horizonte

Gonçalves. A. (2005). *in* **Reabilitação Urbana - Baixa Pombalina: Bases para uma intervenção de salvaguarda**. Colecção de estudos urbanos – Lisboa XXI

Guerra.I. (2005). **Políticas Públicas de Revitalização Urbana: Reflexão para formulação estratégica e operacional das actuações a concretizar no QREN**. Relatório Final. ISCTE/CET. Observatório do QCA III. Lisboa.

Habermas. J. (1984). **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. *in* Narciso. C.A.F (2008). **Espaço público: Desenho, organização e poder – O caso de Barcelona**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Indovina. F.(2002). **O Espaço Público-Tópicos sobre a sua mudança**. Revista Cidades. Comunidades e Territórios, N.5, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) *in* Narciso. C.A.F (2008). **Espaço público: Desenho, organização e poder – O caso de Barcelona**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Irazábal. C. (2001). **Da Carta de Atenas à Carta do Novo Urbanismo. Qual seu significado para a América Latina?** Revista electrónica de arquitectura – Arquitectos *in* Narciso. C.A.F (2008). **Espaço público: Desenho, organização e poder – O caso de Barcelona**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Kostof. S. (1982). **The City Shaped: Urban Patterns and Meanings Through History**. Thames & Hudson

Lamas. J.L (2007). **Morfologia Urbana e Desenho da cidade**. Fundação Calouste Gulbenkian

Lara, F.(2001). **Admirável urbanismo novo**. Revista electrónica de arquitectura – Arquitectos, *in* Narciso. C.A.F (2008). **Espaço público: Desenho, organização e poder – O caso de Barcelona**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Lynch. K. (1999). **A boa forma da cidade**. Lisboa: ed.70

Lynch. K (1994). **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70

Luis. T. (2005) *in* **Reabilitação Urbana - Baixa Pombalina: Bases para uma intervenção de salvaguarda**. Colecção de estudos urbanos – Lisboa XXI

Madeira. C.A.C.L (2009). **A Reabilitação Habitacional em Portugal – Avaliação dos Programas REcria, REhabita, REcriph e SOLARHII**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa. *In* Silva. A.M.R. (2011). **Requalificação urbana: o exemplo da intervenção Polis em Leiria**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra

Magalhães. M. R. (2001). **A arquitectura paisagista: Morfologia e Complexidade**. Lisboa:Estampa

Martins. R.B. (2005) *in* **Reabilitação Urbana - Baixa Pombalina: Bases para uma intervenção de salvaguarda**. Coleção de estudos urbanos – Lisboa XXI

Mateus. J. M. (2005). **Reabilitação Urbana - Baixa Pombalina: Bases para uma intervenção de salvaguarda**. Coleção de estudos urbanos – Lisboa XXI

Moreira. G. (2007). **Requalificação Urbana – Alguns conceitos Básicos**. Revista Artitextos nº5. Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em: <http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1802?mode=full>. Acedido em: 17 de Setembro de 2013

Mumford. L. (1982). **A cidade na história: origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes

Narciso. C.A.F (2008). **Espaço público: Desenho, organização e poder – O caso de Barcelona**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Neves. J.T (2002). **Contribuição do design para o projecto de espaço público**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de engenharia, Universidade do Porto

Palladino. J.P (2004). **Crisis del espacio público y privatización de la vida**. Revista Teina - Revista electrónica de cultura y sociedad-La ciudad. Abril-Mayo-Junio. N. 4 *in* Narciso. C.A.F (2008). **Espaço público: Desenho, organização e poder – O caso de Barcelona**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Papudo. R.M. (2007) **Indicadores de ordenamento do território: uma proposta metodológica para o caso Português**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Silva. A.M.R. (2011). **Requalificação urbana: o exemplo da intervenção Polis em Leiria**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra

Pereira. M; Teixeira. J; Cruzeiro. M. (2005) *in* **Reabilitação Urbana - Baixa Pombalina: Bases para uma intervenção de salvaguarda**. Coleção de estudos urbanos – Lisboa XXI

Portas. N (2004) *in* **Design Urbano inclusivo: uma experiência de projecto em Marvila**. Centro Português do Design

Portas.N; Domingues.A; Cabral. J. (2003). **Políticas Urbanas - Tendências, Estratégias e Oportunidades**. Fundação Calouste Gulbenkian. *In* Silva. A.M.R. (2011). **Requalificação urbana: o exemplo da intervenção Polis em Leiria**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra

Salgueiro. T.B. (2001). **Lisboa, periferia e centralidade**. Oeiras: Celta

Seixas. J. (2005) *in* **Reabilitação Urbana - Baixa Pombalina: Bases para uma intervenção de salvaguarda**. Coleção de estudos urbanos – Lisboa XXI

SERPA, A. (2004). **Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica**. GEOUSP – Espaço e Tempo *in* Narciso. C.A.F (2008). **Espaço público: Desenho, organização e poder – O caso de Barcelona**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Silva. A.M.R. (2011). **Requalificação urbana: o exemplo da intervenção Polis em Leiria**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra

Sun. A. (2008). **Projecto da Praça: Convívio e exclusão no espaço público.** Ed. Senac São Paulo

Teixeira. M. C. (2001). **A praça na cidade portuguesa.** Lisboa: Horizonte

Viegas. J.M. (2005) *in* **Reabilitação Urbana - Baixa Pombalina: Bases para uma intervenção de salvaguarda.** Colecção de estudos urbanos – Lisboa XXI

## **Anexos:**

### **Textos:**

Texto 1 – Critérios gerais que devem reger a elaboração de projectos de espaço público .....i

Texto 2 – A praça no contexto do novo Plano Director Municipal .....vii

### **Quadros:**

Quadro 2 – Checklist das características gerais do espaço público .....xv

Quadro 3 - Checklist dos critérios específicos do espaço público .....xvi

Quadro 4 – Tipologias de espaço Público.....xvii

Quadro 5 – Comércio a retalho da Baixa (2004).....xix

Quadro 6 - Restaurantes e similares na Baixa (2004).....xix

Quadro 7 – Hierarquização dos eixos comerciais segundo o número e a natureza das unidades funcionas (2004).....xx

### **Figuras:**

Figura 10 - Novos limites administrativos das freguesias .....xxi

Figura 11 – Limite das freguesias antigas .....xxi

Figura 12 – Distribuição dos Residentes .....xxii

Figura 13 – Variação de Residentes .....xxii

Figura 14 – Novos Lisboaetas .....xxiii

Figura 15 – Distribuição e variação da actividade económica em Lisboa .....xxiii

Figura 16 – Especialização do emprego .....xxiv

Figura 17 – Tipologia das fachadas .....xxiv

Figura 18 – Carta de conservação do edificado da baixa .....xxv

Figura 19 – Titularidade do edificado .....xxv

Figura 22 – Carta de qualificação do espaço urbano .....xxvi

Figura 23 – Áreas de sombra ao longo do maior dia do ano (Junho).....xxvi

Figura 24 – Áreas de sombra ao longo do dia mais curto do ano (Dezembro).....xxvii

Figura 25 - Áreas sujeitas a sombra ao longo de todo o dia.....xxvii

Figura 26 – Relações visuais do exterior com a praça .....xxviii

Figura 27 – Relações visuais do interior da praça com o exterior .....xxviii

Figura 28 – Vegetação existente .....	xxix
Figura 29 – Tipologia do edificado (nº de andares).....	xxix
Figura 30 - Tipologia das fachadas da envolvente à praça da figueira .....	xxx
Figura 31 - Conservação do edificado junto à praça da figueira .....	xxx
Figura 32 – Fluxos viários e rodoviários.....	xxxi
Figura 33 – Diagnóstico Paisagístico: Condicionantes .....	xxxi
Figura 34 – Diagnóstico Paisagístico: Aptidões.....	xxxii
Figura 35 – Proposta de intervenção .....	xxxiii
Figura 36 – Simulação da proposta de intervenção.....	xxxiv
Figura 37 – Simulação da proposta de intervenção.....	xxxiv
Figura 38 – Simulação da proposta de intervenção.....	xxxiv
Figura 39 – Corte transversal e longitudinal.....	xxxv

## **Textos:**

### **Texto 1 : Critérios gerais que devem reger a elaboração de projectos de espaço público**

#### **A - Identidade**

“As características identitárias de um local, decorrem da forma como a população se relaciona com o ecossistema e se apropria do espaço, originando padrões de vida específicos que se reflectem na configuração da paisagem. Os locais memoráveis são aqueles que traduzem uma interacção equilibrada entre o homem e o meio, ostentando uma identidade singular que as pessoas reconhecem facilmente. Quando não existem tradições locais significativas, o desafio para criar um local distinto será superior” (Brandão, 2002).

Para ver/ler o espaço, é essencial ter a capacidade de interpretar o sentido e a identidade do território, para que o projecto realizado cumpra os seus objectivos, suprimindo as necessidades urbanas sem que o espírito do lugar saia distorcido. Ao intervir no espaço público é essencial o respeito pela identidade da paisagem urbana ou rural, mantendo os padrões culturais locais, onde a sua paisagem reflecte a sua história, funções e afinidades com as áreas adjacentes, porque só assim é possível aumentar o interesse e a riqueza do projecto realizado. (Brandão, 2002).

Os elementos e factores seguintes contribuem para a identificação da identidade local:

- Biológicos e físicos: fauna e flora, solo, água, clima
- Humanos (históricos, culturais, sociais, económicos e ambientais): arquitectura, elementos urbanos (pavimentos, fontes, mobiliário urbano, iluminação), materiais e métodos construtivos, escala, textura e cor, costumes e tradições, arte e artesanato, actividades económicas estruturantes, recursos endógenos, demografia e outros fenómenos

#### **B - Continuidade | Permeabilidade**

O projecto de espaço público deve contribuir para a criação/consolidação de uma malha urbana coerente, que reconheça o contexto em que está inserido e identifique as características de cada espaço e a forma como concorrem para a formação de um todo, mais vasto e complexo, de modo a evitar que determinados locais sejam arruinados por maus projectos que ignoram por completo a estrutura urbana, levando à criação de espaços fragmentados que não contribuem para uma boa vivência dos locais (Brandão, 2002).

“A permeabilidade (possibilidade de ligação física e visual com a envolvente) contribui para a acessibilidade e reflecte-se no tecido urbano através do traçado da rede viária, da morfologia do conjunto edificado e do tipo de relações que se estabelecem entre espaço público e privado. É influenciada, entre outros factores pela natureza dos limites físicos e visuais, entre o espaço público e privado” (Brandão, 2002).

Esta noção de continuidade envolve, nomeadamente:

- Redes viárias (pedonais, cicláveis ou para automóveis)
- Estrutura verde
- Saneamento (redes de águas e de saneamento básico)
- Serviços públicos (transporte, recolha de lixo urbanos, iluminação e telecomunicações)

### **C - Segurança / Conforto / Aprazibilidade**

Para que seja possível desenhar espaços públicos seguros, confortáveis e aprazíveis, que funcionem eficazmente para toda a comunidade. Para tal, e segundo Brandão (2002) é necessário o de três valências técnicas:

- A forma de um espaço e dos equipamentos nele implantados, devem ter em consideração a acessibilidade, a necessidade de manutenção e a resistência ao vandalismo, tendo como objectivo a segurança e o conforto
- A iluminação pode facilitar ou impedir a vigilância, promover o sentimento de segurança e tornar o uso nocturno viável e confortável
- A escolha do mobiliário urbano e de equipamentos certificados, pode garantir que todas as regras de segurança e ergonomia foram contempladas no processo de concepção/construção

No espaço público, o conforto depende dos seguintes factores:

- Climáticos (temperatura, insolação, humidade, vento, precipitação)
- Qualidade acústica (os espaços públicos devem ser protegidos do ruído através da sua orientação e implantação, utilizando barreiras como muros, taludes, vegetação, modelação do terreno, sobrelevando-se os espaços públicos em relação às vias, e escolhendo os pavimentos das vias, também, em função do seu comportamento acústico)
- Qualidade visual (a iluminação natural e artificial deverá satisfazer requisitos tanto fisiológicos como higiénicos: intensidade óptima, brilho uniforme, protecção contra o encadeamento, contraste adequado)
- Qualidade do ar (a vegetação concorre para a melhoria da qualidade do ar, fixando poeiras)
- Qualidade ergonómica do espaço e dos equipamentos
- Segurança
- Grau de conservação/limpeza do espaço
- A utilização de vegetação como, por exemplo árvores de folha caduca e trepadeiras, pode filtrar o calor e a poluição no verão e permitir a passagem da luz solar no inverno. As árvores, podem reforçar a personalidade e a importância relativa de uma rota, atribuir-lhe um carácter mais ou menos ornamental, proporcionar ensombramento e



refúgio, embora também possam acarretar problemas para com as infra-estruturas subterrâneas, ou para com a segurança dos transeuntes

- A utilização de água, nas suas diferentes formas (naturais e construídas), pode contribuir para criar espaços aprazíveis e fomentar o controlo microclimático, mas exige cuidados de segurança na sua concepção
- Os materiais de construção, pelas suas características físicas como, por exemplo, permeabilidade/condutibilidade térmica e ainda pelas opções que permitem quanto à cor, podem também contribuir para o conforto, a segurança e a apazibilidade

#### **D - Mobilidade | Acessibilidade**

Os espaços públicos devem ser acessíveis, não apenas no plano físico mas também no plano social, a todos os grupos da população e têm que responder às necessidades das pessoas com mobilidade reduzida (idosos e crianças; invisuais e amblíopes; pessoas que se deslocam em cadeiras de rodas, empurram carrinhos de bebé ou de compras), proporcionando-lhes condições de usufruto semelhantes às dos demais utentes (Brandão, 2002).

A mobilidade e a acessibilidade dependem de factores como:

- Localização e distribuição dos usos
- Oferta/opção em termos de meios de transporte
- Condicionamentos da locomoção (quantidade/tipologia dos obstáculos com que nos deparamos num determinado percurso; da topografia do terreno – inclinação do caminho/percurso; do tipo de suporte/material de que é construído o caminho, etc.)
- Soluções e dispositivos de apoio às pessoas com menor mobilidade, idosos e deficientes
- Grupos etários (os idosos e as crianças têm menor mobilidade)
- Sexo (tradicionalmente, as mulheres têm menor mobilidade do que os homens)
- Níveis de rendimento e categoria socio-profissional (as classes com maior poder económico têm maior padrão de mobilidade, para além disso o tipo de profissão pode determinar maiores percursos casa-trabalho)
- Tradição cultural (por exemplo, os norte-americanos encaram com maior naturalidade as deslocações de longa distância do que os europeus)

#### **E - Inclusão / Coesão social**

Os espaços públicos urbanos são espaços de afluência e confluência, que devem poder ser utilizados por todos os indivíduos da população, independentemente do sexo, nível etário e social, nacionalidade, raça, etnia, convicção política ou religiosa. Deste modo, há a necessidade de dotar todos estes espaços com equipamentos e dispositivos vocacionados para a satisfação de necessidades específicas destes grupos diferenciados (grupos religiosos,

jovens, velhos, minorias étnicas), que devem ser encarados como aspectos complementares que obedecem a uma lógica integrada e unitária.

Nos últimos anos, tem-se assistido a uma crescente pressão sobre o espaço público, exercida por diferentes agentes económicos e concessionários de serviços públicos, muitos deles com intuítos económicos eminentemente privados e altamente questionáveis por não apresentarem contrapartidas suficientes para o benefício social, o que implica a exclusão de partes da população. Deste modo, o desenho de projectos de espaço público, deve ser ponderado criteriosamente, de forma a salvaguardar os interesses colectivos, devendo ser norteado pelo princípio da máxima abrangência contando com todo o potencial universal de utentes, sendo encarado como um factor de coesão social de modo a contrariar as soluções formais e funcionais que promovem a marginalização e que restringem o acesso e o usufruto de qualquer grupo social (Brandão, 2002).

## **F – Legibilidade**

Para um espaço se considerar legível, este tem que “fornecer” ao seu utilizador elementos suficientemente claros para que a sua imagem se torne facilmente reconhecível e identificável. A legibilidade é a qualidade que torna um lugar compreensível a quem o aprecia e vive, e quanto mais legível e claro esse lugar for mais facilmente é possível entender a sua estrutura. Esta, encontra-se directamente relacionada com a percepção que se tem do espaço (consequência da sua estrutura, permeabilidade, continuidade, etc.) e com a natureza e qualidade dos sistemas de comunicação que são utilizados (informativos, direccionais, comerciais, etc.). A legibilidade encontra-se directamente relacionada com o conceito de permeabilidade, na medida em que é fundamental criar uma referência visual com as zonas que promovem o acesso e a articulação entre diferentes percursos e espaços (cruzamentos, esquinas, praças, etc.) (Brandão, 2002).

Kevin Lynch (1960), um dos autores que mais trabalhou este conceito de legibilidade, considerou cinco os elementos físicos que configuram a imagem urbana e contribuem para a sua legibilidade e referência:

- Vias
- Limites
- Bairros
- Cruzamentos
- Pontos marcantes

A boa legibilidade das cidades pode ser conseguida através de intervenções que reforcem a percepção e a identidade destes cinco elementos, contribuindo para uma melhor execução de mapas mentais por parte dos utilizadores do espaço.

## **G - Diversidade e Adaptabilidade**

O espaço público, como já foi dito, é o palco para a vida quotidiana onde ocorrem inúmeras actividades cívicas, e, deste modo, o seu projecto deve procurar maximizar a diversidade dos seus usos, visto que uma área que permite diversas utilizações vai originar espaços formalmente distintos, e consequentemente vai atrair pessoas diferentes, induzindo, em cada utilizador, um conjunto diversificado de percepções e significados. Na realização do projecto, é importante fazer-se uma avaliação da procura de diferentes usos relativamente à capacidade de suporte do território. Caso não seja compatível, é necessário priorizar, elegendo as actividades mais relevantes e complementares entre si. De qualquer modo, os locais com maior sucesso são aqueles que prosperam em circunstâncias de mudança. Isto significa, que aquando da realização do projecto, é essencial ter em consideração a adaptação do espaço público a um cenário de evolução.

As necessidades estabelecidas pelos padrões de vida culturais, sociais e económicos, mudam ao longo dos tempos e os locais têm que ser versáteis e têm que ter a capacidade de poderem ser utilizados por uma série de actividades, tanto efémeras (festivals ao ar livre, mercados, concertos musicais, etc.) como de carácter mais duradouro. Estes locais, serão potenciados e enriquecidos se forem desenhados de modo a acolherem uma gama alargada de população e de actividades, ou serão empobrecidos se forem redutores e dirigidos a um espectro restrito de utilizadores e de funções (Brandão, 2002).

Em suma e como refere Brandão (2002), “o projecto de espaço público deve contribuir para a criação de espaços multifuncionais que possibilitem a sua utilização simultânea por pessoas de diferentes idades e com interesses e motivações distintos. Deva ainda prever a possibilidade de os espaços poderem vir a ser facilmente adaptados a novas finalidades ou usos, como resposta a uma possível mudança nos hábitos e necessidades da população”.

## **H - Resistência / Durabilidade**

Num projecto de espaço público, é necessário ter em conta a durabilidade dos materiais e equipamentos a utilizar. É igualmente importante considerar, as funções e os utentes a que se destinam, a previsível intensidade de utilização a que irão ser sujeitos, o seu tempo útil de vida e a avaliação do investimento a realizar (relação preço/qualidade) (Brandão, 2002).

Devem ainda ser ponderadas outras condições:

- Qualidade e adequação dos materiais utilizados face à agressividade do meio (factores biofísicos e humanos), e à natureza e intensidade da utilização
- Frequência da manutenção (a manutenção periódica impede que se atinja um estado de degradação difícil de controlar e inverter, devendo respeitar o projecto original)

- A prevenção da deterioração dos espaços públicos, processa-se a dois níveis: educação (afixação das regras de utilização e acompanhamento das actividades desenvolvidas) e vigilância (tem um efeito dissuasor relativamente ao vandalismo)
- Prazos de garantia dos materiais/equipamentos
- Ciclo de vida dos produtos e racionalização de recursos consumidos, reciclagem

## **I - Sustentabilidade**

A sustentabilidade pressupõe uma visão global e integrada dos problemas, colocando no mesmo plano as vertentes social, económica e ambiental.

Segundo Richard Rodgers, a cidade sustentável é:

- Uma cidade justa, onde a justiça, os alimentos, o abrigo, a educação, a sanidade e as possibilidades se distribuam devidamente e onde todos os seus habitantes se sintam participantes na sua governação
- Uma cidade bela, onde a arte, a arquitectura e a paisagem fomentem a imaginação e renovem o espirito
- Uma cidade atractiva, onde a amplitude de vistas e a experimentação mobilizem todo o potencial dos seus recursos humanos e permita uma mais rápida capacidade de resposta perante as mudanças
- Uma cidade ecológica, que minimize o seu impacto ecológico, onde a relação entre espaço construído e paisagem seja equilibrada e onde as infra-estruturas utilize os recursos de maneira segura e eficiente
- Uma cidade que favoreça o contacto, onde o espaço público induza à vida comunitária e à mobilidade dos seus habitantes e onde a informação seja partilhada tanto de maneira pessoal como informaticamente
- Uma cidade compacta e policêntrica, que proteja o campo que a rodeia, centre e integre as comunidades em núcleos de vizinhança e optimize a sua proximidade
- Uma cidade diversa, na qual o grau de diversidade de actividades de exterior anime, inspire e promova uma comunidade vital e dinâmica

Num projecto de espaço público é essencial identificar os diferentes níveis de impacto que cada solução desenhada acarreta, criando, ao mesmo tempo, soluções que conduzam à sustentabilidade da intervenção, nomeadamente (Brandão, 2002):

- Promovendo uma utilização racional e integrada dos recursos naturais (por ex. os sistemas de rega automáticos são, por natureza, mais eficazes que a rega “à mangueira”, pois não carecem de mão-de-obra e optimizam o volume de água necessário, devido a poderem ser programados para funcionar nos períodos de maior eficiência; os sistemas de iluminação activados por células fotoeléctricas diminuem os consumos de energia; as águas pluviais podem ser canalizadas para a rega de

espaços verdes, através da concepção de uma rede de drenagem que abasteça um reservatório; o mobiliário urbano que seja simultaneamente suporte de informação, ou parte do sistema de recolha de resíduos ou outros usos, diminui o número de artefactos necessários; a utilização de pavimentos permeáveis, assegura uma melhor infiltração das águas da chuva)

- Promovendo a utilização de fontes de energia alternativas – solar, eólica, combustíveis de origem vegetal – na alimentação de equipamentos e serviços urbanos (iluminação, rega, parquímetros, aquecimento, circulação automóvel)
- Promovendo a utilização de materiais endógenos e “amigos do ambiente” (recicláveis, não poluentes) na construção dos espaços públicos e equipamentos, quando contribuam para a dinamização das economias regionais e reforcem a identidade local
- Promovendo uma escolha de mobiliário urbano e equipamentos em quantidade adequada (em relação às necessidades da comunidade, ao tipo e intensidade de utilização e da capacidade de carga do território, e da relação qualidade/preço/durabilidade)
- Promovendo uma boa acessibilidade pedonal e dos transportes públicos aos novos espaços
- Assegurando a optimização da utilização dos novos espaços em condições de conforto e segurança, pelos diferentes estratos da população, ao longo de todo o ano (prevendo a correcta localização/implantação dos equipamentos relativamente às condições (micro) climáticas locais – orientação solar, ventos dominantes, precipitação)
- Assegurando que a manutenção dos novos espaços seja fácil e não acarrete custos incompressíveis

## **Texto 2 : A praça no contexto do novo Plano Director Municipal**

No texto seguinte, serão apresentados os mecanismos defendidos pelo PDM, que avaliam e qualificam o Centro Histórico, e consequentemente a Baixa Pombalina e a Praça da Figueira:

### **Título III – Uso do Solo**

#### **Capítulo IV – Do espaço urbano**

##### **Secção I – Disposições gerais**

##### **Artigo 37º - Qualificação operativa e funcional**

- 1- O território do Município, no que respeita à qualificação operativa, corresponde na sua totalidade a solo urbanizado, integrando as seguintes duas categorias, delimitadas na Planta de qualificação do espaço urbano, tendo em consideração o grau de urbanização do solo e o grau de consolidação morfotológica:

- a) Espaços consolidados
- b) Espaços a consolidar

2- A qualificação funcional do solo processa-se através da sua integração nas seguintes categorias do solo, em função da utilização dominante, cartografadas na Planta de qualificação do espaço urbano:

- a) Espaços centrais e residenciais;
- b) Espaços de actividades económicas;
- c) Espaços verdes;
- d) Espaços de uso especial de equipamentos;
- e) Espaços de uso especial de infra-estruturas;
- f) Espaços de uso especial ribeirinho.

3 - Em todas as categorias ou subcategorias de espaço, sem prejuízo dos regimes legais aplicáveis:

a) É admitida a construção e ampliação de infra-estruturas, de equipamentos e de instalações, adectas à defesa nacional e à protecção civil, assim como escavações arqueológicas e obras de valorização do património cultural;

b) A instalação de infra-estruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respectivos acessórios é sujeita aos seguintes condicionalismos:

i) Não podem localizar-se no topo de edifícios que, ao nível do terraço, disponham de compartimentos onde se preveja a permanência de pessoas;

ii) Devem respeitar o máximo de afastamento dos limites frontal e lateral do imóvel, quando instaladas na cobertura;

iii) Devem assegurar o tratamento paisagístico e a iluminação pública do espaço adjacente aos equipamentos;

iv) Devem ser utilizados postes tubulares metálicos em detrimento de estruturas treliçadas, no sentido de minimizar o impacte visual;

v) Nos locais de instalação de infra-estruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respectivos acessórios é obrigatória a colocação de vedações que circunscrevam, num raio mínimo de 5 metros, estas infra-estruturas e as zonas em que os níveis de referência podem ser excedidos, e que impossibilitem o acesso por parte da população.

Através da análise da Carta de Qualificação do Espaço Urbano (Figura 22, em anexo), é possível verificar que a zona da Baixa Pombalina, e por consequência a área correspondente à Praça da Figueira, é avaliada como “Espaço Consolidado” e funcionalmente é qualificada

como “Espaços Centrais e Residências – Traçado Urbano B”. Assim, para as zonas com a correspondente classificação o Plano Director Municipal diz que:

**Título III – Uso do Solo**

**Capítulo IV – Do espaço urbano**

**Secção II - Espaços consolidados**

**Artigo 39º - Âmbito, objectivos e execução**

- 1- Os espaços consolidados integram o tecido urbano infra-estruturado e predominantemente ocupado que se pretende preservar e valorizar, no que respeita às morfologias e tipologias urbanas, ao património edificado e aos elementos de caracterização e valorização da paisagem, tendo em consideração o tipo de traçado definido no artigo seguinte.
- 2- Em espaço consolidado, a execução do plano processa-se através de operações urbanísticas, apropriadas à natureza e dimensão da intervenção e ao grau de dependência em relação à ocupação envolvente, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 3- Quando a Câmara Municipal entenda que as intervenções devam ser suportadas por uma solução de conjunto, designadamente por implicarem a reestruturação fundiária ou a abertura de novos arruamentos ou a reserva de espaços para áreas verdes e de equipamentos colectivos ou exigirem o estabelecimento de mecanismos de perequação para a redistribuição de encargos e benefícios entre os proprietários envolvidos, a execução proposta no número anterior pode processar-se no âmbito de unidades de execução delimitadas pela Câmara Municipal nos termos da lei.
- 4- A delimitação das unidades de execução previstas no número anterior deve abranger áreas que constituam um perímetro com características de unidade e autonomia urbanísticas e que possam cumprir os requisitos legais exigíveis, nomeadamente assegurando as áreas a afectar a espaços públicos ou equipamentos previstos e a justa repartição de benefícios e encargos pelos proprietários abrangidos.

**Artigo 40º - Traçados urbanos**

- 1- Os traçados urbanos, cartografados na Planta de qualificação do espaço urbano, compreendem os espaços centrais e residenciais onde, pela singularidade dos respectivos traçados e características de ocupação urbana, devem ser preservadas as características morfológicas, ambientais e paisagísticas e elementos mais relevantes, no sentido da sua qualificação.
- 2- Identificam-se os seguintes traçados:
  - a) Traçados urbanos A – correspondem a traçados orgânicos ou regulares que abrangem essencialmente o centro da formação da cidade, as frentes ribeirinhas e os antigos núcleos rurais. Os traçados orgânicos caracterizam-se por um traçado de carácter espontâneo

adequado às condições e topografia do terreno com ruas estreitas e sinuosas: Castelo, Alfama, Mouraria; os traçados regulares caracterizam-se pela implementação de quarteirões rectangulares que sofrem torções pela adaptação da sua implantação à topografia e preexistências: Bairro Alto, Madragoa e Lapa;

b) **Traçados urbanos B** – correspondem aos traçados planeados, organizados em quarteirão que abrangem partes da cidade edificada em várias épocas, desde o século XVIII até hoje. Caracterizam-se maioritariamente pela aplicação de planos ortogonais perfeitos, sobre os quais resultam ruas direitas e perpendiculares entre si, sofrendo alterações ao nível da implantação pela adaptação ao terreno ou a preexistências. Constituem exemplos mais marcantes: Baixa Pombalina, Avenidas Novas, Campo de Ourique e Alvalade;

c ) Traçados urbanos C – correspondem aos traçados de implantação livre que abrangem tecidos urbanos edificados desde a segunda metade do século XX. Caracterizam-se essencialmente pela implantação de edifícios isolados, em forma de banda ou torre, e de grandes áreas livres que circundam as edificações. Constituem exemplos mais marcantes: Olivais, Telheiras e Chelas;

d) Traçados urbanos D – correspondem aos traçados de moradias que abrangem tecidos urbanos essencialmente construídos na primeira metade do século XX. Caracterizam-se pela implantação de edifícios destinados maioritariamente a habitação unifamiliar. Estes traçados diferem, ao nível da implantação das edificações, por serem de moradias isoladas, agrupadas em banda ou geminadas. Constituem exemplos mais marcantes: Encarnação, Madre de Deus, Santa Cruz de Benfica, Serafina, Alvito, Caselas e Restelo.

### **Subsecção I - Espaços centrais e residenciais**

#### **Artigo 41º - Âmbito, objectivos e usos**

- 1- Nos espaços consolidados centrais e residenciais, com vista a promover a sua regeneração funcional e social, privilegia-se a predominância do uso habitacional, a conservação e reabilitação do edificado existente, a colmatção e compactação da malha urbana, a compatibilização dos usos, a criação de equipamentos e a qualificação do espaço público, nomeadamente promovendo o aumento da sua permeabilidade.
- 2- O regime aplicável às operações urbanísticas nestes espaços varia em função dos traçados urbanos definidos no artigo anterior.
- 3- Nos espaços centrais e residenciais admite-se a coexistência entre os vários usos urbanos desde que compatíveis com o uso habitacional, designadamente ao nível da segurança de pessoas e bens, ruído, vibrações, gases, efluentes e tráfego e desde que não causem desequilíbrios ou perda da harmonia da envolvente e seja assegurada a satisfação das necessidades de espaços destinados a equipamentos colectivos fixados nas Cartas de Equipamentos, cuja revisão deve tomar em consideração o disposto no n.º 4 do artigo 87.º do presente Regulamento.



- 4- Admitem-se os usos de habitação, terciário, turismo, equipamento, indústria compatível e micrologística, nos termos definidos no artigo 4.º do presente Regulamento.
- 5- Nos traçados urbanos B e C todas as mudanças de uso são admitidas, mas a mudança de habitação para um dos restantes usos só é possível num dos seguintes casos:

a) Quando abranja a totalidade das fracções habitacionais existentes ou a totalidade do edifício, com excepção para os empreendimentos turísticos que poderão ocupar apenas parte do edifício;

b) Quando, pelo menos, 1/2 das fracções habitacionais originais já se encontrem legalmente afectas a outro uso;

c) Quando se prevejam acessos independentes para as fracções afectas a outros usos, com excepção do uso de turismo;

d) Quando se trate de pisos térreos confinantes com via pública com acesso independente.

Também descrito no Plano Director Municipal, encontram-se os objectivos que cada Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG) defende para a correspondente área de influência:

#### **Título IV - Programação e execução do Plano**

##### **Capítulo I - Programação da execução**

##### **Artigo 80º - Execução**

1 - A programação da execução do PDML é estabelecida pela Câmara Municipal no âmbito da aprovação das Grandes Opções do Plano (planos plurianuais de investimento) e dos planos anuais de actividades, concretizando as opções e prioridades de desenvolvimento urbanístico para a área do município.

2 - No âmbito desses programas, a Câmara Municipal estabelece as prioridades de concretização dos objectivos gerais do plano e dos objectivos estabelecidos nas unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG) identificadas no PDML, privilegiando as seguintes intenções:

a) Contribuir para a concretização dos objectivos do PDML, através de acções que possuam carácter estruturante para o ordenamento do território;

b) Protecção e valorização da estrutura ecológica municipal;

c) Disponibilização de solo para equipamentos de utilização colectiva, espaços verdes e infra-estruturas necessários à satisfação das carências detectadas;

d) Reabilitação de bairros ou áreas críticas e de intervenção prioritária;

e) Colmatação e qualificação do espaço consolidado;

f) Oferta de solo urbanizado e controlo do mercado de solos.

3 - A execução operacional do PDML obedece ao disposto nos n.ºs 2 a 4 do artigo 39.º e n.ºs 2 a 5 do artigo 58.º do presente Regulamento.

4 - A figura da unidade de execução a que se faz referência nos artigos mencionados no número anterior pode corresponder a uma unidade operativa de planeamento e gestão (UOPG) ou à área abrangida por plano de pormenor, ou a parte desta, com vista a promover a respectiva execução, devendo ser realizada a discussão pública na falta de plano de pormenor aplicável.

5 - A delimitação da unidade de execução é da iniciativa da câmara municipal ou a requerimento dos proprietários, consiste na fixação em planta cadastral dos limites físicos da área a sujeitar a intervenção urbanística e com identificação de todos os prédios abrangidos, de forma a assegurar um desenvolvimento urbano harmonioso e a justa repartição de benefícios e encargos pelos proprietários envolvidos, devendo incluir as áreas a afectar a espaços públicos ou equipamentos previstos nos planos e pode integrar peças gráficas e escritas que explicitem a solução urbanística concreta.

### **Artigo 81º - Unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG)**

1 - As Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) correspondem à aglutinação de áreas territoriais com identidade urbana e geográfica, apresentando um nível significativo de autonomia funcional e constituindo as unidades territoriais de referência para efeitos de gestão municipal.

2 - As UOPG cobrem a totalidade da área do Município.

3 - As UOPG encontram-se delimitadas e identificadas na Planta de qualificação do espaço urbano e os respectivos âmbitos territoriais e conteúdos programáticos são os seguintes:

UOPG 1 – Coroa Norte; UOPG 2 – Oriental; UOPG 3 – Almirante Reis/Roma; UOPG 4 – Avenidas Novas; UOPG 5 – Benfica; UOPG 6 – Graça/Beato; UOPG 8 – Campo de Ourique/Santos; UOPG 9 – Ocidental

#### **UOPG 7 – Centro Histórico**

1 - Bairros abrangidos

- a) Bairro Alto e São Paulo;
- b) Baixa;
- c) Castelo e Alfama;
- d) Mouraria;
- e) Pena.

2 - Objectivos/Termos de referência

a) Promover a Praça do Comércio como a porta da Cidade na sua articulação com o rio, incrementando a criação de novas áreas comerciais, de funções lúdicas e turísticas e valorizando arquitectónica e paisagisticamente a Frente Ribeirinha enquanto fachada do Tejo, particularmente entre Santa Apolónia e o Cais de Sodré;

- b) Dimensionar a oferta de estacionamento visando suprir carências preexistentes;

- c) Valorizar o eixo histórico “sétima colina”;
- d) Revitalizar a zona da Baixa e da Colina do Castelo, com o incremento de funções culturais e o acréscimo de dotação de espaços públicos qualificados e de percursos pedonais;
- e) Promover o incremento e reabilitação da função habitacional;
- f) Garantir a continuidade ciclável ao longo do rio entre o Cais do Sodré e Stª Apolónia;
- g) Valorizar o Conjunto Urbano Singular Cais do Sodré / Jardim das Amoreiras (Sétima Colina), o Conjunto Urbano Singular Convento de Jesus / R. do Século, parte do Conjunto Urbano Singular Av. da Liberdade / Alto do Parque, parte do Conjunto Urbano Singular Portas de Santo Antão / S. Sebastião, o Conjunto Urbano Singular Campo dos Mártires da Pátria, o Conjunto Urbano Singular do Campo de Santa Clara, e parte do Conjunto Urbano Singular do Caminho do Oriente.

### 3- Programas e Projectos Urbanos Transversais

- a) Programa de requalificação, ampliação ou construção de equipamentos de nível superior;
- b) Programa de Intervenção Estratégica no Património Habitacional Municipal;
- c) Programa de dinamização do arrendamento;
- d) Programas de intervenção prioritária nas áreas de maior vulnerabilidade à exclusão social, que potenciem as parcerias sociais e institucionais;
- e) Programa de ligação entre a Cidade e o rio através do incremento dos espaços públicos ribeirinhos com funções ligadas à náutica de recreio, ao turismo e cultura;
- f) Programa de desenvolvimento de corredores de transporte colectivo em sítio próprio;
- g) Programa de Acessibilidade Pedonal de Lisboa;
- h) Programa de requalificação do espaço público de bairros residenciais promovendo a mobilidade suave e a vivência urbana;
- i) Programa de espaços de recreio infantil;
- j) Programa de requalificação de fontes, lagos e chafarizes;
- k) Programa de melhoria da gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos;
- l) Programa de intervenção na rede de drenagem da cidade;
- m) Programa de eficiência energética no espaço público e em edifícios municipais;
- n) Programa de remodelação da sinalética pedonal de informação e orientação cultural;
- o) Programa Bibliotecas XXI;
- p) Projecto Urbano Baixa.

### 4 - Programas e Projectos Urbanos Específicos

- a) Programa de reabilitação, ampliação ou construção de equipamentos de nível local;
- b) Programa de intervenção estratégica de reabilitação urbana em conjuntos edificados;
- c) Programa de melhoria da qualidade dos espaços públicos de estadia e sociabilização, e dos de elevado valor histórico;

- d) Projecto Urbano Colina do Castelo;
- e) Projecto Urbano Príncipe Real - Bairro Alto – Bica;
- f) Projecto Urbano Frente Ribeirinha / Avenida 24 de Julho – Alcântara;
- g) Projecto Urbano Frente Ribeirinha / Santa Apolónia – Cais do Sodré.

## Quadros:

Quadro 2 – Checklist das características gerais do espaço público (Fonte: Brandão, 2002)

	Pontos fortes	Pontos fracos	Avaliação (1-5)
<b>Identidade</b> - Carácter e significado do espaço; forma como os utentes aderem, se relacionam e se apropriam do espaço.			
<b>Continuidade / Permeabilidade</b> - Integração no contexto e na malha urbana, contribuindo para a fluidez e coerência visual do local a redes e serviços.			
<b>Segurança / Conforto / Aproximabilidade</b> - Qualidades físicas, funcionais e formais do uso do espaço, visando a qualidade do uso (Vegetação, luz, equipamento).			
<b>Mobilidade / Acessibilidade / Permeabilidade</b> - Facilidade de ligações físicas; adequação a diferentes tipos de deslocação; separação de vias, delimitações.			
<b>Inclusão, Coesão social</b> - Consideração de expectativas e necessidades, sem exclusão no uso do espaço, de qualquer grupo social. Controlo da privatização do espaço.			
<b>Legibilidade</b> - Características físicas, formais e funcionais que contribuem para a rápida e fácil compreensão do espaço.			
<b>Diversidade / Adaptabilidade</b> - Flexibilidade e versatilidade para a adaptação a usos diversos e a possíveis alterações futuras.			
<b>Resistência / Durabilidade</b> - Adequação dos materiais e equipamentos às solicitações do uso, desgaste, vandalismo, clima, etc. Manutenção minimizada.			
<b>Sustentabilidade</b> - Gestão equilibrada dos recursos consumidos (instalação, energia, manutenção) com criação de valor (benefício económico, ambiental e social). Optimização do uso do solo e dos transportes públicos.			

Quadro 3 - Checklist dos critérios específicos do espaço público (Fonte: Brandão, 2002)

	Pontos fortes	Adequado	Pontos fracos	N/ Aplicável
<b>Elementos e estruturas naturais -</b> Dimensionamento/posicionamento (escala, relação com a envolvente); Serviço/performance (aspectos cénicos-simbólicos, controlo microclimático); Conservação/Integração (no espaço e paisagem urbana e na dinâmica dos ciclos naturais)				
<b>Elementos de expressão artística (arte pública) -</b> Dimensionamento/posicionamento (especificidade do local, escala de relação com a envolvente, vistas, panoramas); Serviço/performance (lúdico-social, económico-institucional, educativo-cultural, cívico, ambiental); Conservação/resistência (longevidade, resistência às intempéries e ao vandalismo, manutenção); Coerência/integração (no espaço, envolvimento da comunidade)				
<b>Elementos e sistemas de comunicação urbana -</b> Dimensionamento/posicionamento (interferência com vistas, panoramas, condições de circulação e apreensão, área de influência); Serviço/performance (legibilidade, modularidade, eficácia, acessibilidade visual, funções de orientação, direcção, identificação, regulação); Conservação/resistência (resistência às intempéries e ao vandalismo dos suportes, manutenção)				
<b>Equipamentos e mobiliário urbano -</b> A ponderar para cada tipo de equipamento e mobiliário				
<b>Estruturas e sistemas de iluminação -</b> Dimensionamento/posicionamento (relação funcional/formal com a envolvente, identidade); Serviço/performance (desenho, funcionalidade, acessibilidade, modularidade, diversidade, simbolismo, segurança, conforto); Conservação/resistência (resistência às intempéries e ao vandalismo, manutenção, facilidade de (des)montagem e de substituição de componentes, consumo, ciclo de vida); Coerência/integração (no espaço e na paisagem urbana)				
<b>Infra-estruturas viárias e transportes (ruas e passeios) -</b> Dimensionamento/posicionamento (relação funcional/formal com a envolvente e com os fluxos de circulação, dotação de estacionamento, níveis de velocidade); Serviço/performance (desenho, funcionalidade, acessibilidade, segurança, conforto); Conservação/resistência (relação com as infra-estruturas, materiais, facilidade de manutenção); Coerência/integração (no espaço e paisagem urbana, na rede viária e na dinâmica dos locais)				
<b>Infra-estruturas subterrâneas -</b> Dimensionamento/posicionamento (relação funcional/formal com a superfície); Serviço/performance (desenho, funcionalidade, acessibilidade, segurança); Conservação/resistência (relação com a superfície, facilidade de manutenção e substituição); Coerência/integração (no espaço urbano, na rede viária e na dinâmica dos locais)				

<b>Estacionamento -</b> Dimensionamento/posicionamento (dotação, relação funcional/formal com a envolvente e com os fluxos de circulação); Serviço/performance (desenho, funcionalidade, acessibilidade, segurança, conforto); Conservação/resistência (relação com as infra-estruturas, materiais, facilidade de manutenção); Coerência/integração (no espaço e paisagem urbana, na rede viária e na dinâmica dos locais)				
<b>Pavimentos -</b> Dimensionamento/posicionamento; Serviço/performance (desenho, funcionalidade, acessibilidade, segurança, conforto, simbolismo); Conservação/resistência (relação com as infra-estruturas, materiais, facilidade de manutenção e substituição); Coerência/integração (no espaço e paisagem urbana, na rede viária e na dinâmica dos locais)				
<b>Avaliação da coerência, pregnância e outras qualidades do desenho</b>				
<b>Avaliação global do projecto</b>				

Quadro 4 – Tipologias de espaço Público (Fonte: Alves, 2003)

Tipo	Características
<b>Ruas</b>	
Ruas exclusivamente pedonais	Ruas encerradas ao tráfego motorizado, mais frequentes na baixa das cidades; provisão de elementos complementares ao movimento pedonal - rampas, plantas, bancos, quiosques, telefones públicos, esplanadas, entre outros.
Percursos / eixos pedonais	Segmentos da cidade onde as pessoas se movem a pé. Na Europa estão muito associadas aos caminhos, passeios e nuances do antigo "passeio público"
Ruas dominantemente motorizadas	Ruas colectoras, com forte implementação do tráfego automóvel. Ligação fácil do centro da cidade às restantes partes ou entre estas. Coexistem as faixas <i>bus</i> e as faixas <i>lane fire</i> .
Ruas de tráfego restrito	Ruas usadas como espaço público aberto, muitas vezes arborizadas. Restrições ao acesso de veículos <i>versus</i> prioridade dos peões  Partes da cidade articuladas através de (novos) tramos integrados. Uso planeado de ruas e espaços abertos para a reestruturação da malha urbana e para a educação ambiental (especialmente nos E.U.A)
<b>Praças / Largos</b>	
Praças / pracetas Squares and plazas	Frequentemente associadas ao desenvolvimento histórico dos centros das cidades. Resultam de formas de planeamento, da concentração de actividades não habitacionais junto aos edifícios mais importantes, ou do simples encontro de ruas. Desenvolvimento e manutenção a cargo do poder público.
Pequenos largos	Em geral, resultantes do necessário desafogo entre edifícios ou do encontro de ruelas ou caminhos. Adquirem frequentemente um carácter semipúblico pela grande articulação a unidades tipológicas
Corporate plaza	Praça desenvolvida como parte integrante de novos edifícios de escritórios e/ou comércio, destinada à utilização do público, em geral. Incrementadas na baixa das cidades e no desenvolvimento de parques de serviço, suburbanos. Construção e manutenção, geralmente, a cargo dos proprietários e dos gestores dos complexos edificadas.

<b>Memoriais</b>	
Espaços de homenagem ou de celebração Memorial	Espaços / recintos públicos que memorizam acontecimentos ou personagens de importância local, regional ou nacional.
<b>Mercados e Feiras / Espaços Comerciais</b>	
Largos de mercado e de Feiras	<p>Espaços abertos ou ruas ocupadas por mercados ou feiras permanentes, periódicos ou sazonais, onde hoje se admite uma maior diversidade de produtos.</p> <p>Nota: Este tipo de actividades mercantis pode também acontecer nas ruas e seus alargamentos (caso de Portugal), nas praças, nos parques, jardins e áreas de estacionamento.</p>
Atria / Indoor marketplaces	<p>Espaços interiores privados, desenvolvidos na forma de grande átrio interior; corredor pedonal ou praça, encerrados em si. Em muitas cidades inserem-se no sistema de espaços abertos.</p> <p>Desenvolvimento e manutenção privados, inseridos nos complexos edificados comerciais e de serviços.</p>
Centros / núcleos comerciais centrais	<p>Áreas interiores, comerciais, privadas, muitas vezes resultantes da ocupação de edifícios reabilitados ou de novos edifícios plurifuncionais. Podem incluir espaços exteriores, articulados aos espaços interiores. Desenvolvimento e manutenção privados, inseridos nos complexos comerciais ou plurifuncionais.</p>
<b>Espaços Verdes</b>	
Parques urbanos	<p>Menos formais, habitualmente enquadram-se no sistema de espaços abertos; pela sua dimensão, apresentam forte expressão na área da cidade. Desenvolvimento e manutenção de natureza pública; normalmente localizados perto do centro da cidade.</p> <p>Nota: Existem outras expressões inglesas para este tipo de espaços, os quais se diferenciam sobretudo pelas suas dimensões e localização na cidade - <i>public / central park</i> e <i>downtown park</i>; os segundos podem ser tradicionais ou históricos ou resultantes de novos projectos para espaços abertos.</p>
Jardins	<p>Espaços mais formais, de dimensões variáveis, frequentemente envolvidos por edifícios ou localizados nas marginais de rio ou de mar, especialmente memorizados pelas espécies animais e vegetais e pelos elementos lúdicos (fontes, lagos, parques infantis, etc.), destinam-se à utilização nas áreas duras.</p> <p>Nota: A estes espaços correspondem também os designados pela expressão inglesa - <i>mini / vest-pocket park</i></p>
Commons	<p>Grandes áreas verdes desenvolvidas, em especial, nas primeiras cidades novas inglesas. Os mais informais constituíram área de pastoreio, numa primeira forma. Hoje são utilizadas para actividades de lazer</p>
Neighborhood Park	<p>Espaços abertos criados em áreas residenciais; desenvolvimento e manutenção pública integrantes do sistema de espaços públicos abertos ou dos novos complexos residenciais. Não sendo destinados ao "verde" ou à polivalência, incluem, muitas vezes, recintos para recreio e desporto, que acabam por absorver, erroneamente, todo o espaço.</p>
Recintos / Pátios	<p>Áreas de lazer nas unidades de vizinhança. Frequentemente incluem o equipamento tradicional de diversão (mesmo para adultos) ou ainda formas inovadoras de ocupação dos tempos livres - de utilização comunitária / polivalente, onde se pode dar lugar à educação ambiental. Podem coincidir com os espaços intersticiais.</p>



Community open spaces Community garden / park	Espaços criados pelos moradores em terrenos disponíveis das unidades de vizinhança (ex. alguns jardins e áreas de recreio, frequentemente, em solo privado). Oficialmente não integram os sistemas de espaços abertos das cidades; por vezes, são substituídos por outros usos (habitação e/ou comércio).
Vias Verdes Greenways / parkways	Áreas naturais interligadas aos espaços recreacionais por canais (rede de "vias verdes"), cujos itinerários de transporte protagonizam a mobilidade do peão e da bicicleta
Espaços intersticiais	Espaços abertos com acessibilidade pública permanente, por vezes de transição (ou híbridos): escadarias, alargamento e cruzamentos de ruas pedonais, espaços colaterais aos edifícios, etc., usados por crianças, adolescentes e residentes. Outros: parcelas vazias e parcelas expectantes.
Frentes marginais de rio ou de mar Waterfronts	Espaço aberto marginal adjacente a portos de rio e de mar, praias, lagos e lagoas, cais e ancoradouros.

Quadro 5 – Comércio a retalho da Baixa (2004), (Fonte: Mateus.J.M (2005))

	Nº		Superfície de exposição e venda			Pessoal		
	Nº	%	m²	%	Superfície média (m²)	Nº	%	Nº médio pessoas/ estabelecimento
<b>COMÉRCIO ALIMENTAR</b>								
Especializado	10	1,2	466	0,7	46,6	40	0,9	4,0
Não especializado	16	1,9	1668	2,5	104,3	156	3,4	9,8
<i>Subtotal alimentar</i>	<i>26</i>	<i>3,0</i>	<i>2134</i>	<i>3,2</i>	<i>82,1</i>	<i>196</i>	<i>4,3</i>	<i>7,5</i>
<b>COMÉRCIO NÃO ALIMENTAR</b>								
Artigos de vestuário	248	28,8	26216	39,2	105,7	1534	33,3	6,2
Sapatarias/malas/artigos de pele	83	9,6	3791	5,7	45,7	431	9,3	5,2
Outros artigos de uso pessoal	46	5,3	1305	1,9	28,4	168	3,6	3,7
Equipamento para o lar	66	7,7	8789	13,1	133,2	433	9,4	6,6
Saúde e higiene	76	8,8	4259	6,4	56,0	418	9,1	5,5
Cultura e lazer	151	17,5	9926	14,8	65,7	751	16,3	5,0
Ourivesaria/relojoaria	68	7,9	1922	2,9	28,3	247	5,4	3,6
Outros diversos	85	9,9	3805	5,7	44,8	299	6,5	3,5
Não especializado	12	1,4	4782	7,1	398,5	133	2,9	11,1
<i>Subtotal não alimentar</i>	<i>835</i>	<i>97,0</i>	<i>64795</i>	<i>96,8</i>	<i>77,6</i>	<i>4414</i>	<i>95,7</i>	<i>5,3</i>
<b>TOTAL</b>	<b>861</b>	<b>100</b>	<b>66929</b>	<b>100</b>	<b>77,7</b>	<b>4610</b>	<b>100</b>	<b>5,4</b>

Quadro 6 - Restaurantes e similares na Baixa (2004), (Fonte: Mateus.J.M (2005))

	Estabelecimentos		Área reservada a clientes		Dimensão média	Pessoal		
	Nº	%	m²	%	m²	Nº	%	Nº médio
Restaurantes/snaks	132	66,0	8278	68,4	62,7	1091	61,3	8
Cafés/pastelarias	68	34,0	3832	31,6	56,4	688	38,7	10
<b>TOTAL</b>	<b>200</b>	<b>100,0</b>	<b>12.110</b>	<b>100,0</b>	<b>60,6</b>	<b>1779</b>	<b>100,0</b>	<b>9</b>

Quadro 7 – Hierarquização dos eixos comerciais segundo o número e a natureza das unidades funcionas (2004) (Fonte: Mateus.J.M (2005))

	NÍVEL 1				NÍVEL 2						NÍVEL 3								NÍVEL 4							
	R. FANQUEIROS	R. PRATA	R. AUGUSTA	R. CARMO	R. MADALENA	R. OURO	P. D. PEDRO IV	P. FIGUEIRA	R. STA. JUSTA	R. CORREIROS	R. NOVA ALMADA	R. CONCEIÇÃO	R. 1º DEZEMBRO	R. DOURADORES	R. SAPATEIROS	R. S. NICOLAU	R. VITÓRIA	R. ARSENAL	R. CRUXIFIXO	ARCO MARQ. ALEGRETE	R. ASSUNÇÃO	CC. CARMO	R. JOÃO REGRAS	OUTRAS RUAS	TOTAL	
SECTOR ALIMENTAR																										
Especializado	1	-	1	-	3	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2	10
Não especializado	-	1	1	-	1	-	-	2	-	2	-	-	1	-	1	-	-	4	1	-	-	-	-	-	2	16
Subtotal	1	1	2	-	4	-	1	2	1	2	-	-	1	-	1	-	-	5	1	-	-	-	-	-	4	26
SECTOR NÃO ALIMENTAR																										
Pronto-a-vestir	52	30	40	26	3	15	14	16	9	1	10	2	1	1	-	5	6	1	2	-	4	1	1	8	248	
Cultura e lazer	4	8	8	9	8	13	14	8	6	6	11	2	4	4	2	7	6	2	4	1	3	4	3	14	151	
Saúde e higiene	4	11	4	8	14	5	3	3	6	-	1	1	4	-	-	2	2	2	-	1	1	1	1	2	76	
Sapatos/malas/peles	5	8	15	13	-	3	-	4	11	1	-	2	7	-	-	-	-	1	-	2	2	1	2	6	83	
Equipamento do lar	15	6	1	5	4	2	1	3	1	2	3	-	-	2	1	3	3	1	-	2	2	-	1	8	66	
Ourivesaria/relojoaria	2	14	4	2	1	20	2	3	1	1	-	-	-	1	3	2	-	-	-	4	-	-	1	7	68	
Outros artigos pessoais	4	6	2	4	1	1	3	2	2	-	-	12	3	-	1	-	-	-	-	1	2	-	-	2	46	
Outros diversos	5	5	5	4	16	2	7	3	2	3	2	1	2	3	2	4	1	2	1	1	1	2	2	9	85	
Não especializado	7	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	1	-	-	-	12	
Subtotal	98	88	79	71	48	61	44	42	38	14	27	20	21	11	9	23	18	10	7	14	16	9	11	56	835	
Reparações	2	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1	-	2	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	8	
Subtotal	2	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1	-	2	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	8	
Restaurantes	2	6	3	11	8	-	3	3	3	26	2	5	4	10	12	1	3	3	4	3	1	4	-	15	132	
Cafés/pastelarias	4	7	2	2	5	4	5	2	2	1	3	5	2	2	3	1	-	2	5	-	-	1	-	10	68	
Subtotal	6	13	5	13	13	4	8	5	5	27	5	10	6	12	15	2	3	5	9	3	1	5	-	25	200	
TOTAL	107	102	86	84	65	65	53	49	45	44	32	31	28	25	25	25	21	20	18	17	17	14	11	85	1069	



**Figuras:**

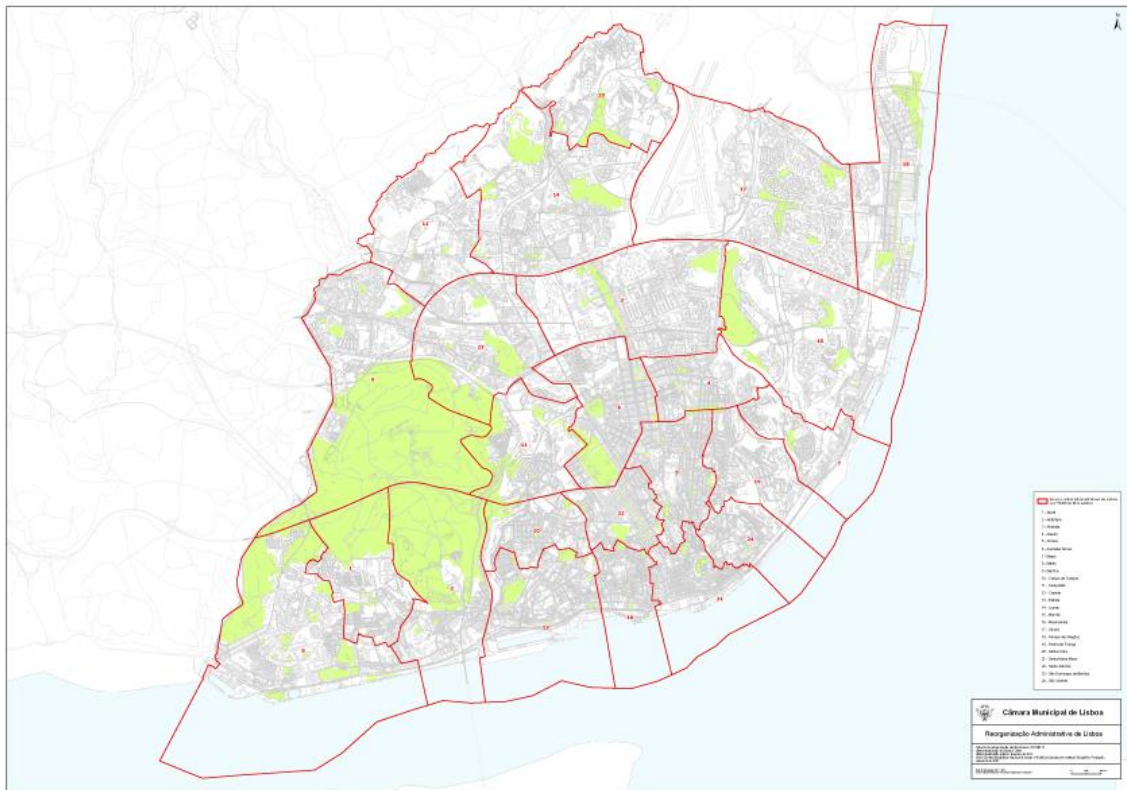


Figura 10 – Novos limites administrativos das freguesias (Fonte: Câmara Municipal Lisboa)

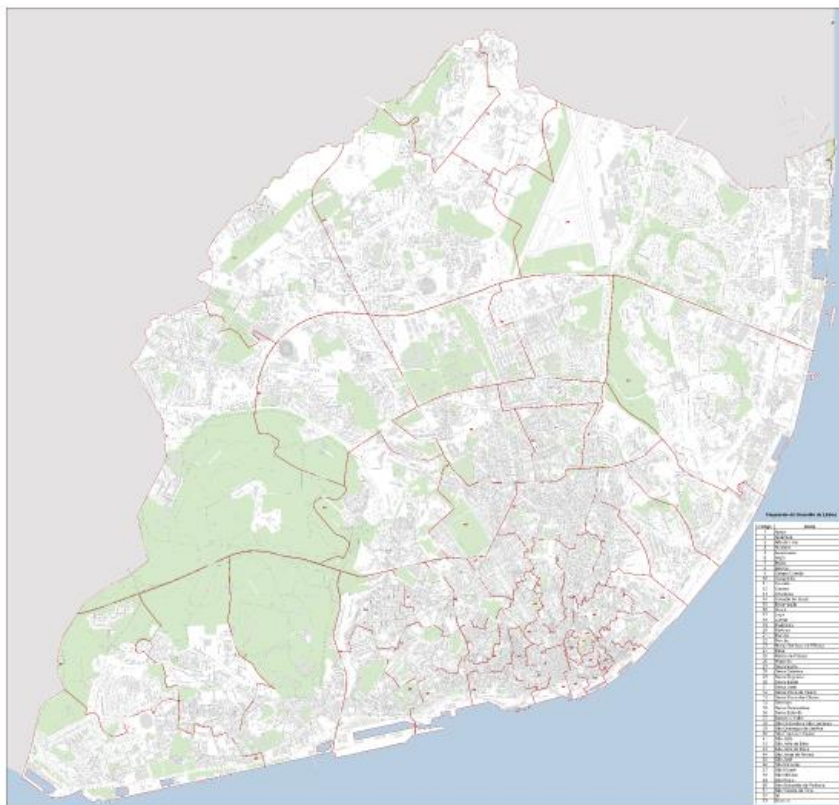


Figura 11 –Limite das freguesias antigas (Fonte: Câmara Municipal Lisboa)



Figura 12 – Distribuição dos Residentes (Fonte: Mateus.J.M (2005))

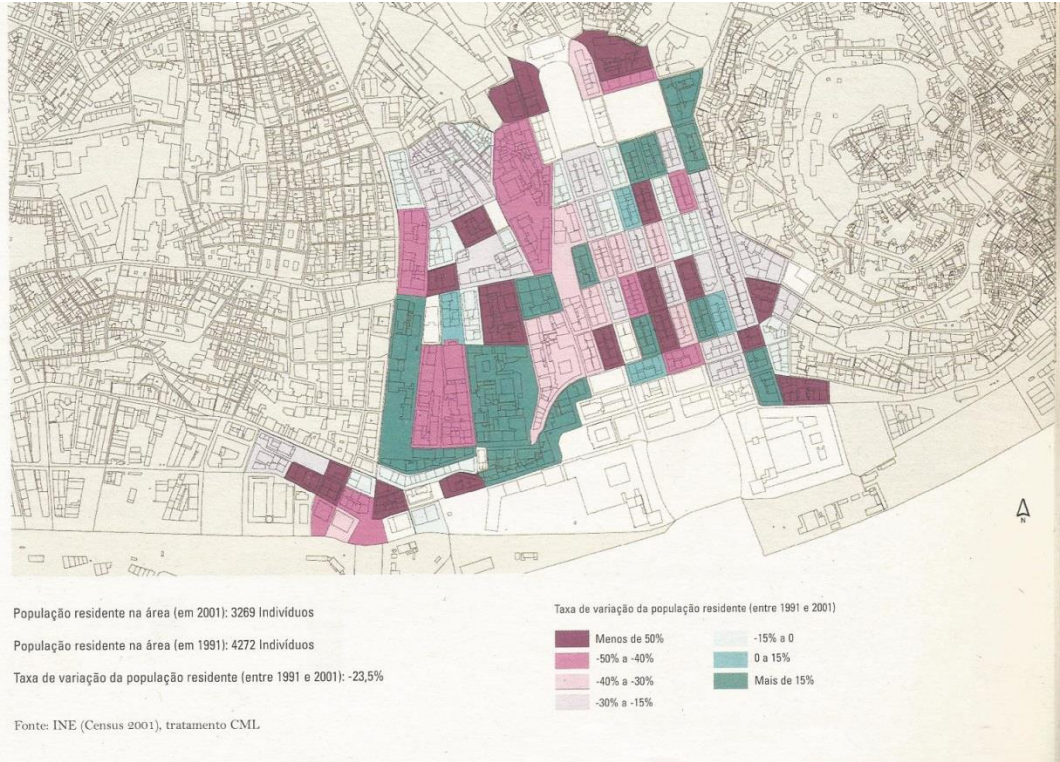


Figura 13 – Variação de Residentes (Fonte: Mateus.J.M (2005))





Figura 14 – Novos Lisboaetas (Fonte: Mateus.J.M (2005))

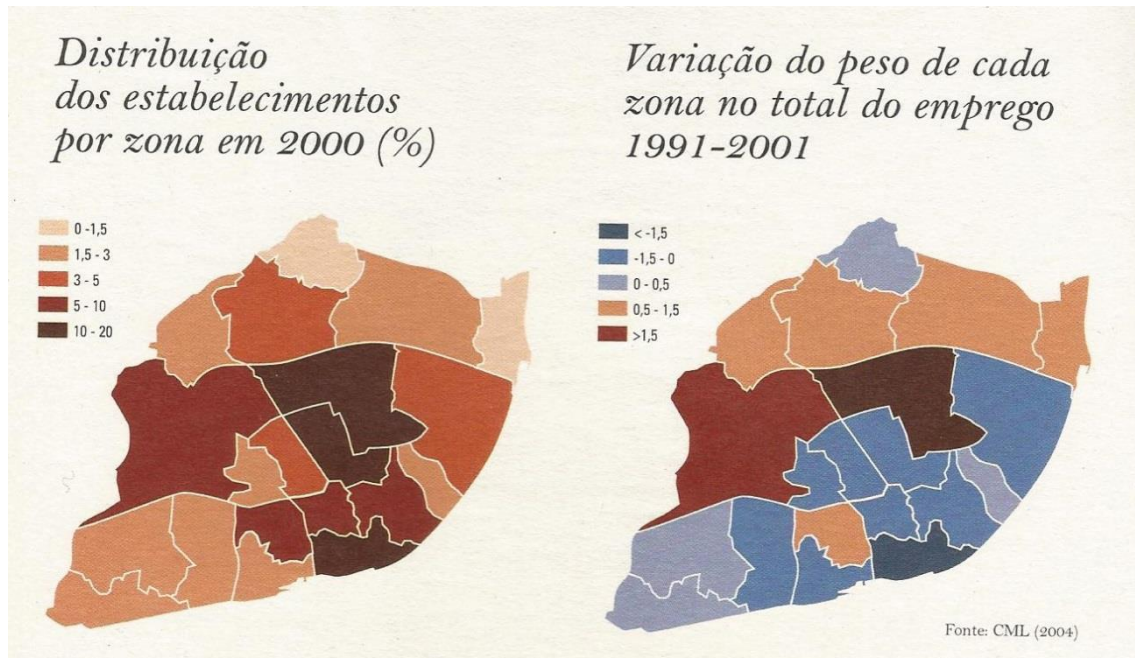


Figura 15 - Distribuição e variação da actividade económica em Lisboa (Fonte: Mateus.J.M (2005))

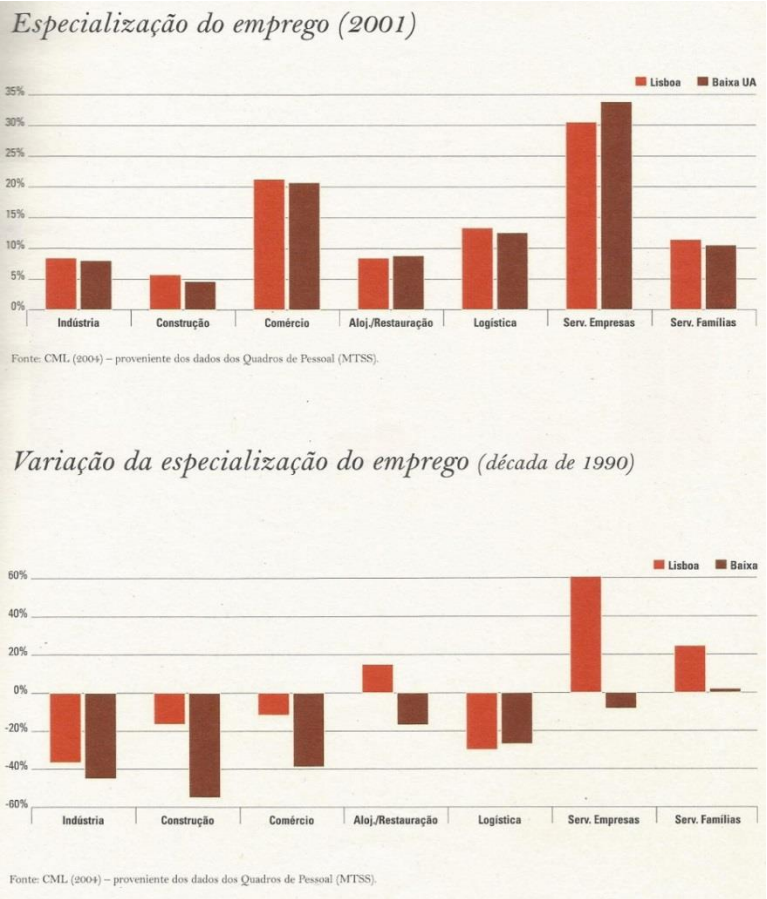


Figura 16 – Especialização do emprego (Fonte: Mateus.J.M (2005))

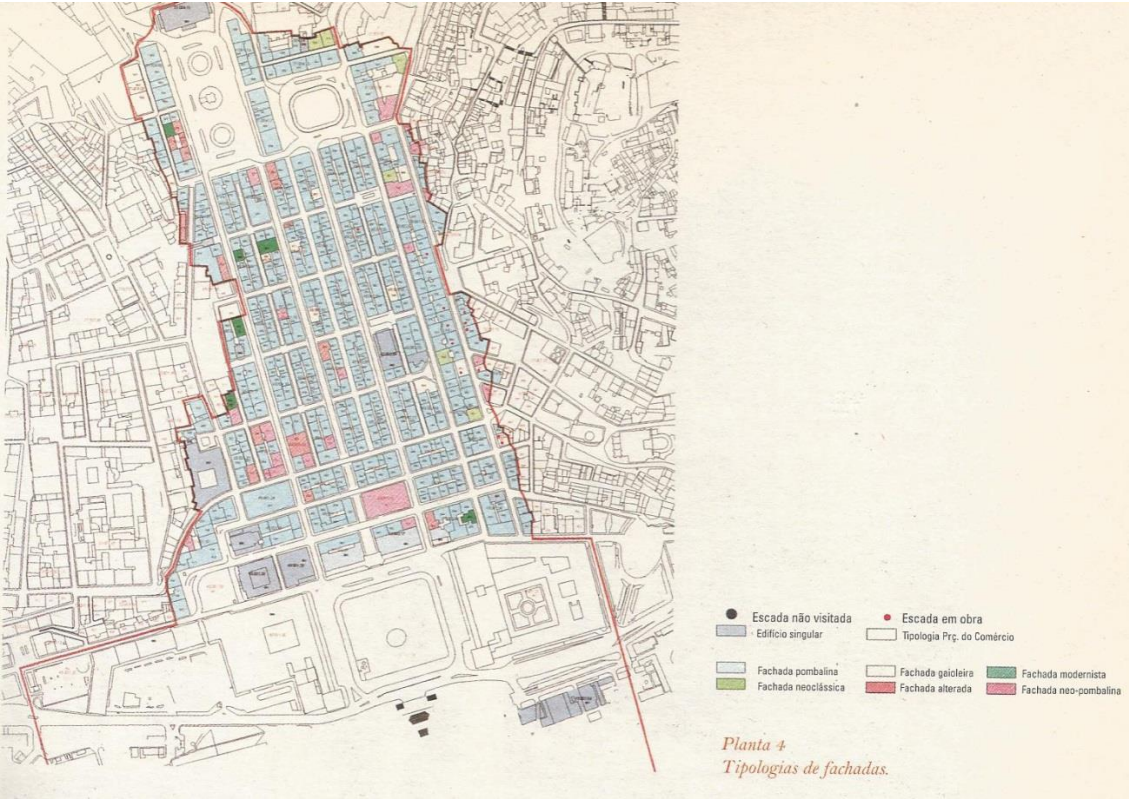


Figura 17 – Tipologia das fachadas (Fonte: Mateus.J.M (2005))



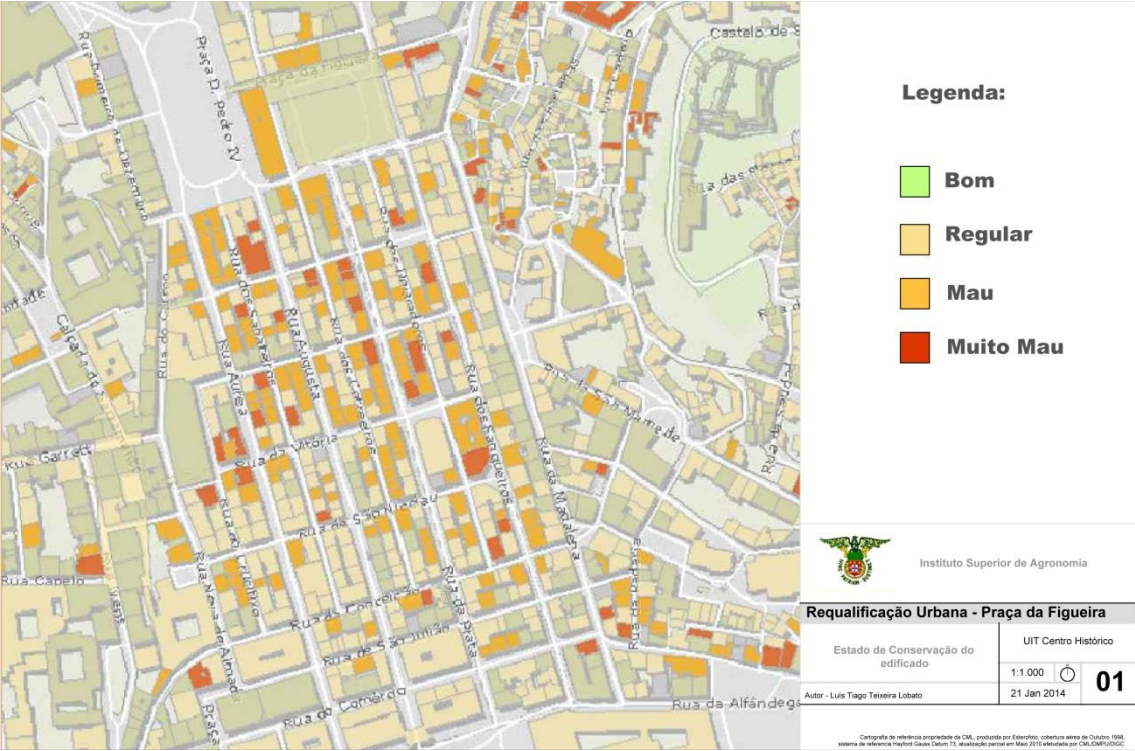


Figura 18 – Carta de conservação do edificado da baixa (Fonte:Lxi-Lisboa)

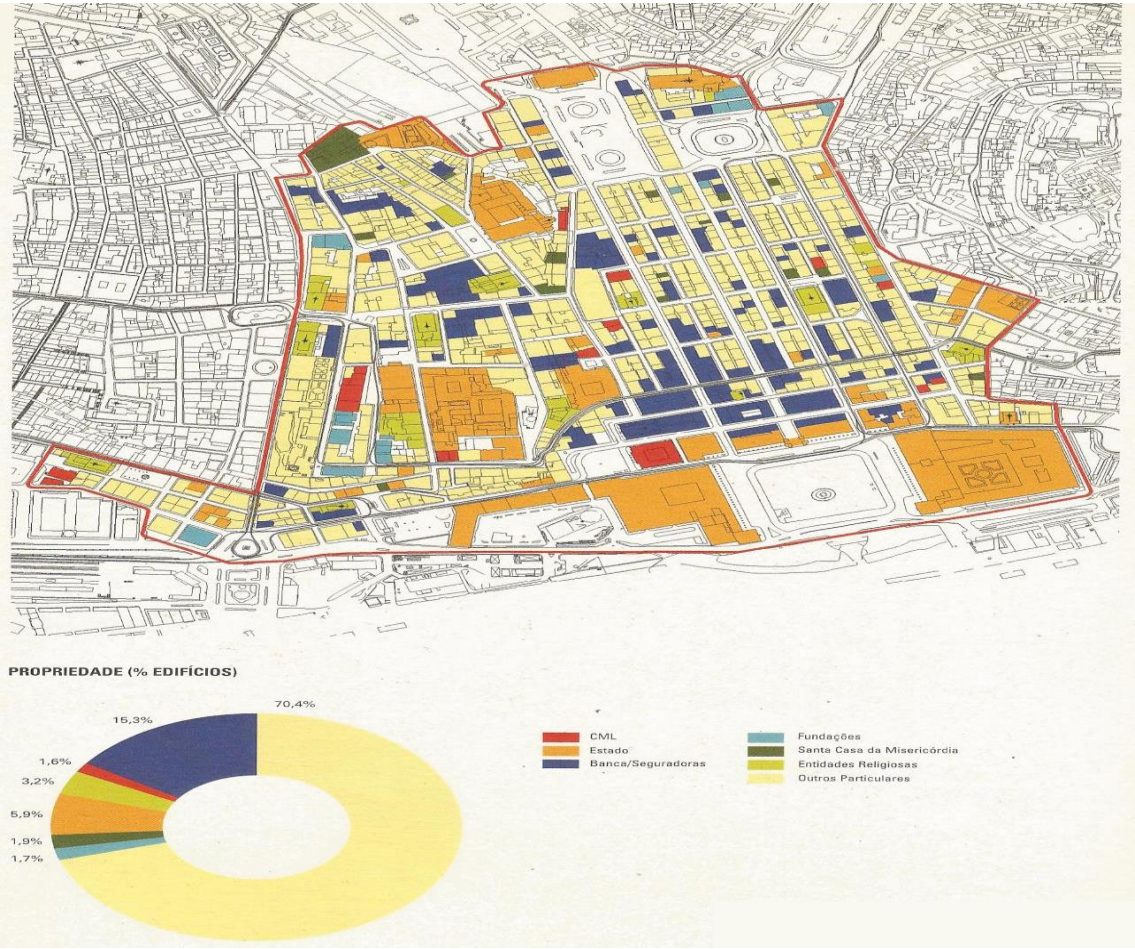


Figura 19 – Titularidade do edificado (Fonte: Mateus.J.M (2005))



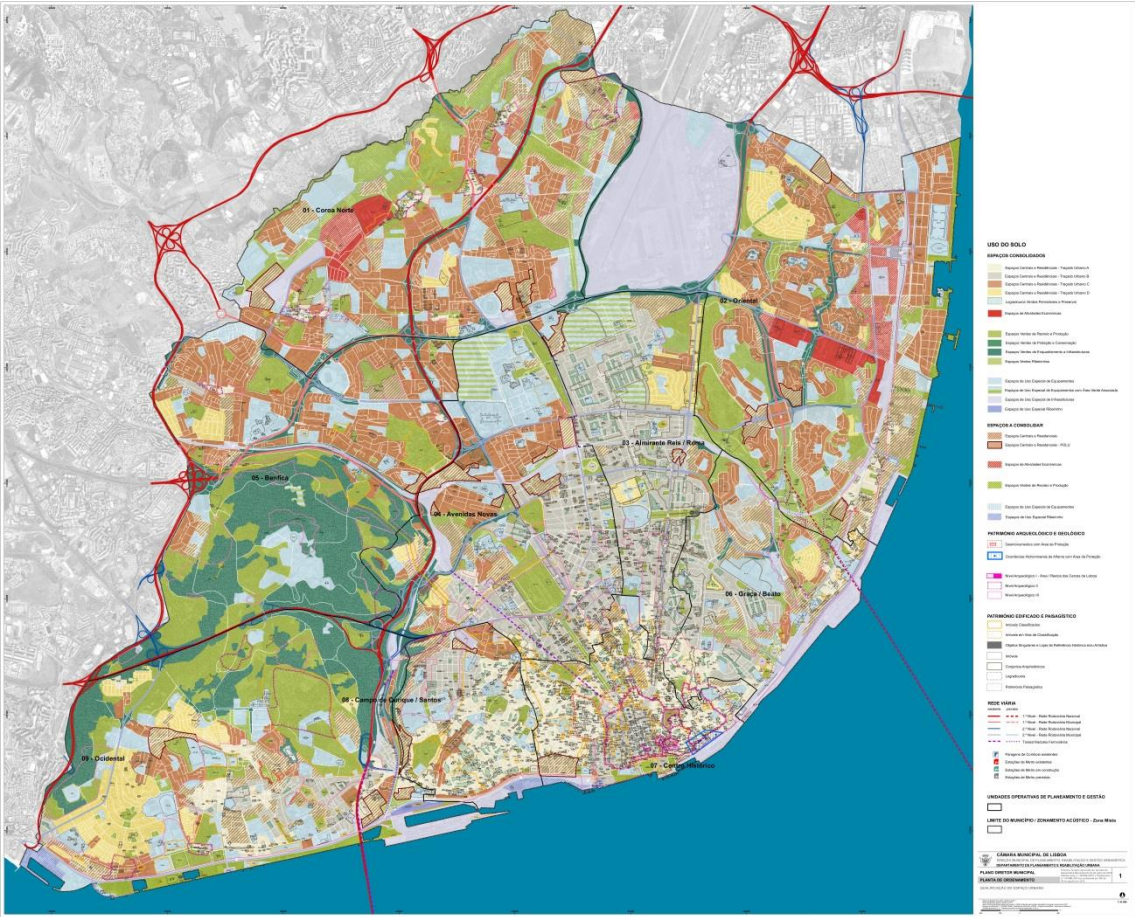


Figura 22 – Carta de qualificação do espaço urbano (Fonte: Plano Director Municipal)



Figura 23 – Áreas de sombra ao longo do maior dia do ano (Junho)





Figura 24 – Áreas de sombra ao longo do dia mais curto do ano (Dezembro)



Figura 25 – Áreas sujeitas a sombra ao longo de todo o dia



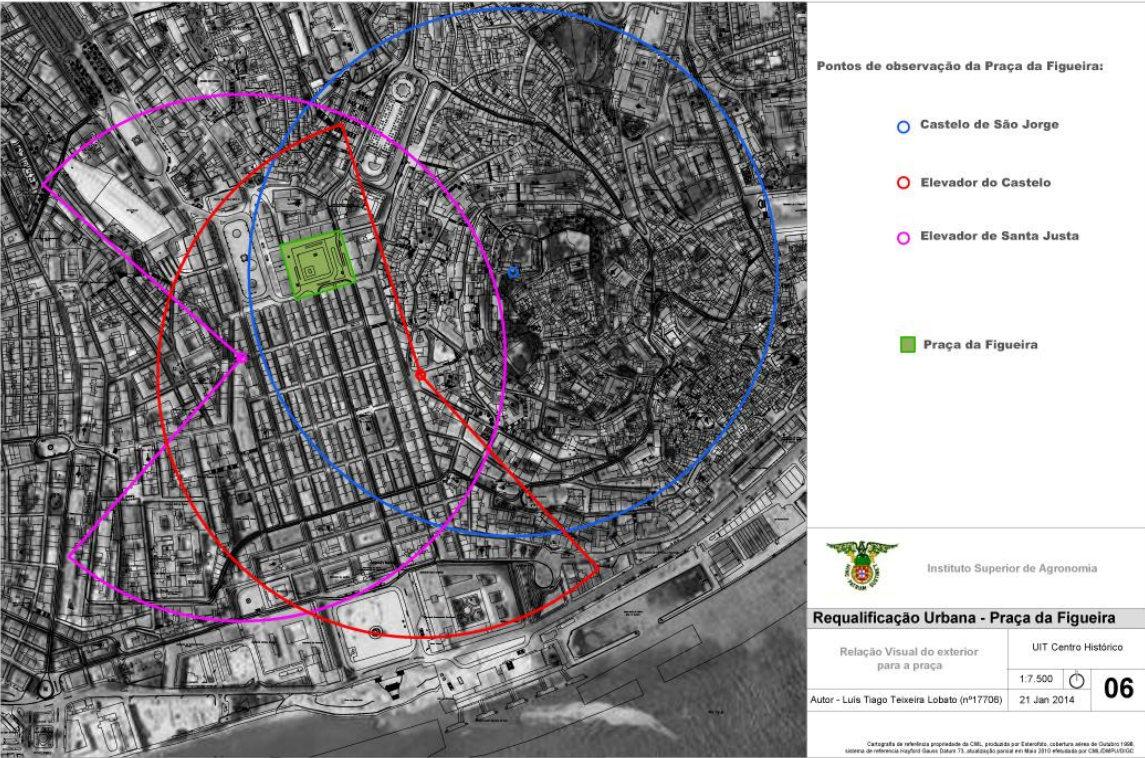


Figura 26 – Relações visuais do exterior com a praça



Figura 27 – Relações visuais do interior da praça com o exterior

**Árvores existentes (Celtis Australia)**

**Requalificação Urbana - Praça da Figueira**

**Vegetação existente**

**UT Centro Histórico**

**1:1.000**

**21 de Abril de 2014**

**08**

**Autor - Luís Filipe Teixeira Lobato (177788)**

Infografia e impressão preparadas por: Gabinete de Planeamento, Organização e Inovação do Município de Coimbra (GPOIC) - 2014

**Edificado de 5 andares**

**Edificado de 6 andares**

**Requalificação Urbana - Praça da Figueira**

Tipologia do edificado  
(nº de andares)

1:1.000

Autor - Luís Tiago Teixeira Lobato (nº17706)

21 Jan 2014

9

Cartografia de referência proprietária da CML, produzida por Entelabs, cobertura aérea da Outlier 1084, sistema de referência Transcar (Datum Lisboa 73), atualização cartográfica em Maio 2010 elaborada por CML/IGM/IGGEO.

xxix



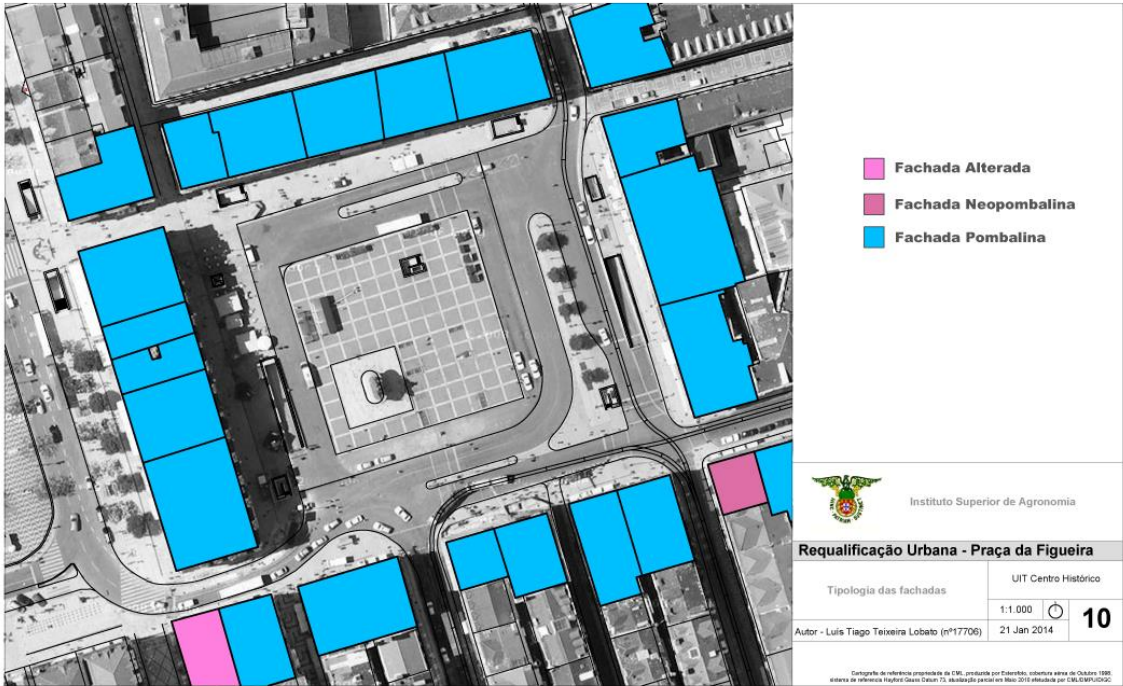


Figura 30 – Tipologia das fachadas da envolvente à praça da figueira (Fonte: Mateus.J.M (2005))

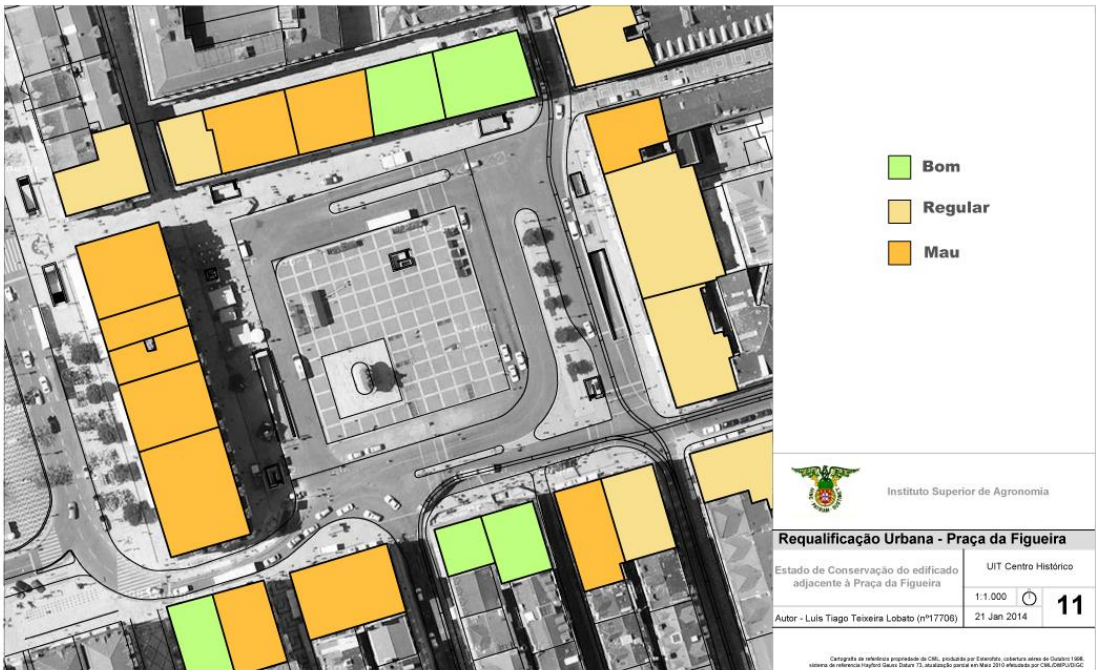


Figura 31 – Conservação do edificado junto à praça da figueira (Fonte: Lxi-lisboa)

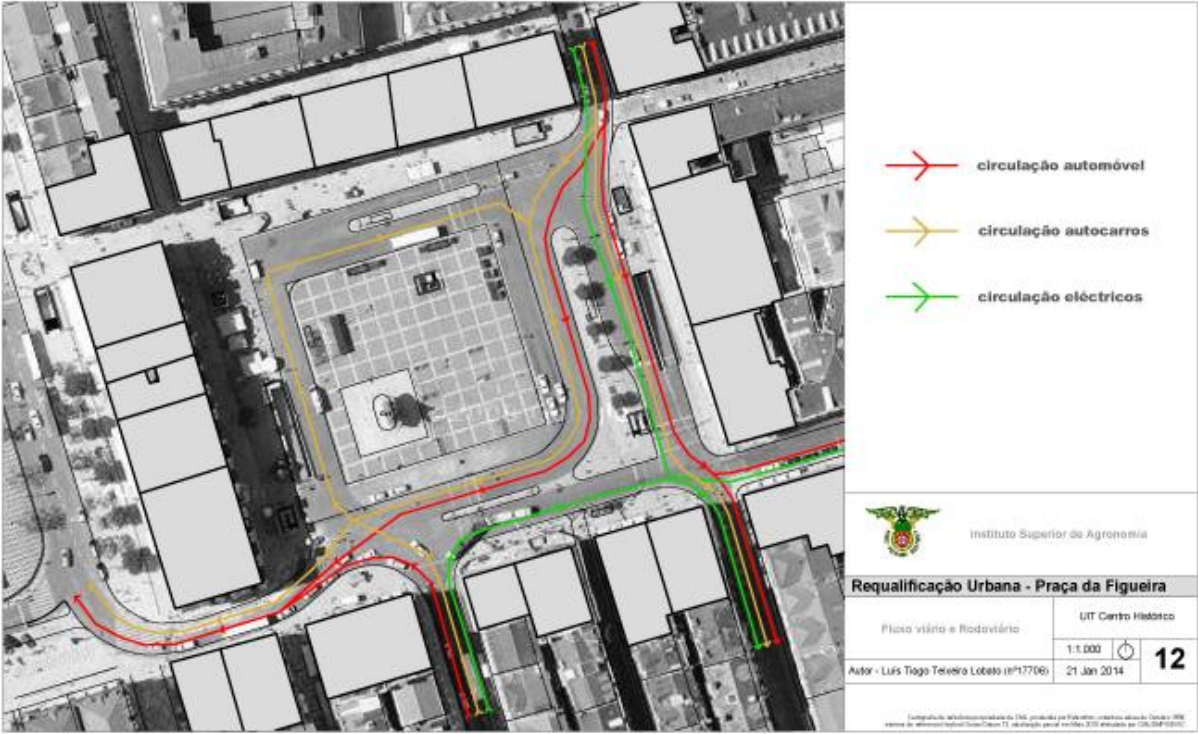


Figura 32 – Fluxos viários e rodoviários

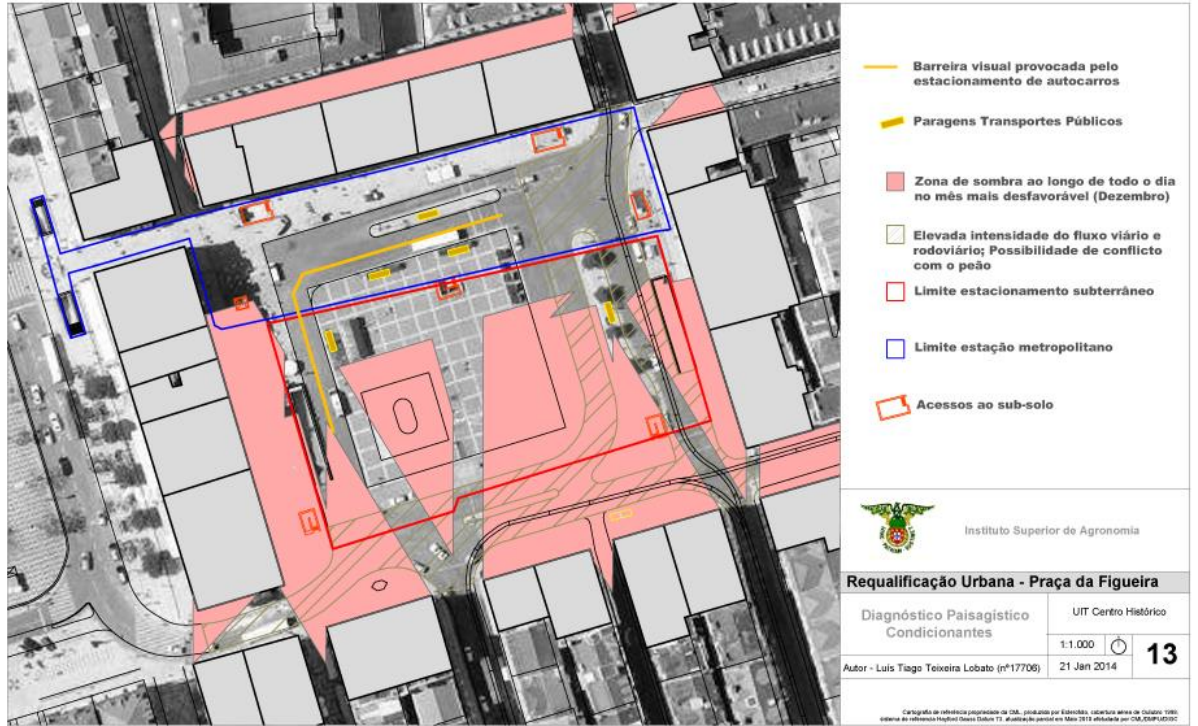


Figura 33 – Diagnóstico Paisagístico: Condicionantes



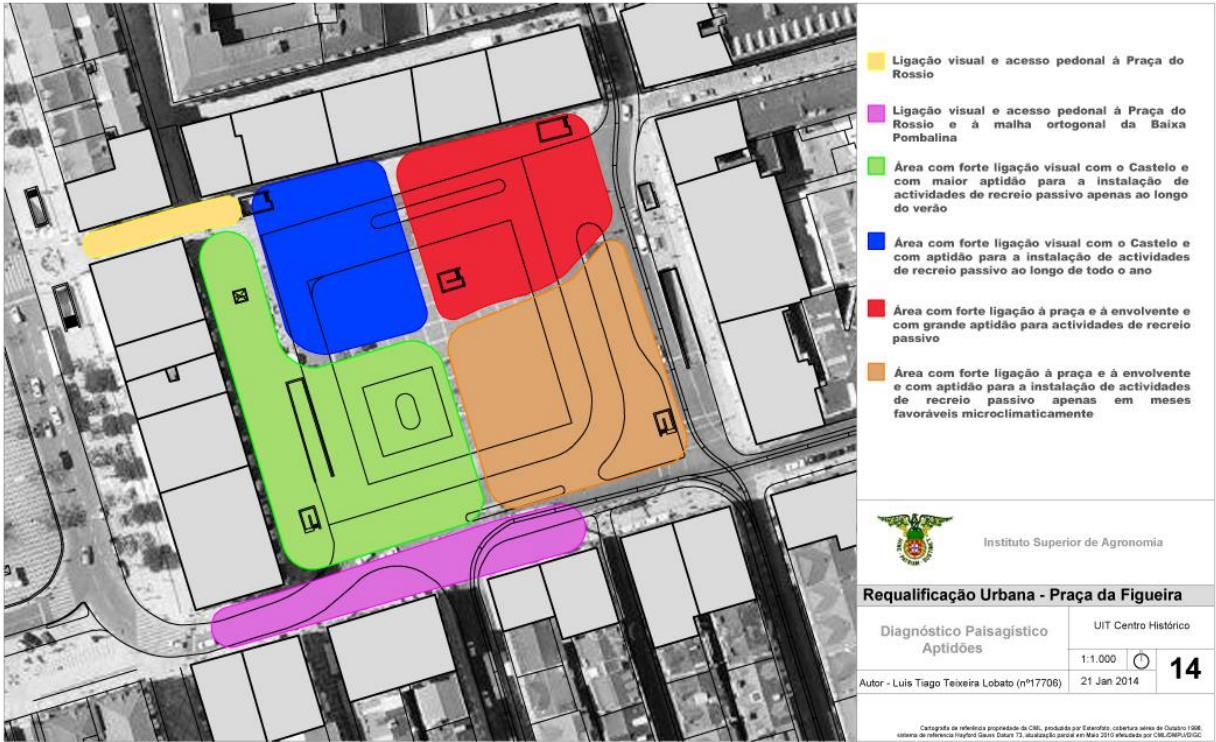
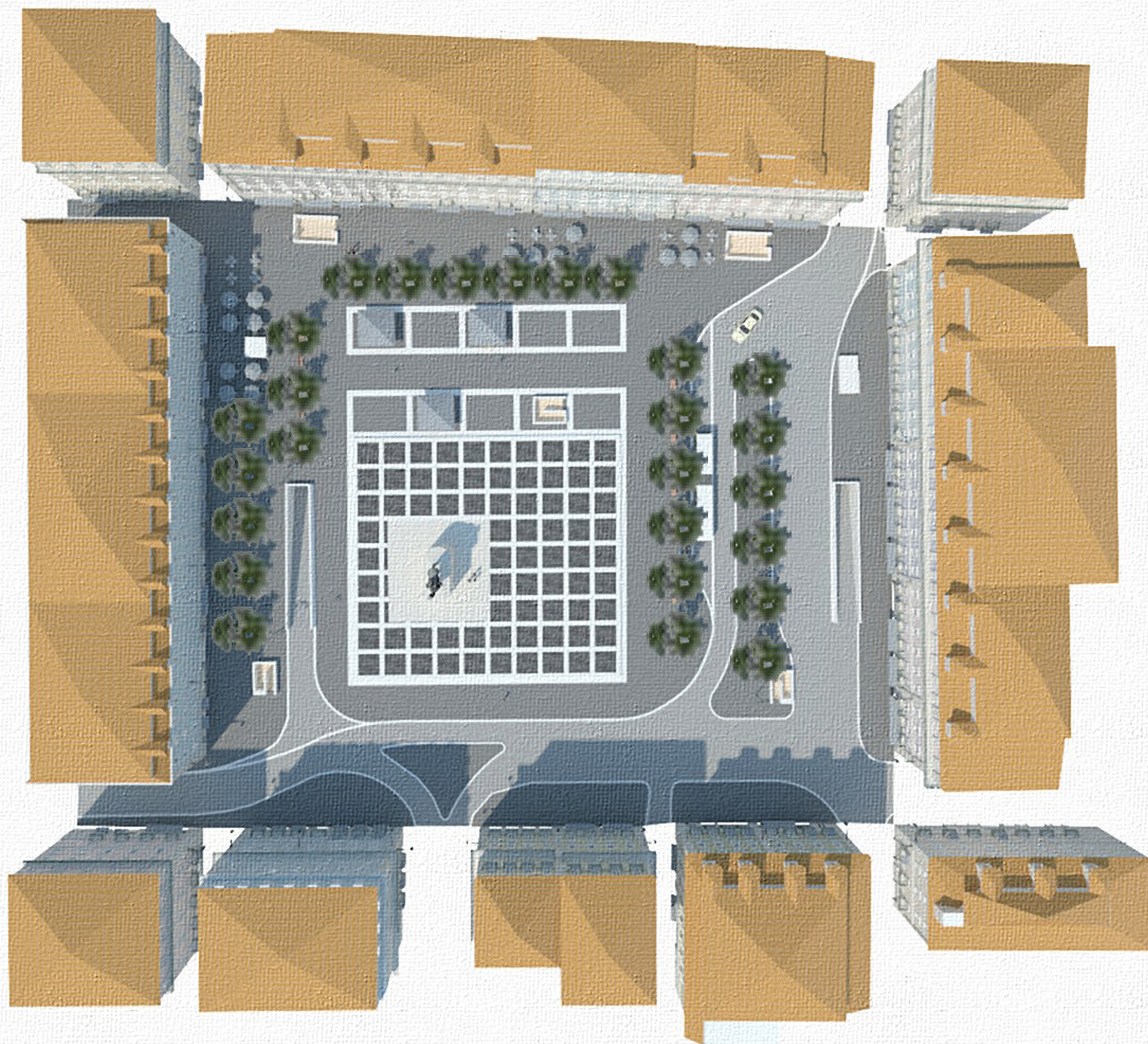


Figura 34 – Diagnóstico Paisagístico: Aptidões





Instituto Superior de Agronomia

## Requalificação Urbana - Praça da Figueira

Proposta de Intervenção

UIT Centro Histórico

Autor - Luís Tiago Teixeira Lobato (nº17706)

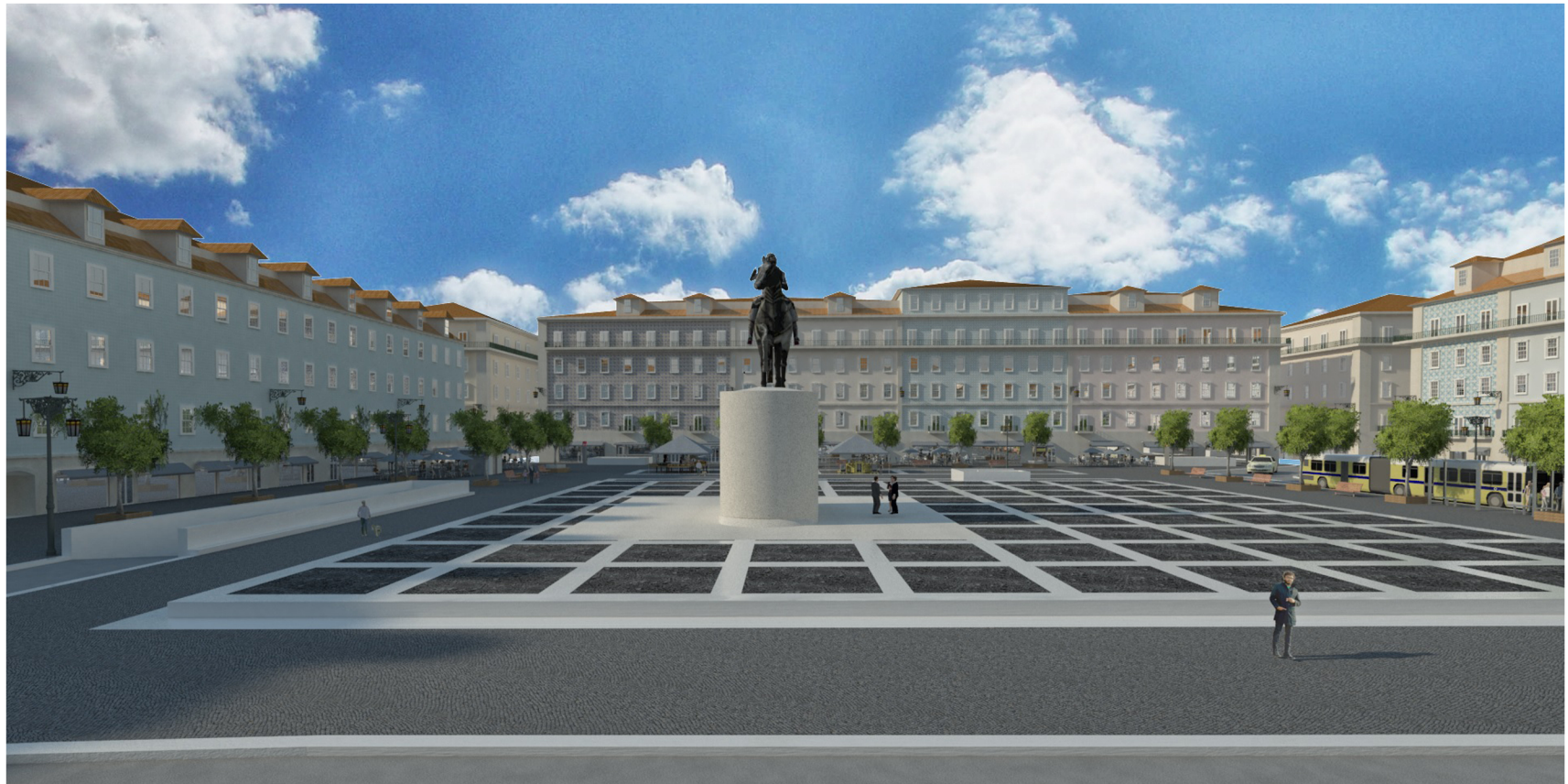
21 Jan 2014

15

Cartografia de referência propriedade da CML, produzida por Esterofoto, cobertura aérea de Outubro 1998, sistema de referência Hayford Gauss Datum 73, atualização parcial em Maio 2010 efetuada por CML/DMPUI/DIGC

Figura 35 - Proposta de Intervenção (Plano geral)







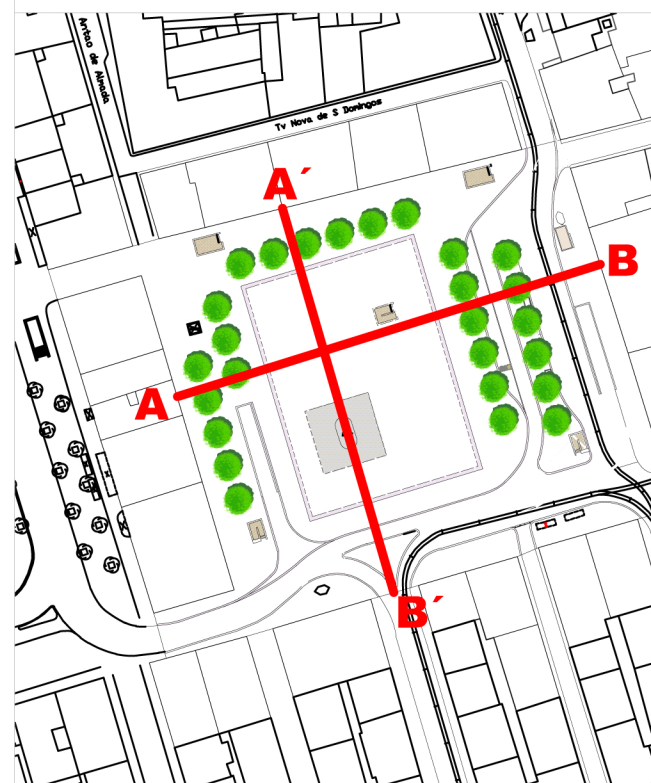
 Instituto Superior de Agronomia	
<b>Requalificação Urbana - Praça da Figueira</b>	
Simulações Proposta Intervenção	UIT Centro Histórico
Autor - Luís Tiago Teixeira Lobato (nº17706)	<div>  <b>16</b> </div>
<small>Cartografia de referência propriedade da CML, produzida por Esterofoto, cobertura aérea de Outubro 1998, sistema de referencia Hayford Gauss Datum 73, atualização parcial em Maio 2010 efetuada por CML/DMPUI/DIGC</small>	

Figura 36, 37, 38 - Simulações da Proposta de Intervenção





Instituto Superior de Agronomia

## Requalificação Urbana - Praça da Figueira

Corte Transversal e Longitudinal

UIT Centro Histórico

1:500



17

Autor - Luís Tiago Teixeira Lobato (nº17706)

21 Jan 2014

Cartografia de referência propriedade da CML, produzida por Esterofoto, cobertura aérea de Outubro 1998, sistema de referência Hayford Gauss Datum 73, atualização parcial em Maio 2010 efetuada por CML/DMPUI/DIGC

Figura 39 - Corte Transversal e Longitudinal